



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**SEMIOSE: O INTERPRETANTE E A INFERÊNCIA DE
CHARLES SANDERS PEIRCE**

LUIS ANTONIO MOPI LAFUENTE

JOÃO PESSOA - PB

2016

LUIS ANTONIO MOPI LAFUENTE

**SEMIOSE: O INTERPRETANTE E A INFERÊNCIA DE
CHARLES SANDERS PEIRCE**

LUIS ANTONIO MOPI LAFUENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientadora:

Profa. Dra. Ana Lêda de Araújo

Co-orientador:

Prof. Dr. Expedito Ferraz Jr.

JOÃO PESSOA - PB

2016

Catálogo na Publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L171s Lafuente, Luis Antonio Mopi.
Semiose: o interpretante e a inferência de Charles Sanders Peirce / Luis Antonio Mopi Lafuente. - João Pessoa, 2016.
152 f.

Orientadora: Ana Lêda de Araújo.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/PPGF

1. Teoria semiótica. 2. Epistemologia de Peirce. 3. Signo Peirceano. I. Título.

UFPB/BC

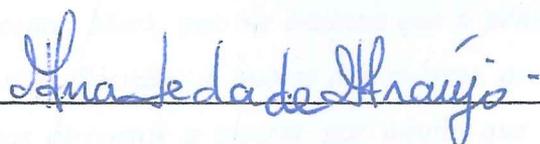
CDU - 81'22(043)

LUIS ANTONIO MOPI LAFUENTE

**SEMIOSE: O INTERPRETANTE E A INFERÊNCIA DE CHARLES
SANDERS PEIRCE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, como
parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em
Filosofia.

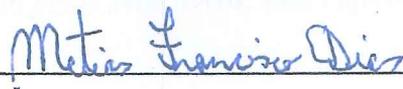
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr^a. Ana Lêda de Araújo - UFPB

(Orientadora)

Prof. Dr. Expedito Ferraz Júnior – UFPB



Prof. Dr. Matias Francisco Dias – UFPB

Prof. Dr. Rodrigo Costa Ferreira - UEPB

AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer a todos àqueles que fizeram parte da minha educação, começando pelas culturas do meu país de origem, a Bolívia, e do meu país de adoção, o Brasil, pois a cultura é a grande mãe educadora do indivíduo; minha família, meus pais e meus avós, pois se há algo de bom em mim é fruto da ação deles; os professores e professoras que me ensinaram a leitura, a escrita, a ciência dos números, e a gostar do estudo e do conhecimento, educadores dos quais não lembro nem sequer o nome, mas que estão presentes em mim através do seu ensino; os criadores e criadoras de obras de arte que eu tanto admiro no cinema, literatura, música, etc., que também fazem parte essencial da minha formação como ser humano; e aqui não posso esquecer os grandes mestres pelos quais muitos somos levados à vida filosófica: Nietzsche, a mão de fogo que me iniciou na amizade com a sabedoria quando eu era apenas um adolescente; Marx, que me ensinou que o pensamento sem ética nem ação política não vale um tostão; Sócrates, o mestre dos mestres, que me ensinou que a vida não vale nada se não estamos dispostos a morrer por aquilo que acreditamos; Platão, que me ensinou a enxergar a beleza da abstração pura do pensamento; Aristóteles, mestre severo e metódico que é para mim o modelo do pesquisador científico; Peirce, do qual aprendi que a vida é um signo maravilhoso a ser interpretado.

A esta ilustre linha de mestres devo agora acrescentar a minha professora Ana Lêda de Araújo, e os meus professores Matias Francisco Dias e Expedito Ferraz Jr., os quais me guiaram neste trabalho de mestrado, sem esquecer a pesquisadora Lucia Santaella, a qual não conheço senão pelos seus livros, mas cuja influência neste trabalho foi decisiva.

When we think, then, we ourselves, as we are at that moment, appear as a sign.

Charles Sanders Peirce in *Some Consequences of Four Incapacities*, 1868

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a relação entre o interpretante e a inferência na teoria semiótica do pensador estadunidense Charles Sanders Peirce, e como método de trabalho se utilizou a pesquisa bibliográfica e interpretação dos conceitos citados (isto é, o interpretante e a inferência), além da análise de alguns exemplos onde se pudesse observar de forma “empírica” a atuação desses conceitos. Entre os principais resultados se pode citar o fato de que estudar a relação entre a inferência e o interpretante no pensamento de Peirce significa analisar como o signo nasce, cresce e se autocorrigue seguindo uma intenção ou norma contida num tipo específico de interpretante (o interpretante final), que pode ser sintetizada na tendência do signo de representar o seu objeto em todos os aspectos possíveis. Sendo assim, verificou-se também que as bases lógicas do interpretante residem no conceito de causalção lógica, já que o interpretante é o resultado mediato da ação do objeto por meio do signo; daí que a representação seja considerada como a forma ordenada de um processo lógico que acontece entre os três elementos do signo peirceano (representamem-objeto-interpretante). É nesse sentido que se pode afirmar que uma das primeiras funções do interpretante é propiciar a inferência “tal signo representa tal objeto”, ponto de origem de qualquer signo e , portanto, de qualquer linguagem, e sobre o qual se fundamenta qualquer interpretação posterior. De fato, a origem inferencial do signo é um dos fundamentos da epistemologia anticartesiana de Peirce, o qual nega as bases intuitivas da ciência e do pensamento da sua época; para Peirce não há cognição imediata (intuição) do objeto conhecido, pois todo e qualquer conhecimento é mediado pelo signo e por conhecimentos anteriores. As bases inferenciais da epistemologia peirceana se sustentam no conceito matemático do *continuum*, ideia que no quadro geral da filosofia evolucionária de Peirce se conhece sob o nome de teoria do sinequismo. Desse modo, a cognição como processo inferencial pressupõe como logicamente possível uma regressão ao infinito em direção ao objeto, pois o significado de um signo é outro signo, e uma progressão ao infinito em direção ao interpretante final, pois todo signo é interpretado em outro signo subsequente. É nessas bases teóricas que se pode concluir que o ser do signo consiste em existir como um ente lógico.

Palavras-chave: Semiótica e epistemologia de Peirce. Causalção lógica. Interpretante. Inferência.

ABSTRACT

This research has as object of study the relation between interpretant and inference in the semiotic theory of the American thinker Charles Sanders Peirce, and as method of working it was used the bibliographic research and interpretation of the concepts of interpretant and inference, in addition of the analysis of some examples where one can observe in an “empirical” way the action of those concepts. Among the main results we can mention the fact that to study the relation between inference and interpretant in Peirce’s thought means analyzing how the sign arises, grows, and corrects itself following an intention or norm contained in a specific kind of interpretant (the final interpretant), intention or norm that one can resume in the sign’s tendency to represent its object in all possible aspects. It was also found that the logical foundations of the interpretant reside in the concept of logical causation, since the interpretant is the mediate result of the object’s action through sign; that is the reason why the representation is considered as the orderly form of a logical process that occurs among the three elements of Peirce’s sign (representamen-object-interpretant). That is why it can say that one of the first functions of the interpretant is to provide the inference “such sign represents such object”, point of origin of any sign, and therefore of any language, and over which any posterior interpretation is based. In fact, the sign’s inferential origin is one of the foundations of Peirce’s anti-Cartesian epistemology, which denies the intuitive bases of the science and thought of his time; for Peirce there is no immediate cognition (intuition) of the object because any knowledge is mediated by the sign and previous knowledge. The inferential bases of the Peircean epistemology stand in the mathematical concept of *continuum*, idea that in the general framework of Peirce’s evolutionary philosophy is known under the name of synechism theory. Thereby the cognition as inferential process presupposes as logically possible a regression to infinity toward the object since the meaning of a sign is another sign, and a progression to infinity toward the final interpretant, since any sign is interpreted in a subsequent sign. On these theoretical bases one can conclude that the being of the sign consists in to exist as a logical entity.

Key-words: Peirce’s semiotic and epistemology. Logical causation. Interpretant. Inference.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 Apresentação.....	9
2 A filosofia evolucionária de Peirce.....	15
3 Lógica como semiótica.....	23
1- REPRESENTAÇÃO E CAUSAÇÃO LÓGICA	29
1.1 Fundamentação teórica: signos genuínos e signos degenerados	29
1.2 O representamem.....	31
1.3 O objeto.....	37
1.3.1 Objeto imediato e objeto dinâmico.....	38
1.3.2 A percepção.....	40
1.3.3 O objeto do signo: considerações finais.....	49
1.4 O interpretante.....	52
1.4.1 As classificações dos tipos de interpretantes.....	55
1.4.2 Os interpretante imediato, dinâmico e final.....	58
1.4.3 Os interpretantes emocional, energético e lógico.....	61
1.4.4 Relação entre as tríades de interpretantes imediato-dinâmico-final e emocional-energético-lógico.....	64
2- RESULTADOS PARCIAIS	68
3- A INFERÊNCIA	75
3.1 A refutação da intuição e a natureza do processo cognitivo como processo inferencial.....	77
3.2 O pensamento e o signo.....	86
3.3 A negação da sensação como intuição.....	88
3.4 Considerações finais sobre a inferência como resposta à epistemologia cartesiana fundamentada na intuição.....	91
4- OS SIGNOS DA VIDA COTIDIANA: SIGNOS DEGENERADOS	94
4.1 Análise da semiose em situações concretas.....	98
4.2 A máxima pragmática.....	111
4.3 A semiose e o intérprete.....	126
CONCLUSÃO	134
REFERÊNCIAS	151

INTRODUÇÃO

1 APRESENTAÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa se encontra no âmbito da teoria semiótica do filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), e o problema a ele relacionado pode ser enunciado nos seguintes termos: qual a relação entre inferência e interpretante do signo no interior da estrutura geral do modelo de representação de cunho peirceano?

Esse tipo de enunciação possui o inconveniente de ser esquemático demais, ainda que exato - tal como um esqueleto nos diz muito sobre a estrutura dos seres vivos, porém sem possuir um átomo daquela vida que outrora teve. Os resultados da pesquisa parecem indicar que investigar a relação entre a inferência e o interpretante do signo no interior do processo de representação peirceano significa desvendar a geração e modo de vida dos signos, como eles crescem e se autocorrigem a si mesmos diante das surpresas e imprevistos apresentados pela realidade, tudo isto em pró de um objetivo principal: representar o seu objeto em todos os aspectos possíveis. Os signos têm vida – uma vida lógica, diga-se de passagem -, agem na realidade e reagem diante da realidade, vivem no seio da comunidade e cultura dos seus usuários e muitas vezes desaparecem com eles quando tal comunidade perece diante dos embates da vida, ainda que em muitos casos os signos sejam os únicos sobreviventes enquanto os seus usuários desapareceram para sempre, como acontece com o latim, o grego da época clássica, os hieroglíficos egípcios, os desenhos de Nazca, os templos dos incas, as pirâmides dos astecas, os desenhos rupestres, entre outros. Porém, estes exemplos têm dois inconvenientes: são antropocêntricos e denotam uma ação intencional no uso dos signos que nem sempre existe. Assim, há comunidades e culturas como a de abelhas, lobos, macacos, peixes, plantas, árvores, etc., que criam e utilizam signos e linguagens, ainda que no caso das plantas e árvores isto pareça improvável ou até impossível, preconceito que a biologia moderna está começando a corrigir. Por outro lado, muitos signos são criados sem que exista uma intenção propositada por parte do seu emissor, como é o caso das pegadas dos dinossauros ou a luz de estrelas que desapareceram há muito tempo, signos que nos permitem reconstruir épocas passadas e que indicam de forma direta a existência dos seus objetos. Nossa investigação diz respeito a qualquer tipo de signo e, portanto, a qualquer tipo de linguagem, já que a teoria semiótica de Peirce tem essa intenção, a de ser uma ciência aplicável a qualquer modo de representação.

O método utilizado nesta investigação será o método da pesquisa bibliográfica e interpretação dos conceitos de interpretante, inferência e representação, seguindo-se de uma observação “empírica” dos fenômenos em pauta, o que neste contexto apenas significa que foram analisados alguns casos concretos de uso do signo para observar neles o funcionamento dos conceitos citados.

A dissertação está dividida em três etapas: na primeira delas o foco de estudo é a relação de representação ou ação do signo, processo que Peirce denominava de semiose. Um conceito fundamental para entender como funciona a semiose é o de causação lógica, elaborado pela pesquisadora Lucia Santaella no livro “A teoria geral dos signos”. Para esta autora, Peirce elaborou uma teoria semiótica em que o signo é o resultado da ação lógica do objeto, pois é através do signo que o objeto se faz presente no interpretante: “[...] o modo lógico – e não físico – da ação de um objeto e, portanto, o modo de ação de um signo se dá por causação lógica” (SANTAELLA, 2008, p. 24). E como na teoria semiótica de Peirce se considera que o signo é constituído por três elementos – representamem, objeto, interpretante – cada um deles foi analisado tendo como fundamento o conceito de causação lógica, em especial o interpretante, por fazer parte direta do objeto de estudo desta pesquisa. É claro que outros estudiosos têm pesquisado a semiose segundo o modelo peirceano, todos eles interpretando Peirce de maneira semelhante e mencionando o conceito de causação lógica quase com as mesmas palavras, mas a escolha do embasamento teórico recaiu em Santaella porque acreditamos que ela apresenta uma visão mais clara do processo de representação, além de ser uma maneira de valorizar pesquisadores nacionais. Assim por exemplo, Liszka vem pesquisando o pensamento de Peirce desde o início dos anos setenta, e quando trata da divisão do objeto do signo em imediato e dinâmico (assunto que será tratado mais adiante), ele identifica o segundo como o objeto que determina o signo, ressaltando assim o processo de determinação como um conceito fundamental para a compreensão da semiose, porém fazendo uma ressalva importante no sentido de que a determinação do signo pelo objeto é antes de tudo uma coação do que uma causação:

The division of objects allows us to view the sign from two aspects: the object from the perspective of its representation in the sign, and the object as the determinant of the sign, the so-called process of determination (understood as a process of constraint rather than causation) [...]. (LISZKA, 1996, p. 22)

Assim sendo, Liszka entende o processo de determinação como uma compulsão iniciada pelo objeto dinâmico, tal como um oficial dá uma ordem e os subordinados obedecem, utilizando um exemplo que o próprio Peirce fornece:

Determination, on the other hand, is a forward-looking process of constraint placed initially by the dynamic object upon some sign, which then carries within it, so to speak, the seed of further determination [...]. The dynamic object is that which compels the sign, the way in which an order compels the subordinate to obey it (CP 5.554). (*Ibidem, loc. cit.*)

Os motivos que Liszka apresenta para fundamentar a sua interpretação da semiose no conceito de coação ao invés da causação se referem ao aspecto aparentemente linear do processo de determinação, como se o objeto dinâmico determinasse um objeto imediato, o qual, por sua vez, determinaria um signo, e este um interpretante; de fato, o processo da semiose não é tão simples assim, já que uma análise mais cuidadosa parece indicar que o signo é determinado pelo objeto relativamente ao interpretante, sendo que esse mesmo signo determina um interpretante em referência ao mesmo objeto que o determinou. Deste modo resulta que o signo se comporta de forma simultaneamente ativa e passiva: o signo é passivo quando determinado pelo signo, e ativo quando determina o interpretante (LISZKA, 1996, p. 23). Já para a pesquisadora Lucia Santaella a causação lógica, que é o modo lógico de agir do objeto, como indicado linhas atrás, é melhor compreendida através da palavra determinação, fazendo aqui uma ressalva no sentido de que não se deve atribuir uma primazia real ao objeto sobre o signo, já que se na ordem temporal o objeto determina o signo, na ordem lógica o objeto só é conhecido através do signo (SANTAELLA, 2008, p. 25). Observa-se assim que tanto Liszka quanto Santaella apresentam o mesmo motivo da complexidade do processo de determinação para justificar o seu posicionamento, o primeiro no sentido de entender a determinação como um processo de coação e não de causação, a segunda identificando determinação e causação como termos complementares. Nós entendemos que a análise do processo de determinação fica mais clara e exata utilizando o conceito de causação e não de coação, já que este último termo parece indicar uma intenção proposital, por parte do objeto, no sentido de forçar (coação é um substantivo que está relacionado ao verbo coagir, isto é, forçar ou obrigar a algo ou alguém a fazer algo) a determinação de um signo que o represente. De fato há signos que vem a existir propositalmente determinados pelos seus objetos, como acontece com o naufrago solitário numa ilha que escreve uma mensagem de socorro e a joga numa garrafa no mar: neste caso, o desejo de ser resgatado funciona como o objeto que determina propositalmente um signo, a garrafa como a mensagem escrita dentro. Mas há objetos que não têm a mínima intenção de determinar algum signo, embora signos venham a existir determinados por eles, como acontece com as pegadas dos dinossauros. O dinossauro deixa as suas pegadas sem nenhuma intenção de determinar algum signo, até que alguém, milhões de anos depois, passa a observar detenidamente certas conformações do terreno, e diz “estas marcas são pegadas de algum ser vivo”. Assim, o que poderia passar despercebido como meros acidentes do terreno se transformam em signos que indicam um objeto

específico, neste caso a existência do dinossauro. Se há objetos que determinam os seus signos sem nenhuma intenção proposital, então a palavra *causação* é mais exata do que a palavra *coação* para explicar o processo de determinação, já que o primeiro termo indica que o objeto é a causa e origem do signo, independentemente do signo ter sido determinado por uma *causação* proposital ou acidental¹.

Na segunda etapa a análise aborda a questão da inferência no contexto do processo semiótico. Nesta etapa os principais textos de estudo são os artigos conhecidos como *Cognition Series*, onde Peirce analisa a intuição como um dos fundamentos da epistemologia cartesiana da ciência da sua época, refutando e negando tal fundamento intuitivo em favor de um processo cognitivo que se baseia na inferência. Em relação à semiótica, a negação da intuição cartesiana tem como resultado uma concepção de representação em que o signo se origina na inferência, e que, portanto, se desenvolve de acordo com as leis da inferência, além de chegar a outras conclusões importantes como a de que a realidade da mente é a de ser um signo que se desenvolve seguindo as leis da inferência, portanto qualquer processo mental é um processo inferencial; no campo da ontologia, Peirce chega à instigante conclusão de que o ser humano é um signo.

Na terceira etapa são analisados alguns exemplos de uso de signos concretos para observar como funcionam os mecanismos do interpretante e da inferência em situações hipoteticamente verdadeiras. Neste contexto é relevante a importância da inferência hipotética ou abdução para a resolução de problemas na representação, além da necessidade da experiência colateral do objeto do signo para a correta interpretação desse signo. Nesse sentido foram observadas algumas outras peculiaridades da representação segundo o modelo de Peirce, que apontam para a necessidade de um intérprete ideal, questão que não é investigada a fundo, pois não faz parte direta do objeto de estudo desta dissertação.

Uma quarta etapa estava prevista no cronograma de nossa pesquisa, em que se fariam comparações e discussões dos resultados obtidos com os resultados de outras pesquisas e estudos, para assim amadurecer as ideias e corrigir as falhas; mas, o tempo se esgotou, e esta etapa não será desenvolvida aqui. Consequências do modelo de produção capitalista aplicado à produção científica, em que a máxima “mais produção em menos tempo e com menos custos” é o motor de funcionamento das fábricas, supermercados, empresas de construção, etc.

¹ Aristóteles fala de quatro causas, sendo duas delas a eficiente e a final; no caso do processo de representação, talvez se pudesse dizer que a causa final do signo é representar o seu objeto, sendo a causa eficiente esse mesmo objeto que determina o signo.

Os resultados desta dissertação foram obtidos mediante o cruzamento dos dados coletados na primeira e segunda etapas, isto é, fez-se a relação dos dados relativos ao interpretante com os dados relativos à inferência, procurando assim distinguir e analisar quais os pontos de contato entre esses dois conceitos, como eles se relacionam e funcionam no processo da semiose, posteriormente tentando observar esses mecanismos em pleno funcionamento mediante a análise de uso concreto de alguns signos, tarefa que se levou a termo na terceira etapa desta dissertação.

Esta pesquisa se justifica, entre outros motivos, pelo fato de que as ideias de Peirce representam o que há de mais avançado no estudo do signo e da representação, pois ele construiu um pensamento fortemente fundamentado na matemática, na teoria da ciência e no estudo da lógica, sem esquecer a forte influência de Darwin e da teoria da evolução. De fato, uma das principais preocupações de Peirce foi construir uma filosofia científica que estivesse de acordo com os avanços modernos da ciência, uma filosofia evolutiva que apontasse para o futuro. Assim, ideias como a de que a matéria é mente esgotada pelo hábito ou de que o ser humano é um signo representam previsões que só foram entendidas depois do surgimento da teoria da relatividade e da física quântica², o que demonstra que a teoria semiótica de Peirce e

² Karl Popper é um dos estudiosos que ressalta o caráter pioneiro do pensamento de Peirce, indicando Aristóteles como o ponto de convergência entre a filosofia evolucionária de Peirce e a física quântica na versão de Werner Heisenberg, no conceito de potência ou *dýnamis*, que em conjunto com o de ato ou *enérgεια*, formam o suporte teórico que o estagirita usou para explicar o ser (a substância ou *ousía*) das coisas. Na filosofia de Peirce, a *dýnamis* do estagirita se manifestaria na primeira categoria fenomenológica, isto é, na primeiridade, a região da mera possibilidade e do indeterminado, onde o acaso e a aleatoriedade predominam de forma absoluta. O acaso, que se transformaria na teoria do tiquismo em Peirce, explicaria as irregularidades da natureza, impedindo assim que o mundo seja concebido sob o enfoque mecanicista do cartesianismo, além de apontar para a habilidade do conhecimento científico. Em Heisenberg, o princípio aristotélico da *dýnamis* se manifestaria no famoso princípio da indeterminação, o qual indica que no mundo atômico e subatômico, a matéria existe em todos os estados possíveis, e que a observação ou medição ocasiona uma determinação e colapso dessa variedade infundável de estados. E assim como Peirce dizia que o objeto dinâmico nunca será conhecido devido à impotência do signo para representar todos os seus aspectos, Heisenberg afirmava que a natureza jamais será totalmente conhecida porque conhecer um aspecto da esfera quântica equivale a alterar o seu estado em algum ponto importante, ainda que essa não seja nossa intenção. Tudo isto indicaria que o indeterminismo é mais fundamental que o determinismo: “[...] a causalidade clássica, as conexões de causa e efeito, o determinismo (Terceiridade causal) existem sobre uma base indeterminista mais fundamental, em que um sem número de possibilidades (Primeiridade) coabitam, até estas virem a sofrer ‘estreitamentos’ que, na história do universo, tornam-as atuais (Secundidade)” (MACHADO, 2013, p. 14-15). É desta maneira que tanto a filosofia de Peirce como a física quântica propõem uma concepção do real em que o acaso encontra o seu lugar, estruturando assim uma realidade multifacetada e não mecanicista. Schödinger formulou o conceito matemático que interpretaria o estado multifacetado da matéria nos níveis atômico e subatômico, conhecido como função de onda, o qual indicaria que a matéria, quando no estado de onda, é algo não físico que existe num espaço com múltiplas dimensões, conhecido como espaço de Hilbert. Mas foi Heisenberg quem ressaltou as propriedades aristotélicas da função de onda: “Heisenberg passou a sustentar que a função de onda [...] exprime uma potencialidade, no sentido aristotélico, relacionada a uma propriedade ‘objetiva’ que independe do estado de conhecimento do observador” (PESSOA Jr. *apud* MACHADO, 2013, p. 18). Heisenberg explica com as seguintes palavras o que a função de onda ou probabilística tenta representar: “[...] os átomos e as partículas não são assim tão reais; eles formam um mundo de potencialidades ou possibilidades, e não de coisas ou fatos... A onda probabilística... significa alguma tendência para alguma coisa. Ela é uma versão quantitativa do velho conceito de *potentia*, da filosofia de Aristóteles. Ela introduz algo que está entre a ideia de um evento e o evento propriamente dito, um estranho tipo de realidade física, entre possibilidade e realidade” (HEISENBERG *apud* HERBERT, 1989, p. 43). É nestas

o seu pensamento em geral estão entre os mais avançados de nossa época, projetando-se ao futuro até um ponto que é difícil de enxergar:

No entanto, de uma maneira que não deixa de ser impressionante, as ideias de Peirce são capazes de acomodar, sem solução de continuidade, a maior parte dos avanços teóricos e científicos produzidos após sua morte.

Em 1965, um dos mais respeitados filósofos das ciências do pós- guerra, Karl Popper, afirmou que Peirce está destinado a ser reconhecido como um dos maiores filósofos de todos os tempos por ter avançado hipóteses e conceitos que só começaram a ser compreendidos depois da teoria da relatividade de Einstein e da física quântica de Heisenberg. Na opinião do patrono do *Peirce scholarship*, Max Fisch, que por 50 anos pesquisou folha a folha os artigos e manuscritos de seu espólio intelectual, Peirce está destinado a figurar entre os três maiores pensadores que a humanidade produziu. Fisch o coloca na linha direta de Aristóteles e Kant, que também estruturaram suas filosofias de forma arquitetônica a partir de uma lista finita de predicamentos. (ROMANINI, 2006, p. 13-14)

Resta-nos apenas fazer alguns comentários sobre o *corpus* utilizado. Peirce não teve oportunidade de publicar em vida uma obra em que tivesse exposto sistematicamente o seu pensamento, tudo o que ele conseguiu publicar foram alguns artigos espalhados em diversos jornais e revistas sobre os mais diferentes temas: lógica, geodesia, astronomia, epistemologia, psicologia, etc. Quando ele morreu, a sua obra consistia num legado de milhares de manuscritos que foi doado à Universidade de Harvard. Durante os primeiros anos após a morte de Peirce foram poucos os que tiveram a coragem de mergulhar nesse labiríntico espólio de ideias e estruturas inacabadas. A primeira edição abrangente da sua obra foi iniciada na década de 1930, a cargo de dois jovens professores de Harvard, Charles Hartshorne e Paul Weiss. O resultado dessa empreitada foram os *Collected Papers*, em oito volumes. Apesar dos esforços sinceros dos jovens pesquisadores, hoje há uma opinião generalizada entre os estudiosos no sentido de que tal edição tomou como parâmetros ideias equivocadas, resultando numa obra que na verdade trouxe mais equívocos e desentendimentos sobre o pensamento multifacetado do pensador americano:

Numa estratégia de edição hoje reconhecidamente equivocada, recortaram textos produzidos em momentos distintos e intercalaram os trechos reunindo-os por semelhança de tema ou pela presença de termos iguais, sem levar em consideração o processo espiral de construção das ideias. O resultado final [...] foi um *patchwork* que só fez aumentar a fama de hermético que já pesava sobre Peirce quando ele era vivo. (*Ibidem*, p. 20)

bases aristotélicas que a filosofia evolucionária de Pierce precede as importantes descobertas da física quântica, motivando assim estudiosos e pesquisadores a uma tentativa de união desses dois campos teóricos para oferecer uma explicação mais adequada da realidade, união que seria sustentada nas seguintes bases: “Acreditamos que a **Primeiridade** de Peirce tem correspondência no terreno das **funções de onda** ou **ondas de possibilidade**, com vigência no **espaço de Hilbert**; a **Secundidade**, no domínio das **partículas** detectadas; a **Terceiridade**, no campo das **leis** que regem as Físicas Quântica e Clássica: a zona das **generalidades**, a mesma que, para o filósofo norte-americano, é o modo máximo de manifestação da realidade, mais do que construção intelectualizada de seres como os humanos” (MACHADO, 2013, p. 17).

Durante muito tempo essa edição da obra de Peirce foi a única fonte disponível para os interessados em se aprofundar nos meandros de seu pensamento, teorias e doutrinas. Mas os equívocos inerentes aos fundamentos errôneos em que essa edição foi realizada começaram a ser notados, e na década de setenta se inicia um movimento no sentido de exigir uma edição à altura do pensamento de Peirce, resultando no *Peirce Edition Project*, o qual utiliza parâmetros de edição mais adequados na nova publicação das obras completas de Peirce:

A partir da segunda metade da década de 1970, essa pequena mas crescente comunidade de interessados na obra de Peirce lutou para que ela fosse novamente editada, agora levando em consideração os aspectos cronológicos e as referências cruzadas de seu sistema. Assim nasceu, em 1976, O Projeto de Edição de Peirce (*Peirce Edition Project ou PEP*), sediado em Indianápolis, nos Estados Unidos. (*Ibidem*, p. 23)

O *PEP* tenciona publicar a obra de Peirce em 35 volumes, dos quais só foram publicados seis até o momento atual, cobrindo uma fase do seu pensamento em que as suas ideias estavam no estágio de maturação. Sabe-se que o trabalho de edição é extremamente difícil e lento, ainda mais em se tratando da fase madura do pensamento peirceano, mas para mitigar a falta de uma obra de referência foram publicados dois volumes com uma seleção dos textos mais relevantes para a compreensão da filosofia de Peirce:

Os textos de fundação da Semiótica e suas relações com as ideias da fase madura do pensamento peirceano ainda não possuem previsão de publicação – uma perspectiva frustrante para quem gostaria de estudar a evolução detalhada da Semiótica de Peirce. Para cobrir essa lacuna, porém, o PEP editou seleções dos textos mais importantes da carreira de Peirce, os dois volumes de *The Essential Peirce – Selected Philosophical Writings* (EP), considerados fontes imprescindíveis para quem pretende capturar a essência do pensamento do autor. (*Ibidem*, *loc. cit.*)

Esses dois volumes mencionados na citação foram os textos base de Peirce utilizados nesta pesquisa, além dos *Collected Papers*, que ainda são úteis para o pesquisador de Peirce se se leva em consideração todas as precauções necessárias diante dos problemas mencionados.

Antes de expor os resultados da pesquisa, cremos ser necessário descrever brevemente as características da filosofia evolucionária de Peirce, em especial a parte que trata da lógica, para assim oferecer uma visão geral do enquadramento teórico em que estão encaixadas as teorias semióticas e epistemológicas de Peirce.

2 A FILOSOFIA EVOLUCIONÁRIA DE PEIRCE

A filosofia de Peirce possui duas características evidentes, a primeira delas relacionada ao fato de que não se trata de um pensamento estático e imutável e sim de um pensamento em crescimento e mudança contínua, uma ilustração viva da própria teoria de que se alimentou e

da qual herdou o nome, a teoria da evolução de Darwin. A curva dessa evolução é a descrição de um movimento que se inicia num pensamento mentalista, influenciado sobretudo pelo idealismo de Kant³, até chegar a um realismo objetivo influenciado principalmente pelas ideias de Darwin, Duns Scotus e Aristóteles. A segunda característica da filosofia de Peirce é que ela é uma filosofia científica fundamentada na matemática, a lógica e a teoria da ciência. Afinal de contas, não se pode esquecer que ele era graduado em química, que fez experimentos em geodesia e observações astronômicas, e que seu pai foi um dos matemáticos mais importantes da sua época. Esse rasgo científico é tão forte no pensamento de Peirce que um de seus comentadores sugeriu que cada volume dos seus escritos deveria começar com o seguinte aviso: “Let no one enter here who is ignorant of logic, mathematics, and the history of science” (DIPERT *apud* HOUSER, 1992, p. xxxii), numa clara reformulação da velha anedota em que se conta como Platão teria colocado um aviso similar em relação à geometria na entrada da sua escola.

Partindo dessas duas características, pode-se dividir em duas grandes fases a filosofia de Peirce, uma que se iniciaria em 1863 com a doutrina das categorias publicada no artigo *On a new list of categories*, e que terminaria em 1891-1893 com a publicação de uma série de artigos conhecidos como *The Monist metaphysical series*, trabalhos onde expõe a filosofia evolucionária e social fundamentada no realismo objetivo que havia atingido naquela época. Desta forma, esta primeira grande fase do pensamento de Peirce coincide com a curva evolutiva descrita acima. A segunda grande fase se inicia logo após a publicação dos artigos da série metafísica e termina com a morte do autor, e nela se verifica o aprofundamento e aperfeiçoamento das doutrinas que fundamentam a sua filosofia evolucionária, numa tendência de sistematização e integração das varias partes componentes de seu pensamento. Nesta segunda etapa, um dos fatos mais marcantes seria a fusão de duas grandes correntes do seu pensamento, o pragmatismo e a doutrina semiótica.

Se há alguma semelhança entre Aristóteles, Kant, Hegel e Peirce é que todos estes pensadores fundamentaram todo um sistema filosófico a partir da determinação das categorias universais mínimas para o conhecimento de todas as coisas:

Central to his system is the idea that certain conceptions are fundamental to others, those to still others, and so on; so that it is possible to analyze our various theoretical systems (our sciences) into a dependency hierarchy. At the top of this hierarchy (or at the *base* if we envision a ladder of conceptions) we find a set of universal categories, an idea Peirce shared with

³ No ano de 1907 Peirce escreve um texto no qual lembra os inícios do pragmatismo, e diz que entrara à eira da filosofia pela porta de entrada de Kant; de fato, em outro lugar ele diz que se sabia de cor a “Crítica da razão pura” já na adolescência.

many of the greatest systematic thinkers including Aristotle, Kant, and Hegel. (HOUSER, 1992, p. xxx)

Para Peirce, as categorias ou concepções universais são três, as quais receberam várias denominações até se fixarem nos nomes de primeiridade, secundidade e terceiridade, e dizem respeito aos três modos de ser dos fenômenos: “Firstness is that which is as it is independently of anything else. Secondness is that which is as it is relative to something else. Thirdness is that which is as it is as mediate between two others” (*Ibidem, loc. cit.*). Assim, só haveria três tipos básicos de relações, monádicas, diádicas e triádicas, as quais podem englobar os mais diversos fenômenos, como se pode observar pela seguinte descrição das categorias feita pela pesquisadora Lucia Santaella:

O primeiro está aliado às ideias de acaso, indeterminação, frescor, originalidade, espontaneidade, potencialidade, qualidade, presentidade, imediaticidade, mônada... O segundo às ideias de força bruta, ação-reação, conflito, aqui e agora, esforço e resistência, díada... O terceiro está ligado às ideias de generalidade, continuidade, crescimento, representação, mediação, tríada... (SANTAELLA, 2008, p. 8)

As categorias são a forma abstrata dos fenômenos, são objetos ideais para o qual todos os fenômenos tendem a convergir, daí que a ciência mais adequada para o seu tratamento seja a matemática, já que ela é uma ciência que se ocupa com a investigação das formas abstratas e, portanto, o matemático é o único capaz de reduzir todos os tipos de relação aos tipos mais básicos e universais:

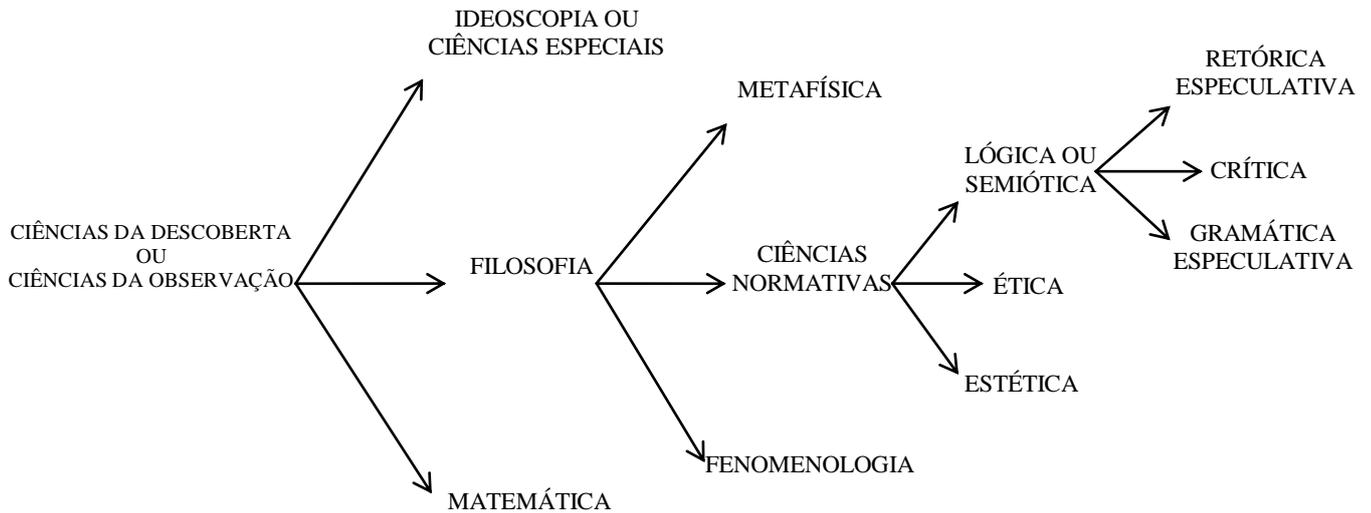
This theory of categories, in its most abstracted form, belongs to mathematics [...] It is the mathematician who first discovers the fundamentality of triadicity by finding that monadic, dyadic, and triadic relations are irreducible, while relations of any degree (or adicity) greater than triadic can be expressed in combinations of triadic relations. This is known as Peirce’s reduction thesis. (HOUSER, 1992, p. xxx)

O surgimento da teoria das categorias pode ser considerado um marco importante no desenvolvimento filosófico de Peirce. Aristóteles sistematiza os dez predicamentos ou categorias na obra homônima, que somados a mais alguns conceitos fundamentais, serviram de base sobre a qual construiu as suas doutrinas metafísicas, biológicas, estéticas, éticas, etc. Kant modifica a tabela das categorias e diz que o seu número é doze, e sobre essas bases faz a “Crítica da razão prática” e a “Crítica do juízo”. Para Peirce, a doutrina das categorias também representa um marco inicial, elas são os fundamentos do seu pensamento e da sua filosofia como um todo, porém há uma diferença que o distingue dos seus ilustres ágonos. O pensamento de Peirce, já foi dito, é um pensamento em movimento e constante mudança, e isto significa que o surgimento das categorias, para Peirce, foi o início de um longo caminho na compreensão de como elas se manifestam nos mais distintos objetos e fenômenos, em todos os âmbitos da realidade, na constituição mesma das coisas. De início, Peirce era céptico

perante a ideia de que fosse possível reduzir tudo aos números um, dois e três, porém conforme os anos iam passando, ele comprovava a presença da tríade de categorias em todas as ciências, e assim a própria compreensão da essência dessas concepções gerais ia mudando. Em Aristóteles e Kant as categorias são estáticas, elas têm algo de imutável, daí que a metáfora que se aplica a elas como sendo as “pedras fundamentais” das suas respectivas filosofias seja mais exata em relação a eles do que a Peirce.

Assim, o surgimento da doutrina das categorias contém em germe duas características do percurso filosófico de Peirce. Em primeiro lugar, as categorias contêm implicitamente o realismo completo que Peirce iria atingir ao longo dos anos. De início, ele só aceitava a realidade ou universo do pensamento, implícita na terceira categoria, mas, com o tempo, ele também iria aceitar o universo dos fatos concretos, implícita na categoria da secundidade, e o universo dos possíveis, implícita na categoria da primeiridade. Daí que o percurso mencionado antes, aquele que se refere à curva evolutiva de um início idealista e mentalista rumo a um realismo objetivo não é outra coisa senão a aceitação dos universos ou realidades implícitas na segunda e primeira categoria. Em segundo lugar, as categorias iriam marcar o pensamento de Peirce no sentido de que ele começaria a explicar tudo em esquemas triádicos, com algumas notáveis exceções como a classificação dos objetos em dinâmico e imediato. Assim, por exemplo, o signo está composto por três elementos, são três as forças ativas no universo, são três os tipos de interpretantes relacionados ao pragmatismo, entre tantos exemplos que se poderiam citar. Cabe aqui mencionar uma classificação triádica importante, a da divisão das ciências. Peirce divide as ciências em três grandes grupos, ciências heuréticas (anteriormente denominadas de ciências da descoberta ou da observação), ciências da revisão (anteriormente denominada ciências da digestão) e ciências práticas (antes chamadas de ciências aplicadas). As ciências heuréticas são três, a matemática, a filosofia e a ideoscopia ou ciências especiais, as quais têm como função descobrir as leis e os fenômenos mais gerais e abstratos. Sobre as bases oferecidas pelas ciências heuréticas, as ciências da revisão digerem e divulgam essas descobertas, criando a partir delas uma nova filosofia da ciência. As ciências práticas são todas aquelas que lidam com a aplicação direta dos novos paradigmas científicos. A filosofia, por sua vez, se divide em três ciências, a fenomenologia, as ciências normativas e a metafísica. É no interior das ciências normativas que a lógica se encontra, junto à ética e à estética, e também ela se divide em três campos (PEIRCE, 1998, p. 458-459). Todas estas divisões e subdivisões estão representadas no seguinte diagrama que diz respeito unicamente às ciências da descoberta ou da observação – as ciências heuréticas -, lembrando que elas se estruturam hierarquicamente, fato representado pelo lugar que cada uma ocupa em relação às outras; assim, por exemplo, a filosofia se fundamentaria na matemática, enquanto que as

ciências especiais (ideoscopia) se fundamentariam imediatamente na filosofia, e mediadamente na matemática, ou, no caso das ciências normativas, a ética se fundamentaria na estética, enquanto que a lógica se fundamentaria imediatamente na ética e mediadamente na estética. Além do mais, as únicas subdivisões mostradas são aquelas que estão relacionadas com a lógica; as demais ramificações não interessam diretamente ao escopo específico desta introdução.



Este diagrama permite visualizar o encadeamento de fundamentos sobre os quais a lógica se ergue. Em primeiro lugar, a lógica se ocupa das coisas cuja finalidade é representar algum objeto, e se fundamenta imediatamente na ética e mediadamente na estética. Mas, enquanto ciência normativa, a lógica faz parte das ciências que estudam a relação de um fenômeno com alguma finalidade, seja esta estética, ética ou lógica e, portanto, ela se fundamenta na fenomenologia, que consiste no estudo dos vários modos de experienciar os fenômenos, isto é, os modos como os fenômenos se apresentam na experiência:

[...] phenomenology treats of phenomena as firsts. Here the categories appear as fundamental categories of experience (or consciousness): firstness is the monadic element of experience usually identified with feeling, secondness is the dyadic element identified with the sense of action and reaction, and thirdness is the triadic element identified with the sense of learning or mediation as in thought or semiosis. (HOUSER, 1992, p. xxxi)

Mas, enquanto ciência normativa, a lógica é uma ciência que pertence à filosofia, a qual se ocupa de identificar aquilo que realmente é verdadeiro: “Philosophy is *positive science*, in the sense of discovering what really is true; but it limits itself to so much of truth as can be inferred from common experience” (PEIRCE, 1998, p. 259). Enquanto ciência filosófica, a lógica tem os seus fundamentos últimos na matemática, a qual estuda objetos ideais, como já foi mencionado: “Mathematics is a science of discovery that investigates the realm of abstract forms, the realm of ideal objects (*entia rationis*)” (HOUSER, 1992, p. xxx).

Dessa forma, a matemática e, portanto, parte da lógica, não se ocupa com aquilo que é real e sim com aquilo que é logicamente possível: “Mathematics studies what is and what is not logically possible, without making itself responsible for its actual existence” (PEIRCE, 1998, p. 259). Pode-se observar que a matemática é a ciência que está na base de qualquer ciência possível, e sobre ela, e a partir dela, o ser humano ergue o seu conhecimento sobre as coisas do mundo. As explanações anteriores também servem para identificar o lugar e a função da filosofia na divisão das ciências de Peirce, caracterizando assim uma filosofia com bases diretamente enraizadas na matemática, e depois desta, como a ciência que está na base de todas as outras ciências.

Sobre a evolução de Peirce de um início idealista rumo a um realismo completo, viu-se que esses dois universos que faltavam ser compreendidos eram aqueles que estavam de forma implícita nas categorias da secundidade e da primeiridade. O primeiro passo que colocou Peirce no caminho do realismo completo foi a aceitação do universo dos fatos concretos, passo que se deveu ao estudo dos eruditos medievais, em especial Duns Scotus; o segundo passo foi a aceitação do universo das possibilidades sob a influência de Aristóteles⁴. O resultado dessa curiosa regressão ao passado foi um realismo de cunho aristotélico-escolástico:

He had very early accepted the reality of thirds, the universe of thought or signs. This universe was the only reality Peirce the idealist had admitted until about 1890 when he accepted the reality of seconds, the universe of facts (influenced by Scotus). Finally, in 1897 he broadened his evolving realism to accept the reality of firsts, the universe of possibility (influenced by Aristotle). Recognizing the significance of these steps for the growth of his thought, Peirce now characterized himself as “an aristotelian of the scholastic wing, approaching Scotism, but going much further in the direction of scholastic realism” (CP 5.77n1). (HOUSER, 1992, p. xxviii)

Com o reconhecimento de que há três universos e, portanto, três modos do ser – modo possível do ser, modo atual do ser e modo representacional do ser -, Peirce finalmente estava apto para completar a compreensão das suas categorias mediante a aplicação de cada uma delas às três realidades; assim, Peirce completou a tabela das categorias universais dividindo-a em três grupos: categorias na forma da terceiridade, categorias na forma da secundidade e categorias na forma da primeiridade:

Peirce thus added *the possible* as a third mode of being – and, in so doing, gave up his long-held, Mill-inspired frequency theory of probability – and

⁴ Anos mais tarde Peirce faria uma descrição mais minuciosa desse percurso filosófico que se iniciara em Kant: “From Kant, I was led to an admiring study of Locke, Berkeley, and Hume, and that of Aristotle’s *Organon*, *Metaphysics*, and psychological treatises, and somewhat later derived the greatest advantage from a deeply pondering perusal of some of the works of medieval thinkers, St. Augustine, Abelard, and John of Salisbury, with related fragments from St. Thomas Aquinas, most specially from John of Duns, the Scot (Duns being the name of a then not unimportant place in East Lothian), and from William of Ockham” (PEIRCE, CP 1.560).

his scheme of categories was fundamentally complete. To his categories in their form of thirdness (feeling, or signs of firstness; sense of action and reaction, or signs of secondness; and sense of learning or mediation, or signs of thirdness) and in their form of secondness (qualia, or facts of firstness; relations, or facts of secondness; and signs, or facts of thirdness), Peirce now added what might be called his ontological categories, his categories in their form of firstness: *firstness*, or the being of positive qualitative possibility; *secondness*, or the being of actual fact; and *thirdness*, or the being of law that will govern facts in the future (CP 1.23). (*Ibidem*, p. xxvii)

A filosofia evolucionária de Peirce foi outro dos resultados do percurso que as suas ideias percorreram de um início idealista e mentalista rumo a um realismo completo. Há diversos indícios que registram o surgimento dessa filosofia até a sua plena exposição em 1891-1893, período em que publica uma série de artigos conhecidos pelo nome de *The Monist Metaphysical Series*, onde expõe as principais doutrinas metafísicas que compõem a sua filosofia evolucionária: “[...] what began in 1867 [ano de publicação do artigo *On a new list of categories*] as an analytical, epistemological philosophy, came to fruition in 1891-93 in the evolutionary and social philosophy of the five papers of the *Monist Metaphysical Series*” (HOUSER; KLOESEL, 1992, p. xiii). Esses indícios podem ser encontrados já em 1868-1869, período em que publica uma série de artigos conhecidos pelo nome de *Cognition Series* onde refuta a intuição cartesiana: para Peirce, qualquer processo mental é um processo inferencial. Mas, a inferência é um processo contínuo que tanto pode regredir quanto progredir ao infinito, e daí a necessidade do conceito do *continuum*, a teoria da continuidade que mais tarde se chamaria doutrina do sinequismo dentro do quadro geral da filosofia evolucionária. Em 1877-1878 Peirce publica seis artigos conhecidos pelo título de *Illustrations of the logic of Science*, onde a influência de Darwin é marcante. Assim, por exemplo, no terceiro artigo da série – *The doctrine of chances*, 1878 -, Peirce começa a reconhecer o princípio social e comunitário enraizado na lógica, e declara que ser lógico significa ser capaz de raciocinar em nome da comunidade: “To be logical, Peirce says, men must not be selfish, for logic requires the identification of one’s interests with those of an unlimited community” (HOUSER, 1992, p. 142). No quinto artigo da série – *The order of Nature*, 1878 -, Peirce expõe uma ideia que repetiria pelo resto da vida, a de que a mente do ser humano está adaptada para conhecer a natureza e “adivinhar” suas leis, uma capacidade inata que é o resultado da seleção natural e que explica o sucesso das inferências abduativas ou hipóteses. Num manuscrito de 1883-1884 utilizado numa palestra, Peirce expõe a ideia de que o acaso absoluto é um dos princípios ativos na constituição do universo, o que marca o início da explicação das leis do universo a partir de uma visão evolucionária. É no ano de 1885 que Peirce define quais são os princípios ativos no universo além do acaso absoluto, assunto exposto numa carta a William James e com o qual Peirce pretende desvendar o mistério do

universo: “[...] three elements are active in the world, first, chance; second, law; and third, habit-taking. Such is our guess of the secret of the sphynx” (PEIRCE *apud* HOUSER, 1992, p. 242). Porém a filosofia evolucionária que iria eclodir nos artigos da série monista também foi o resultado de outros estudos e interesses de Peirce:

The chief developments in the pre-*Monist* period [1872-1890] whose effects on Peirce’s realism will appear in the *Monist* period are his pragmatism; his work on the logic of relations and on truth-tables, indices, and quantification; the resulting reformulation of his categories; his work and that of Cantor and Dedekind on transfinite numbers; the appearance in 1885 of provocative books by Royce and Abbot; and, at the end of the period, a fresh review of the history of philosophy for purposes of defining philosophical terms for the *Century Dictionary*. (FISH *apud* HOUSER, 1992, p. xxvi)

Foi dessa variedade de estudos que surgiu a filosofia evolucionária exposta nos artigos da Série Metafísica de 1891-1893, marco fundamental no percurso evolutivo do pensamento de Peirce. No primeiro artigo titulado *The architecture of theories*, Peirce expõe o seu idealismo objetivo, que consiste em considerar a matéria como mente esgotada ou exausta pelo hábito, a “única teoria inteligível do universo”, além de discutir assuntos como a ação mental (a lei fundamental da ação mental é que sentimentos e ideias tendem a expandir-se e propagar-se) ou os tipos de fenômenos mentais (são três as classes de fenômenos mentais, sentimentos, sensações de reação e concepções gerais), sem esquecer que Peirce enfatiza que o acaso e a continuidade são duas das ideias fundamentais para se construir uma filosofia que possa acompanhar os avanços modernos da ciência. No segundo artigo da série, Peirce defende a ideia de que há sempre um elemento de acaso absoluto que prevalece no universo. Peirce chama esta doutrina de tiquismo, e diz que o “[...] *tychism* must give birth to an evolutionary cosmology, in which all the regularities of nature and mind are regarded as products of growth” (PEIRCE *apud* HOUSER, 1992, p. 298). Assim, as leis da natureza que parecem ser imutáveis e eternas são na verdade resultado da evolução e do crescimento. No artigo titulado *The law of mind*, Peirce discute a doutrina do sinequismo, e define duas propriedades fundamentais das séries contínuas: a aristotelicidade (em inglês *Aristotelicity*: cada *continuum* contém os seus limites) e a kanticidade (em inglês *Kantcity*: cada *continuum* é infinitamente divisível). Peirce aplica a aristotelicidade à filosofia, e obtém como resultado, que a consciência ocupa tempo. A lei da mente é aquela mencionada linhas atrás, mas aqui se faz a aclaração de que as ideias perdem intensidade ao expandir-se e propagar-se, mas, em contrapartida, ganham generalidade. No seguinte artigo da série - *Man’s glassy essence* -, Peirce analisa a espinhosa questão da relação corpo-mente aplicando a sua teoria do sinequismo. Já que a matéria é mente esgotada pelo hábito, os eventos físicos não seriam nada mais do que formas degradadas de eventos psíquicos, e, como as leis da mecânica são hábitos adquiridos, assim como todas as regularidades da mente, Peirce chega à conclusão de que o

idealista não necessita de uma teoria mecânica da vida (HOUSER, 1992, p. 334). No último artigo da série metafísica - *Evolutionary love* -, Peirce discute distintos tipos de evolução, e afirma que a lei do amor é a mais fundamental forma de evolução, teoria conhecida como doutrina do agapismo: “Love, recognising germs of loveliness in the hateful, gradually warms it into life, and makes it lovely. That is the sort of evolution which every careful student of my essay ‘The Law of Mind’ must see that *synechism* calls for” (PEIRCE, 1992, p. 354).

Eis em linhas gerais a filosofia evolucionária de Peirce, o lugar que ela ocupa na divisão das ciências e o lugar que a lógica ocupa no interior dela. A série metafísica de 1891-1893 marca o início da maturidade do pensamento de Peirce, e a curva evolutiva que o levaria do idealismo kantiano ao realismo objetivo e à filosofia evolucionária, constitui um dos traços mais característicos desta grande primeira fase do seu pensamento. A segunda fase se caracterizaria pelo aperfeiçoamento e correção das doutrinas e ideias do seu sistema, e além de continuar interessado em questões como a teoria do raciocínio, a percepção, a notação lógica, etc., Peirce ocupou-se sobretudo com a semiótica e o pragmatismo, sendo um dos fatos mais marcantes desta fase a fusão do pragmatismo com a semiótica. Foi durante esta época que Peirce realizou a mais detalhada classificação dos signos, ainda que essa tarefa nunca tivesse sido concluída. Para os objetivos de nossa dissertação, o que foi exposto até aqui sobre a filosofia evolucionária será suficiente.

3 LÓGICA COMO SEMIÓTICA

A importância de Peirce no desenvolvimento da lógica moderna ainda está para ser reconhecida. Ele é o criador de termos e conceitos sem os quais a lógica de hoje em dia não seria a mesma; assim, por exemplo, pesquisadores da sua obra se surpreendem ao verificar a influência de Peirce nos conceitos mais corriqueiros da lógica atual: “Hilary Putnam expressed his surprise upon discovering ‘how much is quite familiar in modern logic actually became known to the logical world through the efforts of Peirce and his students’” (PUTNAM *apud* HOUSER, 1992, p. xx). De fato, algumas das suas contribuições à lógica servem para indicar o início de uma nova era: “[...] W.V. Quine dates modern logic from ‘the emergence of general quantification theory at the hands of Frege and Peirce’” (QUINE *apud* HOUSER, *loc. cit.*). Ele é o precursor da notação lógica que Peano padronizou e divulgou: “Criou uma notação lógica que seria adaptada por Peano e se tornaria padrão com o clássico *Principia Mathematica*, de Russell e Whitehead” (ROMANINI, 2006, p. 10). Outras contribuições de Peirce para a lógica são as seguintes:

Along with Gottlob Frege, Bertrand Russell, and David Hilbert, Peirce is considered one of the founders of modern logic. [...] Independently of Frege, he developed the concepts of quantification and quantifying logic

[...]. He was author of the terms “First Order Logic” and “Trivalent Logic” [...]. He also anticipated Henry Sheffer’s “Stroke Function” by more than 30 years [...]; worked with what later came to be known as Claude Shannon’s correspondence between truth functions and electrical circuitry [...]; and developed a logical notation using topological forms (existential graphs) that anticipated hybrid systems of notation based on graphs, diagrams, and frames [...]. (QUEIROZ; MERRELL, 2005, p. 1)

De fato, Peirce percebeu desde cedo a importância da lógica e se dedicou ao estudo contínuo dessa disciplina para levá-la a outros campos das suas investigações científicas: “For Peirce, as for Kant, logic was the key to philosophy. He claimed that from the age of twelve, after reading his brother’s copy of Whately’s *Elements of Logic*, he could no longer think of anything except as an exercise in logic” (HOUSER, 1992, p. xxix). Com o passar dos anos e o melhor conhecimento da lógica de Aristóteles, assim como da lógica medieval e da lógica do seu tempo, em especial a lógica algébrica de Boole e de De Morgan, Peirce identificaria a lógica com a semiótica e passaria a investigar o signo em suas mais diversas manifestações, tentando desvendar o âmago do seu funcionamento, analisando e classificando os mais diversos tipos de signos. Mas ele não foi o primeiro a identificar a lógica com a semiótica.

Como é sabido, a palavra semiótica deriva do termo grego *semeion*, que significa sinal, e era utilizada na antiga medicina grega para designar os sintomas da doença, uso presente na medicina atual sob a forma da disciplina da semiologia, que estuda precisamente os sinais e sintomas das doenças. Do seu uso restrito no campo da medicina, a palavra *semeion* passou a designar qualquer coisa que indica ou representa alguma outra coisa, sendo que o primeiro testemunho desse uso no âmbito da filosofia é Santo Agostinho, o qual foi “[...] a primeira figura a enunciar, em absoluto, um ponto de vista puramente semiótico, como se pode ver na sua *De doctrina christiana*” (DEELY, 1995, p. 23). Eis a definição de signo por Santo Agostinho: “[...] um signo é uma coisa que, para além da impressão que produz nos sentidos traz, em consequência, qualquer outra coisa ao pensamento” (AGOSTINHO *apud* DEELY, 1995, p. 24). Porém, a lógica aristotélica medieval não tinha como preocupação direta estudar o signo, e sim o silogismo, conformando assim a doutrina silogística que viria a ser a linguagem padrão na lógica até o século XIX, quando finalmente surgiu a lógica algébrica de Boole e de De Morgan abrindo os horizontes para uma real formalização e artificialização da linguagem. Mas o problema do signo nunca deixara de ser uma preocupação subterrânea no mundo da lógica, e no tempo de Ockham, por exemplo, ele era utilizado para distinguir ideias de palavras: “Já ao tempo de Guilherme de Ockham (m. 1350), a concepção de ideia como signo mental em contraste com a palavra verbal, tal como a natureza contrasta com a convenção, estava a tornar-se uma noção estabelecida entre os lógicos” (DEELY, 1995, p. 53). Mas, finalmente, o estudo das ideias acabou sendo tarefa não

da lógica e sim das ciências da vida, onde elas foram utilizadas para explicar a relação do organismo com o meio ambiente físico. Dentro deste quadro teórico, as ideias eram entendidas como a resposta do ser vivo aos estímulos físicos do seu meio ambiente, sobretudo elas eram “[...] a expressão do organismo a si próprio daquilo que era importante (proveitoso ou prejudicial, agradável ou desagradável, a ser procurado ou evitado) no seus encontros com o ser ‘real’ do mundo físico” (*Ibidem*, p. 55). A psicologia de Aristóteles foi fundamental para este entendimento biológico das ideias:

As concepções aristotélicas sobre a sensação, a maior parte das vezes tão pobremente interpretadas, tornam-se inteligíveis quando compreendemos que o aristotelismo é a filosofia que posiciona as ideias não só no intelecto, na imaginação e na memória, mas também na visão, na audição e no tacto. Outras filosofias conhecem ideias que nascem na alma, por exemplo, representações intelectuais consequentes de imagens, imagens consequentes de impressões sensoriais. Mas o *aristotelismo conhece ideias que são iniciais em sentido absoluto e que não nascem na alma mas na natureza*. Esta ideia sensorial é a resposta aristotélica ao problema da conexão inicial entre a natureza física e a alma. (SIMON *apud* DEELY, 1995, p. 57)

A concepção psico-biológica das ideias configurou então uma problemática bastante complexa e rica que englobava questões relativas aos mais diversos campos. Tudo isto complicava em demasia os estudos lógicos, e os novos estudantes passavam por sérias dificuldades no início dos seus estudos. Este problema foi identificado já em 1631 por Garcez Poinot, filósofo português que propôs que se separassem todos os problemas inerentes ao signo, para serem estudados numa ciência específica a ele, a semiótica:

Assim, diz Poinot, o que ele fez, para simplificar os textos *summulae* e ao mesmo tempo clarificar a maior tradição lógica e filosófica nesta área, foi reduzir à sua unidade todas as questões básicas que foram levantadas em relação aos signos e inserir a discussão destas questões no lugar que lhes cabe na tradição da lógica e da filosofia, através da substituição do até então habitual comentário sobre *De Interpretatione (Peri Hermeneias)* de Aristóteles por um tratado geral dos signos (*tractatus de signis*). (DEELY, 1995, p. 75-76)

Nascia assim o predecessor da semiótica enquanto ciência que estuda os signos, mas ainda com uma restrição: os únicos tipos de signos que esse novo ramo da lógica iria estudar por muito tempo seriam os símbolos. Essa é a grande diferença entre a tradição e Peirce, pois ele estendeu o escopo desse novo ramo da lógica ao estudo de qualquer tipo de signo, e só então se pode falar de uma ciência semiótica no verdadeiro sentido do termo e de uma lógica como semiótica:

Conforme a tradição, a princípio restringiu a visão desses meios estritamente aos símbolos. Ao contrário da tradição, no entanto, muito rapidamente Peirce se deu conta de que nenhum raciocínio, nenhum pensamento, nenhuma linguagem podem ser conduzidos exclusivamente com signos, mas exigem e realizam o emprego de outros tipos de signos não-simbólicos até o limite dos

quase-signos. É por isso que sua lógica é sinônimo de semiótica. (SANTAELLA, 2004, p. 176)

Se a lógica como semiótica estuda qualquer tipo de signo, qual seria a definição que expressa melhor a sua natureza? Peirce definiu o signo diversas vezes a partir de vários pontos de vista, alguns deles de forma simples em detrimento da exatidão, outra vez de forma técnica, porém de difícil compreensão. Cremos que para os propósitos deste trabalho bastam duas definições, uma abrangente e outra científica. A definição abrangente se enunciaria assim: signo é tudo aquilo que representa qualquer outra coisa. Esta definição permite considerar como signo coisas que normalmente não seriam consideradas como tais. Assim, por exemplo, desde que um grito representa a alegria ou surpresa de alguém, esse grito é um signo; uma interpretação possível da obra “O velho e o mar” seria que ela representa a luta do ser humano contra as adversidades da vida, portanto, esse livro é um signo; uma igreja pode representar o fervor espiritual de um povo, então essa igreja é um signo; alguém aponta determinado objeto com o dedo, então esse dedo apontando é um signo; alguém se põe vermelho porque está com raiva ou com vergonha, então essa cor é um signo; qualquer ferramenta pode representar o trabalho ou o avanço tecnológico do ser humano, então essa ferramenta é um signo; uma pintura abstrata que só contivesse a cor azul pode representar tudo o que é azul ou está relacionado a essa cor, e nestes casos as possibilidades são infinitas, então essa pintura é um signo. Pelos exemplos citados se pode observar que qualquer coisa pode funcionar como um signo, mas essa variedade também deve servir como um lembrete de que há vários tipos de signos; assim, por exemplo, nos casos citados, o livro de Hemingway é um signo que funciona como um símbolo, o dedo apontando é um signo que funciona como um índice, e a pintura abstrata é um signo que funciona como um ícone. Peirce fez uma extensa classificação dos signos desde os mais variados pontos de vista, todos eles na forma de tríades como no último exemplo citado (símbolo-índice-ícone), mas como a classificação morfológica dos signos não é um assunto diretamente relacionado ao escopo desta pesquisa, ele não será abordado neste trabalho. Já a definição científica está relacionada com os três elementos do signo, os quais, por sua vez, estão relacionados com as categorias. Na teoria semiótica de Peirce, o signo é composto por três elementos: o representamen, relacionado com a categoria da primeiridade, é o signo em si mesmo, nas suas qualidades materiais; o objeto, relacionado com a categoria da secundidade, é aquilo que o signo representa; e o interpretante, relacionado à categoria da terceiridade, é o efeito total do signo, o efeito significado do signo. Uma vez que estes elementos serão analisados nas próximas seções, não será necessário entrar em detalhes aqui. Isto dito, passaremos a expor a definição científica de signo feita por Peirce num manuscrito de 1907:

I will say that a sign is anything, of whatsoever mode of being, which mediates between an object and an interpretant; since it is both determined by the object *relatively to the interpretant*, and determines the interpretant *in reference to the object*, in such wise as to cause the interpretant to be determined by the object through the mediation of this “sign”. (PEIRCE, 1998, p. 410)

Nesta definição, um dos pontos mais importantes se refere ao lugar que o signo ocupa na representação: ele é o mediador entre um objeto e um interpretante. Estando no meio, o signo é um ente ativo e passivo ao mesmo tempo: o signo é passivo quando é determinado pelo objeto, e ativo quando determina o interpretante. Como se vê, o conceito de determinação é importante nesta definição, motivo pelo qual será um dos temas tratados nas próximas seções.

Outro conceito importante para a compreensão deste trabalho é o de semiose. A função do signo é representar o seu objeto, e a palavra semiose indica justamente este modo de agir do signo, daí que seja definida como a ação do signo. Eis como Peirce define a semiose no mesmo manuscrito de 1907, relacionando-a indissolúvelmente ao conceito tripartite do signo:

It is important to understand what I mean by *semiosis*. All dynamical action, or action of brute force, physical or psychical, either takes place between two subjects, - whether they react equally upon each other, or one is agent and the other patient, entirely or partially, - or at any rate is a resultant of such actions between pairs. But by “semiosis” I mean, on the contrary, an action, or influence, which is, or involves, a cooperation of *three* subjects, such as a sign, its object, and its interpretant, this tri-relative influence not being in any way resolvable into actions between pairs. *Σημείωσις* in Greek of the Roman period, as early as Cicero’s time, if I remember rightly, meant the action of almost any kind of sign; and my definition confers on anything that so acts the title of a “sign”. (*Ibidem*, p. 411)

Para finalizar esta seção resta-nos dizer algumas palavras sobre a divisão da lógica. Pelo diagrama da divisão das ciências exposto anteriormente, verificou-se que a lógica, enquanto ciência normativa, ocupa-se das coisas cuja finalidade é representar um objeto, isto é, a lógica se ocupa dos signos, daí que se fale de lógica como semiótica. Além do mais, observou-se também que os fundamentos da lógica se encontram na ética e na estética num primeiro nível; num segundo nível e como ciência normativa, a lógica tem os seus fundamentos na fenomenologia; num terceiro nível e enquanto ciência filosófica, a lógica tem os seus fundamentos últimos na matemática. No que diz respeito à divisão da lógica, as distintas disciplinas que a compõem podem surgir da análise tradicional do silogismo; assim, um dos propósitos da lógica seria o de estudar os modos de conduzir o raciocínio e a pesquisa, e então temos a terceira divisão da lógica conhecida como retórica especulativa ou metodêutica; mas, antes disso, é necessário investigar a classificação dos raciocínios, para

assim conhecer os seus tipos e classes e o valor de cada raciocínio, trabalho que pertence à segunda divisão da lógica, a crítica; porém, antes de classificar os raciocínios se faz necessário investigar os elementos com os quais eles são feitos, ocupação da primeira divisão da lógica, a gramática especulativa. Peirce analisa a divisão da lógica em vários manuscritos, dos quais se pode citar o seguinte trecho como exemplo:

A lógica não pode abraçar todo o conhecimento humano... O propósito último do lógico é construir uma teoria de como o conhecimento avança. Assim como há uma teoria química de tingimento que não é exatamente o ato de tingir, assim como há uma teoria da termodinâmica que é bem diferente do ato de construir máquinas de calor, também a Metodêutica, que é o objetivo último dos estudos lógicos, é a teoria do avanço do conhecimento de todos os tipos. Mas essa teoria não é possível enquanto o lógico não tiver examinado todos os diferentes modos elementares de se chegar à verdade e especialmente todas as diferentes classes de argumentos e não tiver estudado as propriedades relativas ao poder dos argumentos como condutores da verdade. Essa parte da lógica é chamada de Crítica. Mas antes que seja possível entrar em seu assunto de algum modo racional, a primeira coisa que é necessária é examinar cuidadosamente todos os modos pelos quais o pensamento pode ser expresso. Uma vez que o pensamento não tem nenhum ser exceto na medida em que ele se corporifica, e uma vez que a corporificação do pensamento é um signo, a tarefa da lógica crítica não pode ser levada à frente enquanto toda a estrutura dos signos não tiver sido cuidadosamente investigada. [...] Assumo, portanto, uma posição bem similar àquela dos lógicos ingleses, começando com Scotus, ao considerar esta parte introdutória da lógica como nada além de uma análise das espécies de signos que são absolutamente essenciais à corporificação dos pensamentos. Chamo-a, a partir de Scotus, de Gramática Especulativa. (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 2004, p. 180-181)

1 REPRESENTAÇÃO E CAUSAÇÃO LÓGICA

1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA: SIGNOS GENUÍNOS E SIGNOS DEGENERADOS

Ao pesquisar e analisar a relação entre os três elementos do signo peirceano (representamem, objeto e interpretante), Lucia Santaella esclarece que um dos pressupostos que sustentam o seu trabalho se refere ao fato de que o estudo do signo parte de um ponto de vista puramente abstrato e ideal, já que a análise do signo ideal abrangeria toda e qualquer manifestação dos signos concretos. Em termos da semiótica de Peirce, isto indica que a pesquisadora escolhe como objeto de estudo o signo genuíno e não o degenerado.

A divisão do signo em genuíno e não-genuíno (ou degenerado) é uma distinção abstrata que se baseia na ação do signo, que seria a ação de ser interpretado, movimento que daria origem a outro signo, o qual por sua vez daria origem a outro signo e assim infinitamente, um processo dialético de continuidade e crescimento que possui as características da própria vida. Esse processo de autogeração e crescimento contínuo constituiria o caráter genuíno do signo, além de dar origem a um conceito importante na semiótica de Peirce, a ideia de semiose infinita:

É justamente a terceira categoria fenomenológica (crescimento contínuo) que irá corresponder à definição de signo genuíno como processo relacional a três termos ou mediação, o que conduz à noção de semiose infinita ou ação dialética do signo. [...] Peirce definiu essa relação como sendo aquela própria da ação do signo ou semiose, ou seja, a de gerar ou produzir e se desenvolver num outro signo, este chamado de “interpretante do primeiro”, e assim *ad infinitum* [...]. (SANTAELLA, 2008, p. 8)

Qualquer verbete de dicionário pode ser um exemplo de semiose infinita, pois o significado de uma palavra só pode ser explicado por meio de outras palavras, as quais, por sua vez, poderão necessitar de outras palavras para serem entendidas, e assim sucessivamente, o que potencialmente poderia exaurir todas as palavras de uma língua, porém como o conhecimento está em constante crescimento, agregando novos conceitos e novas palavras a uma língua, esse processo poderia não ter fim. De outro lado, a história de qualquer conceito, como o do átomo, também demonstra um crescimento contínuo e sem um limite definido, pois uma nova descoberta significa um acréscimo de conhecimento e uma nova significação que será vinculado a esse conceito, processo que provavelmente não terá fim, evidenciando assim mais um exemplo de semiose infinita.

O signo não-genuíno ou degenerado tem esse movimento autogerativo truncado pelos interesses teóricos ou práticos que uma determinada situação impõe, isto é, o movimento de autogeração e crescimento do signo conclui no momento em que as necessidades do aqui e agora são satisfeitas, interrompendo assim a continuidade interpretativa do signo que potencialmente se prolongaria ao infinito. Santaella diz que os signos não-genuínos

[...] são assim chamados porque neles a tricotomia⁵ não é genuína, de modo que a trajetória do interpretante não se completa rumo à continuidade. Em algum estágio, a trajetória se interrompe e o nível atingido é suficiente para preencher a função que o signo está apto a cumprir. (*Ibidem*, p. 70)

Com base nisso, a autora esclarece que “[...] o signo genuíno é muito mais um constructo teórico do que um signo atualizado e utilizável” (*Ibidem*, p. 71), e que o signo degenerado é aquele com o qual convivemos e tratamos na vida diária: “[...] estamos muito mais cercados, na nossa existência concreta, de signos não-genuínos ou degenerados do que o contrário” (*Ibidem, loc. cit.*).

A decisão da autora de abordar a teoria semiótica de Peirce a partir do signo genuíno tem fundamentos epistêmicos que se opõem aos da abordagem genética nos estudos do signo. O estudo do signo ou semiótica, segundo um pesquisador citado pela autora, deve partir do plano puramente teórico e abstrato (signo genuíno) para depois estudar os signos práticos e concretos (signos não-genuínos ou degenerados). Uma abordagem em sentido contrário, isto é, que parte do signo degenerado para chegar ao signo genuíno, característica da abordagem genética, estaria erroneamente fundamentada, porque os signos degenerados são signos incompletos. A autora se fundamenta nas pesquisas do estudioso mencionado ao escolher o signo genuíno como objeto de estudo, o qual afirma o seguinte:

Nenhuma análise de qualquer espécie de signo degenerado é capaz de fornecer uma fundação suficiente para a semiótica. [...] [A análise semiótica] deve explicitar a essência do signo genuíno e, então, elucidar as funções dos signos degenerados. Nenhuma aproximação genética é correta na semiótica; esta não vai das formas e signos incompletos para os completos, mas sim, das genuínas para as degeneradas, isto é, das formas gerais para as particulares. (BUCZINSKA *apud* SANTAELLA, 2008, p. 70-71)

Nossa pesquisa também se fundamentou na argumentação acima exposta, iniciando a análise da relação interpretante-inferência no âmbito de ação de um signo genuíno, para assim tentar obter uma visão ampla e mais precisa da relação e função desses elementos numa relação de representação que tende potencialmente para o infinito.

O estudo do signo pode ser dividido em três aspectos ou planos principais, divisão possibilitada pela natureza tripartite do signo, a qual implica que qualquer relação de

⁵ A tricotomia se refere aos três elementos do signo fundamentados nas três categorias fenomenológicas de Peirce: signo em si mesmo ou representamem (primeiridade), objeto (secundidade) e interpretante (terceiridade).

representação necessariamente envolve uma tríade (representamem-objeto-interpretante): o estudo do signo do ponto de vista da significação ou representação, da objetivação e da interpretação:

[...] de acordo com Ransdell [...] nós podemos pensar essa relação genérica de três modos diferentes, dependendo da ênfase que é colocada sobre cada um dos correlatos: assim, se o primeiro correlato é enfatizado, a relação é de significação ou representação; se o segundo é posto em evidência, a relação é de objetivação e se o terceiro é enfatizado, tem-se uma relação de interpretação. (SANTAELLA, 2008, p. 17)

Estabelecidos os pressupostos teóricos e seguindo a ordem sugerida pela natureza do signo, o trabalho começará pelo estudo e análise do representamem, para logo seguir com o objeto e finalmente para o interpretante.

1.2 O REPRESENTAMEM

O representamem ou signo em si mesmo é o primeiro correlato do signo, o qual não se confunde com o signo da relação de representação, que sempre envolve uma tríade. Ainda assim, como a citação anterior indica, colocar no centro da análise o primeiro correlato do signo significa enfatizar a relação de significação ou representação. A teoria semiótica de Peirce indica que a relação de representação envolve necessariamente uma tríade, pois o signo, por que representa um objeto, tem a capacidade de gerar um interpretante. É nessas bases que a relação de representação corresponde à ação do signo, já que, segundo a pesquisadora, a ação do signo é a ação de ser interpretado, o que propicia o movimento autogerativo do signo, um movimento que se assemelha ao da própria vida:

A ação do signo, que é a ação de ser interpretado, apresenta com perfeição o movimento autogerativo, pois ser interpretado é gerar um outro signo que gerará outro e assim infinitamente, num movimento similar ao das coisas vivas. (SANTAELLA, 2008, p. 4)

Uma das principais características da ação do signo, segundo a pesquisadora, é que a relação de representação é a forma ordenada de um processo lógico onde o signo em si mesmo ou representamem ocupa o lugar do primeiro relato, o objeto, o segundo, e o interpretante, o terceiro:

Ora, a posição e o papel que cada elemento ocupa na tríade não são, de forma alguma, inócuos. O que está sendo definida não é simplesmente a palavra signo, ou objeto, ou interpretante, mas a relação de representação como forma ordenada de um processo lógico. (*Ibidem*, p. 17)

A relação de representação (concebida como um processo lógico ordenado) tem a sua origem no objeto, já que tal relação é o resultado do modo lógico da ação de um objeto. Dentro dos esquemas teóricos de representação em Peirce, o signo age por causalção lógica: “A ação lógica ou semiótica do objeto é sempre a ação de um signo, ou melhor, o modo

lógico – e não físico – da ação de um objeto e, portanto, o modo de ação de um signo se dá por causalção lógica” (*Ibidem*, p. 24). Assim por exemplo, se o objeto é uma mera ideia ou qualidade, como a cor azul ou “azulidade”, poderá gerar um signo na forma de um quadro abstrato em que se pintou somente a cor azul; se o objeto é um fato ou ser concreto, como qualquer ser vivo, poderá gerar signos tais como as pegadas dos dinossauros; se o objeto é uma regra geral, hábito de interpretação ou um tipo geral de coisas, poderá gerar signos como as palavras “maçã” ou “cavalo” escritas num livro ou pronunciadas por alguém.

A causalção lógica ou ação do objeto através do signo não implica que exista algo assim como um objeto originário e primordial no limite de uma hipotética regressão, já que o significado de uma representação é outra representação, e assim *ad infinitum* (*Ibidem*, p. 19). Dessa forma, a ação do signo genuíno implica uma progressão (autogeração e crescimento do signo) e uma regressão (o significado de uma representação é outra representação) ao infinito. Aqui se faz necessário lembrar algo que já foi mencionado quando se falou dos signos não-genuínos ou degenerados. As regressões ou progressões ao infinito são o resultado de uma análise puramente teórica e abstrata daquilo que seria o movimento ou ação de um signo genuíno. O signo agiria infinitamente dessa forma se não existissem necessidades a satisfazer do aqui e agora, necessidades que põem um limite e fim às regressões e progressões ao infinito, evitando desta forma que a teoria da representação de Peirce se feche num círculo vicioso:

Assim, as progressões e regressões, implícitas na concepção geral de representação, não são viciosas, mas devem ser vistas como lembretes de que são nossos interesses práticos e teóricos, num dado momento, que fornecem os limites – os pontos de partida e de chegada – em qualquer investigação semiótica. (RANSDELL *apud* SANTAELLA, 2008, p. 20)

Além do mais, a função e a importância da percepção na teoria semiótica de Peirce indicam que o objeto só é inacessível ontologicamente (não há um objeto originário), pois epistemologicamente a experiência nos dá a conhecer o objeto por intermédio dos signos: “[...] a infinitude remota do objeto, em relação a qualquer signo dado, não implica que o objeto seja remoto experiencialmente; pois qualquer signo do objeto é uma manifestação do objeto ele mesmo [...]” (RANSDELL *apud* SANTAELLA, 2008, p. 24). Este ponto será esclarecido adiante, quando da análise da relação entre objeto e percepção.

Há dois aspectos importantes sobre a causalção lógica. A teoria da representação de Peirce implica uma relação lógica entre os três elementos do signo em que se pode observar dois tipos de interação: “[...] as relações de determinação (do signo pelo objeto e do interpretante pelo signo) [...] e a função mediadora do signo entre objeto e interpretante [...]” (SANTAELLA, 2008, p. 13). A relação de determinação se fundamenta no objeto, já que este

determina imediatamente o signo e mediadamente o interpretante, enquanto que na função mediadora se observa a produção de um interpretante (e não a necessidade de um intérprete) que é a manifestação de alguma característica do objeto transmitida por meio do signo.

A estudiosa faz uma conexão entre a causação lógica e a relação de determinação, ao afirmar que a causação lógica “[...] se expressa mais elucidativamente por meio da palavra ‘determina’, contanto que não se confunda ordem lógica com ordem temporal [...]” (*Ibidem*, p. 25). Esta última advertência se deve ao fato de que a relação de determinação, a qual implica que o objeto determina o signo, o qual, por sua vez, determinará um interpretante, parece conceder primazia real ao objeto em detrimento do signo. Mas na realidade o que acontece é que o objeto “[...] só é logicamente acessível pela mediação do signo” (*Ibidem, loc. cit.*), isto é, na ordem lógica o que aparece em primeiro lugar na mente que interpreta é o signo e depois o objeto, ainda que na ordem temporal o objeto seja a origem e causa tanto do signo como do interpretante, já que nessa dimensão o objeto determina tanto o signo (determinação imediata) como o interpretante (determinação mediata): “[...] a ação do signo ou autogeração só se consuma porque ele determina o interpretante (terceiro), que, sendo criado pelo signo, estará mediadamente determinado pelo mesmo objeto que determina o signo” (*Ibidem, loc. cit.*).

Peirce indica que há três tipos de determinação, os quais dariam origem à uma das mais estudadas classificações do signo, a tricotomia ícone-índice-símbolo:

[...] an analysis of the essence of a sign, (stretching that word to its widest limits, as **anything which, being determined by an object, determines an interpretation to determination, through it, by the same object**), leads to a proof that every sign is determined by its object, either first, by partaking in the characters of the object, when I call the sign an **Icon**; secondly, by being really and in its individual existence connected with the individual object, when I call the sign an **Index**; thirdly, by more or less approximate certainty that it will be interpreted as denoting the object, in consequence of a habit (which term I use as including a natural disposition), when I call the sign a **Symbol**. (PEIRCE, CP 4.531)⁶

Os exemplos citados no início desta seção, quando se falou do modo lógico da ação de um objeto, são exemplos clássicos da tríade ícone-índice-símbolo; assim, o quadro abstrato em que se representa somente a cor azul é um exemplo de ícone, já que tal quadro, considerado como signo, é determinado por seu objeto (a “azulidade”) por meio de uma característica compartilhada por ambos; a pegada do dinossauro, que seria um signo, está existencialmente conectada ao seu objeto, o dinossauro, daí que tal signo seja considerado um

⁶ Sobre o uso das citações da obra *Collected Papers*, todos os pesquisadores indicam o seguinte: “Conforme tradição firmada no mundo da cultura inglesa, as citações da obra peirciana são codificadas por volume e parágrafo referentes à edição *Collected Papers of Charles Sanders Peirce* [...]. No código, a primeira cifra reporta-se ao volume e a segunda, ao parágrafo” (PIGNATARI, 2004, p. 39-40).

índice; e as palavras “maçã” e “cavalo” são signos que representam os seus objetos por meio de um hábito interpretativo, exemplificando assim o signo conhecido como símbolo.

A teoria da relação de determinação, na qual predomina a ação do objeto, está relacionada com a noção de potencialidade sígnica, na qual predomina a ação do signo em si mesmo ou representamem. A noção de signo em Peirce implica que qualquer coisa pode funcionar como um signo desde que possua potencialidade sígnica, a qual consiste numa qualidade:

A *Sign* is anything which is related to a Second thing, its *Object*, in respect to a Quality, in such a way as to bring a Third thing, its *Interpretant*, into relation to the same Object, and that in such a way as to bring a Fourth into relation to that Object in the same form, *ad infinitum*. (PEIRCE, CP 2.92)

Sendo assim, uma qualidade é o fundamento do signo ou constitui a potencialidade sígnica daquilo que age como um signo (RANSDELL *apud* SANTAELLA, 2008, p. 21). A pesquisadora afirma que na teoria semiótica de Peirce “[...] algo é significante de seu objeto, possuindo potencialidade sígnica, de acordo com três modalidades [...]” (SANTAELLA, 2008, p. 21): quando o signo se relaciona com o objeto por meio de uma qualidade (ícone), quando existe uma relação de fato entre signo e objeto (índice), e, por último, quando a relação signo-objeto é convencional (símbolo).

A qualidade como fundamento do signo indica outra característica importante da causação lógica: a incompletude do signo (e da representação de um modo geral) em relação ao objeto que representa. Como já foi indicado, o signo está relacionado com o seu objeto com respeito a uma qualidade, ou seja, o objeto determina o signo imprimindo nele apenas uma ou algumas das suas características ou propriedades, já que se o objeto fosse capaz de determinar um signo que representasse todas as suas características, não estaríamos diante de uma simples representação e sim do próprio objeto, pois o signo, nessas condições, seria o próprio objeto. Mas tal não acontece, e o objeto, que não pode determinar um signo que represente todas as suas qualidades e características, determina um signo cuja incompletude seria um dos motivos do movimento da causação lógica ou ação do signo, isto é, a de gerar interpretantes que intentam completar a representação do objeto:

[...] a ligação do signo ao objeto se dá *sob algum aspecto ou qualidade*, quer dizer: o signo está ligado ao objeto não em virtude de todos os aspectos do objeto, porque, se assim o fosse, ele seria o próprio objeto. [...] O signo estará, nessa medida, sempre em falta com o objeto. Daí sua incompletude e conseqüente impotência, sua tendência a se desenvolver num interpretante onde busca se completar. (*Ibidem*, p. 30)

Diante do exposto podemos afirmar que a análise da relação de representação, que implica uma interconexão lógica entre três termos, põe em evidência que o fenômeno da

causação lógica está fundamentado em três tipos de interação: a relação de determinação, a função mediadora do signo e a relação de interpretação. A função mediadora do signo entre objeto e interpretante será melhor compreendida se se leva em consideração a natureza e função do interpretante; de fato, Lucia Santaella afirma que “[...] o interpretante de um signo é a manifestação de algum aspecto do objeto por *meio e através* do signo” (*Ibidem*, p. 23). As palavras em itálico põem em destaque a função mediadora do signo, indicando que o objeto se serve do signo para transmitir algum aspecto ou característica própria dele que se manifestará no interpretante.

Contudo, o interpretante não se reduz à mera manifestação de alguma característica do objeto por meio do signo; o interpretante, porque determinado pelo signo e, portanto, porque mediadamente determinado pelo mesmo objeto que determina o signo, recebe deste último a função de representar o objeto, transformando-se assim num signo que terá a capacidade de gerar um interpretante, o qual, por sua vez, ao receber a tarefa da representação, transformar-se-á em outro signo que determinará outro interpretante, e assim *ad infinitum*. Desta forma, o interpretante, sendo o terceiro elemento da relação de representação triádica, transforma-se no primeiro elemento de uma nova relação de representação, processo de crescimento que se insere dentro do marco teórico da continuidade, um dos alicerces matemáticos da filosofia evolucionária de Peirce. Verifica-se assim que a autogeração (determinação do interpretante pelo signo) e o crescimento (transformação do interpretante em representamem) do signo são processos distintos relacionados por um elemento em comum, o interpretante:

O modo de ação típico do signo é o do crescimento através da autogeração. [...] Sua ação é a de crescer, desenvolvendo-se num outro signo para o qual é transferido o facho da representação. Nessa medida, o interpretante realiza o processo de interpretação, ao mesmo tempo que herda do signo o vínculo da representação. Herdando esse vínculo, o interpretante gerará, por sua vez, um outro signo-interpretante que levará à frente, numa corrente sem fim, o processo de crescimento. (*Ibidem*, p. 29)

É nestas bases teóricas que se pode afirmar que a única diferença observável entre os três elementos do signo reside na função que desempenham, pois, de outro modo, tais elementos são indistintos: o representamem pode transformar-se num objeto ou num interpretante em determinado momento do processo de representação, assim como o objeto pode transformar-se num representamem ou num interpretante, e o mesmo para o interpretante:

In Savan’s (1987-1988: 43) words, the terms interpretant, sign and object compose a triad whose definition can only be circular; each one of the three terms is defined by the other two. The only properties to be found in *S* [signo], *O* [objeto] and *I* [interpretante] are in the functional role; there is no distinct essential or substantive property, for at any given instant what was a

S can become an *O* or an *I*, and the same can be said of *O* and *I* (Tienne 1992). (QUEIROZ; MERRELL, 2006, p. 41)

Esta cadeia ininterrupta de relações de representação forma uma rede que possui a capacidade de expandir-se no espaço e no tempo, unindo assim o mundo mental e o mundo físico. Isto indica que o signo, em algum momento do seu crescimento, passa a existir como um ente materializado, pois do contrário ele se veria privado do poder de agir no mundo físico:

As a truly process thinker, it was quite natural that Peirce conceived semiosis as basically a process in which triads are systematically linked to one another so as to form a web. Sign processes are inter-relatedly extended within the spatiotemporal dimension, so that something physical has to instantiate or realize them. This means that signs cannot act unless they are spatiotemporally realized (see Emmeche 2004; Deacon 1999). If a sign is to have any active mode of being, it must be materially embodied. (*Ibidem, loc. cit.*)

Dessa forma, a “azulidade”, que num princípio era um signo-objeto imaterial na mente do artista, transforma-se depois num representamen no quadro abstrato (um objeto físico), e posteriormente num interpretante quando alguém interpreta tal obra e o associa a qualquer coisa que seja azul; o mesmo processo de transformação pode ser observado quando o arquiteto transforma o signo-objeto da sua mente numa maquete ou no próprio prédio já construído, sendo que tal prédio ou maquete poderiam funcionar como representamens, transformando-se posteriormente em interpretantes quando alguém diz que tal prédio ou maquete é uma igreja, ou um hospital, ou uma escola, ou que possui o estilo de tal arquiteto, etc.

Voltando à função mediadora do signo, é importante salientar que este conceito implica uma distinção fundamental entre interpretação (ou interpretante, na terminologia peirceana) e intérprete. De fato, uma das características mais marcantes da teoria semiótica de Peirce é que dispensa a necessidade de um intérprete e não o ato da interpretação em si mesmo e de tudo aquilo que envolve tal ato. A pesquisadora ressalta que a função mediadora do signo implica uma independência total do mesmo para gerar um interpretante, ou seja, a referência do signo ao objeto (referência que se manifestará no interpretante) “[...] não é dependente de qualquer interpretação particular. Ao contrário, é uma propriedade objetiva do signo, propriedade de autogeração que lhe dá o poder de produzir um interpretante, quer este seja, de fato, produzido ou não” (SANTAELLA, 2008, p. 25). Desse modo, a pegada do dinossauro é um signo que indica o seu objeto independentemente de alguém que o considere como tal, daí que tal signo tenha a capacidade de gerar um interpretante (tal pegada indica a existência de um ser vivo) haja ou não um intérprete. Assim também com os hieroglíficos egípcios, que durante muito tempo foram indescifráveis, e só puderam ser interpretados

porque a capacidade de gerar um interpretante dependia primordialmente deles mesmos e não de um intérprete em particular, pois do contrário só um egípcio contemporâneo da língua e que conhecesse tal código teria a capacidade de interpretar tais signos, o que significaria que eles teriam permanecido para sempre indescifráveis a nós.

Resta mencionar que na teoria da representação de Peirce, o objeto cumpre um papel fundamental no processo de causação lógica, chegando a ser considerado como o centro de convergência dos problemas ontológicos e epistemológicos da ação do signo ou semiose. Em primeiro lugar, não se deve esquecer que o lugar lógico do objeto é a realidade, e que só temos acesso à realidade através dos signos, o qual aponta para a função mediadora do signo e para a diferenciação entre a ordem temporal (onde o objeto determina o signo, e este o interpretante) e a ordem lógica da ação do signo: só temos acesso ao objeto (realidade) através dos signos: “Para Peirce, em última instância, o lugar lógico do objeto é o da ‘realidade’, a qual se torna manifesta através da mediação dos signos. Só temos acesso a ela através dos signos” (*Ibidem*, p. 30). Em segundo lugar, o objeto é importante no processo de causação lógica porque é a sua completude, que o signo não pode representar (o signo representa o seu objeto em relação a uma qualidade ou característica e não em relação a todos os seus aspectos), o que impulsiona a causação lógica:

[...] sendo o interpretante de natureza sgnica, ele se manterá também em dívida para com o objeto, que será, em razão disso, aquilo que, por resistir na sua alteridade, determina a causação lógica do desenrolar dos interpretantes. (*Ibidem*, *loc. cit.*)

1.3 O OBJETO

O problema do objeto do signo e sua função no processo de causação lógica já foram esboçados na seção dedicada à análise do signo em si mesmo ou representamem. Como mencionado na parte final da seção anterior, o lugar lógico do objeto é a realidade, e só temos acesso à realidade através dos signos, além do que o objeto, por sua alteridade e a incapacidade do signo para apreender a totalidade desse objeto, determina a causação lógica do desenrolar dos interpretantes que intentam completar a representação do objeto. Este modo de abordar a questão da relação objeto-signo permite que a pesquisadora possa afirmar que no objeto do signo residem os problemas ontológicos e epistemológicos da vida do signo. Nesta seção, estes conceitos serão retomados e analisados mais detidamente, introduzindo noções tais como experiência colateral e contexto do signo, distinção entre dois tipos de objetos, e a importante relação entre objeto e percepção.

1.3.1 OBJETO IMEDIATO E OBJETO DINÂMICO

A teoria semiótica de Peirce comporta dois tipos de objetos do signo, objeto imediato e objeto dinâmico. De maneira muito simplificada, pode-se dizer que o objeto imediato é aquele que está no interior do signo, e o objeto dinâmico é exterior ao signo. O objeto dinâmico é aquilo que denominamos o real ou realidade⁷, e o objeto imediato é o objeto dinâmico tal como é apreendido pela percepção e representado em signos. Este último aspecto demonstra a estreita relação entre os dois tipos de objetos do signo, entre outras coisas porque na teoria semiótica de Peirce há um postulado que afirma que não há acesso direto à realidade (isto é, não há acesso direto ao objeto dinâmico do signo), pois o acesso à realidade se dá unicamente através dos signos, ou mais especificamente, por intermédio do objeto imediato, o qual é um signo:

[...] a noção de objeto imediato é introduzida por Peirce para demonstrar a impossibilidade de acesso direto ao objeto dinâmico do signo. O objeto dinâmico é inevitavelmente mediado pelo objeto imediato, que já é sempre de natureza signica. (SANTAELLA, 2008, p. 40)

Além do mais, o objeto imediato, por ser o mediador pelo qual temos acesso à realidade, é o elemento que une o signo ao objeto dinâmico, estabelecendo assim um nexo indissolúvel entre signo e realidade:

[...] o signo só pode, de algum modo, estar no lugar do objeto porque há, no próprio signo, algo que, de certa maneira, estabelece sua correspondência com o objeto. Este algo – que liga o signo ao objeto dinâmico – é o objeto imediato [...]. (*Ibidem, loc. cit.*)

Assim por exemplo, o signo átomo durante algum tempo teve um objeto imediato que se referia à menor partícula indivisível da matéria, porém, o objeto dinâmico, que por equiparar-se à realidade possui a mesma incoercibilidade e imprevisibilidade desta, manifestou uma nova face e o signo átomo passou a indicar um objeto imediato que se refere a uma partícula que sim pode ser dividida em unidades menores, as partículas subatômicas,

⁷ Talvez este não seja o lugar adequado para tratar do conceito de realidade na teoria cognitiva de Peirce, daí que apenas serão mencionadas algumas características gerais sobre esse conceito. Como se viu na introdução, o percurso filosófico de Peirce se iniciou numa concepção mentalista de realidade para desembocar num realismo completo, o que significa acrescentar a realidade dos possíveis e a realidade dos fatos concretos ao esquema geral de realidade. Além do mais, a realidade se caracteriza pela sua teimosia em fazer-se presente tal como ele é, independentemente de qualquer vontade ou tentativa de manipulação por parte de quem conhece, de modo que nós tomamos conhecimento de uma realidade independente de nossa mente quando verificamos que alguma concepção, ideia ou ato entram em erro e falsidade no confronto com os fatos brutos do mundo exterior. É nesse sentido que a realidade não depende de qualquer interpretação particular, pois qualquer tipo de conhecimento individualista ou subjetivista entraria inevitavelmente em contradição com o princípio social enraizado na lógica, o qual considera que o real e a verdade dependem da opinião da comunidade, isto é, será verdadeiro e real aquilo que é aceito como real e verdadeiro pela maioria dos membros da comunidade. É por isso que Peirce considera que o pressuposto fundamental da pesquisa científica é o postulado da existência do real, e quando uma teoria ou hipótese não encontra contradição na fase de testagem experimental, então tal teoria passa a ser considerada como verdadeira pelos membros da comunidade científica, isto é, ela representa uma explicação satisfatória para uma parte da realidade, pelo menos até que um novo fato venha a contradizer tal teoria, surgindo assim a necessidade de uma nova hipótese que explique tal fato imprevisto e desconhecido que surgiu.

mudando assim o significado e o objeto imediato associados a tal signo, além de permitir a criação de invenções surpreendentes e desastrosas como a bomba atômica e a energia nuclear.

Podem-se distinguir três formas ou modos de aparecer do objeto imediato, os quais se referem, em última instância, às formas ou modos de aparecer do objeto dinâmico no interior da representação:

[...] pode-se dizer que o objeto imediato, nas suas três modalidades, diz respeito às formas pelas quais o objeto dinâmico se apresenta, ou está representado, no signo. Essas formas, resumidamente, assim se expressam:

- 1) a forma proeminentemente sensível;
- 2) a forma primariamente física; e
- 3) a forma predominantemente intelectual. (*Ibidem*, p. 42)

A distinção entre os modos de aparecer do objeto dinâmico no interior do signo (as três modalidades do objeto imediato) origina a distinção entre três tipos de signos. Signos cujos objetos imediatos aparecem de forma vaga são signos descritivos; signos cujos objetos imediatos aparecem de tal forma que não se pode evitar focar a atenção neles são signos designativos; e signos cujos objetos imediatos são formas intelectivas se denominam signos copulantes⁸.

No que diz respeito ao objeto dinâmico, já se mencionou que tal construto teórico corresponde à realidade, isto é, ao objeto que está fora do signo. É neste sentido que o objeto dinâmico pode ser definido, sob o ponto de vista das categorias fenomenológicas, como uma possibilidade, como um existente ou como um objeto real em relação com o aspecto interpretativo do signo; afinal de contas, esta forma de definir o objeto dinâmico se fundamenta nas categorias fenomenológicas porque estas se referem precisamente ao modo como os fenômenos aparecem na experiência:

The Dynamical Object – the external real object represented by the hint of the sign – [...] it is always defined in a categorical sense: it is pure possibility of knowledge (Firstness), the existent that cause a brute reaction (Secondness), and the “real” object, as it is revealed in the final moment of interpretation, in the habit or practice (Thirdness). (QUAGGIA, 2008, p. 193)

⁸ Eis a citação do próprio autor:

“Objects may be presented in three ways, thus:

1st, As mere Ideas, or what might be if things were not as they are; such as a geometrical surface, or an absolutely definite or distinct notion.

2nd, As brutally compelling attention.

3rd, As Rationally recommending themselves, or as Habitudes to which one is already reconciled.

Adopting this enumeration as a basis of a division of Signs, I obtain

A. *Descriptives*, which determine their Objects by stating the characters of the latter.

B. *Designatives* (or *Denotatives*), or Indicatives, *Denominatives*, which like a Demonstrative pronoun, or a pointing finger, brutally direct the mental eyeballs of the interpreter to the object in question, which in this case cannot be given by independent reasoning.

C. *Copulants*, which neither describe nor denote their Objects, but merely express the logical relations of these latter to something otherwise referred to. Such, among linguistic signs, as “If -- then -- ,” “ -- is -- ,” “ -- causes -- ,” “ -- would be -- ,” “ -- is relative to -- for -- ” “Whatever” etc.” (PEIRCE, CP 8.349-350)

Daí que o objeto dinâmico esteja relacionado a um importante assunto epistemológico, a percepção. Tal relação, em aparência, é contraditória dentro da teoria semiótica de Peirce, já que entre os pressupostos teóricos por ele estruturados há um preceito que diz que não há conhecimento direto do objeto dinâmico, pois ele sempre aparece, no signo, sob a forma do objeto imediato. O que nós conhecemos é o objeto imediato, que já é um signo, e portanto, um mediador pelo qual conhecemos o objeto dinâmico ou realidade. Então a maneira adequada de colocar o problema da relação entre percepção e objeto dinâmico seria a de indagar qual a influência do objeto dinâmico no processo da percepção, e não perguntar como conhecemos o objeto dinâmico (posto que o conhecemos através do objeto imediato, isto é, através de signos). Julgamos que se trata de um problema bastante complexo, pois indagar sobre a relação entre percepção e objeto dinâmico significa indagar sobre o modo como a realidade intervém no nosso humano modo de conhecer.

1.3.2 A PERCEPÇÃO

É de se notar que o problema da percepção, ao estar relacionado com o objeto, automaticamente se situa no nível da segunda categoria, o dos fatos brutos e incontroláveis, a das relações duais. Como se verá mais adiante, este caráter de descontrole permeia a totalidade do processo perceptivo, o qual, por esse motivo, não pode ser posto sob nenhuma espécie de controle deliberado. Além do mais, a teoria da percepção em Peirce não nega a existência da realidade, configurando assim, dentro de um processo triádico como é a relação de representação, uma relação dual entre aquilo que está fora e o nosso mundo interior; ou como diriam os empiristas tradicionais: “[...] o fato de que, por meio da percepção, um mundo, que não foi feito por nós, nem por uma criatura do Absoluto, se força sobre nós” (BERNSTEIN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 47). A percepção será analisada como um processo que se desenrola em três estágios, posicionando o objeto dinâmico e o objeto imediato nos dois primeiros estágios.

O primeiro estágio da percepção começa com a constituição do percepto, construto teórico que pretende resolver o aparente paradoxo da negação do conhecimento direto da realidade ou objeto dinâmico (o que nós conhecemos são signos) e a necessidade e importância da percepção na teoria do objeto dinâmico. O percepto possui uma natureza dupla. Por um lado, o percepto é o início e a parte “sólida” do conhecimento, impressões de sentido que estruturam as coisas singulares (PEIRCE *apud* JOHANSEN, 1985, p. 231-232). Além do mais, o percepto pode ser armazenado na memória, tornando-se assim passível de modificação pela imaginação:

[O percepto é] a parte sólida do conhecimento e o ponto de partida do conhecimento porque o conhecimento se desenvolve de perceptos singulares

para o estudo de coisas singulares [...]. Além disso, considera-se que o percepto deixa, naquele que percebe, “um hábito imaginativo poderoso”, a memória do percepto. Desse modo adquirimos – em adição ao próprio percepto – imagens da imaginação, memórias e reproduções modificadas dos perceptos. (JOHANSEN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 46)

É nesse sentido que o lugar lógico do percepto é o mundo exterior à mente (isto é, o lugar lógico do percepto é a realidade), como o próprio Peirce diz e exemplifica em um dos seus textos: “Que o percepto é exterior à mente é um fato; visto que, sem deixar de considerar as diferenças de ponto de vista, um outro observador verá e uma câmera fotográfica mostrará a mesma coisa” (PEIRCE *apud* JOHANSEN, 1985, p. 228-229).

A natureza do percepto é dupla porque ele mesmo é uma representação e, portanto, já é um signo, um ente abstrato que se encontra no interior da mente que interpreta esse signo. Além do que os perceptos são intermediários pelos quais conhecemos a realidade, intermediários que permanecem desconhecidos a nós: “[...] esses fatos perceptivos são, eles próprios, representantes abstratos, através de intermediários que não nos são precisamente conhecidos, dos perceptos eles mesmos [...]” (*Ibidem*, p. 231-232).

Verifica-se assim que o percepto é algo exterior e interior a nós, o ponto sólido onde surge o conhecimento e que ao mesmo tempo permanece desconhecido a nós. Uma saída para estas aparentes contradições é considerar que o percepto existe por si mesmo, independentemente de um mundo interior ou exterior à mente. A existência e independência do percepto consistiriam na sua teimosia em fazer-se presente à percepção, na sua reação aos esforços da vontade para expulsá-lo da nossa atenção, em ser como é, independentemente dos desejos e vontades da mente interpretante:

Em relação ao objeto direto da percepção, o percepto, é verdade que ele não possui uma realidade inteiramente desenvolvida; mas ele é a verdadeira coisa existente em si mesma, independente de um exterior à mente. Pois dizer que ela existe, significa que ela reage. Ora, o percepto se força sobre mim, a despeito de todo o esforço direto para expulsá-lo. Assim sendo, ele satisfaz a definição de um *existente*. Ele é independente da mente na medida em que seus caracteres não dependem da minha vontade de tê-los assim. Mas que ele é apenas conhecido na sua relação com os meus órgãos é suficientemente óbvio. Isso, de modo algum, contradiz sua independência [...]. (PEIRCE *apud* JOHANSEN, 1985, p. 228-229)

Assim, que o percepto seja um existente independente de um mundo interior ou exterior à mente, explica-se pelo fato de que o percepto possui características que pertencem tanto à categoria da primeiridade como à da secundidade, ideia expressa na seguinte citação de Peirce:

Thus, two utterly different kinds of elements go to compose any percept. In the first place, there are the qualities of feeling or sensation, each of which is something positive and *sui generis*, being such as it is quite regardless of

how or what anything else is. On account of this self-sufficiency, it is convenient to call these the elements of "Firstness." In the percept, these elements of Firstness are perceived to be connected in definite ways. [...] In respect to each of these connections, one part of the percept appears as it does *relatively to a second part*. Hence, it is convenient to call them elements of "Secondness." (PEIRCE, CP 7.625)

Além de serem intermediários desconhecidos e existentes independentes, os perceptos estariam na raiz da negação do conhecimento direto do objeto dinâmico ou realidade, algo assim como “[...] em situação de corpo e mente imediatamente colados a um objeto que possa ser tomado como sendo originário de uma semiose” (SANTAELLA, 2008, p. 49). Não há conhecimento direto do objeto dinâmico porque os perceptos sempre podem ser divididos em outros perceptos e assim indefinidamente, permanecendo continuamente como intermediários pelos quais a realidade se manifesta: “Em síntese: a percepção funciona sempre como mediadora na apreensão do objeto dinâmico, objeto este a que só podemos ter acesso por intermédios de feixes de perceptos que se deslocam indefinidamente” (*Ibidem*, p. 50).

O segundo estágio da percepção corresponde à conformação do percepto de acordo com as capacidades e peculiaridades dos órgãos sensoriais. Quando o percepto se acomoda conforme os nossos sentidos, ele se transforma em *percipuum*, o qual não é outra coisa senão “[...] o percepto tal como se apresenta àquele que percebe. É o percepto tal como aparece, traduzido na forma e de acordo com os limites que nossos sensores lhe impõem” (*Ibidem*, p. 51-52). Assim como o percepto, o *percipuum* não pode ser submetido a nenhuma espécie de controle por parte de uma mente interpretante particular, ele se apresenta tal como aparece já que não se pode transformar ou controlar a maneira de perceber dos órgãos sensoriais: “[...] o *percipuum* força-se sobre nós e está localizado abaixo do nível de nossa deliberação e autocontrole, afluí em nós e flui continuamente dentro de nós” (*Ibidem*, p. 52).

O *percipuum* apresenta três dimensões simultâneas a quem esteja percebendo, as quais estão fundamentadas nas categorias fenomenológicas. Em primeiro lugar, o *percipuum* se apresenta àquele que percebe “Como uma qualidade de sentimento vaga e indefinida que monadicamente assoma à consciência de quem percebe, envolvendo-a no lusco-fusco da imprecisão [...]” (*Ibidem, loc. cit.*). Em segundo lugar, o *percipuum* pode apresentar-se “Como reação a um impulso externo que brutalmente arromba os sentidos, interrompendo o fluxo da consciência” (*Ibidem*, p. 53). Em terceiro e último lugar, o *percipuum* se apresenta “Como governado pelos princípios condutores dos hábitos de percepção” (*Ibidem, loc. cit.*). É importante notar que essas três formas de apresentação do *percipuum* convivem e se relacionam simultaneamente, isto é, elas sempre estão presentes no *percipuum* em maior ou menor medida, além do que a terceira forma de apresentação do *percipuum* se refere à

interpretação daquilo que se percebe, situando assim as duas primeiras formas no nível pré-interpretativo do *percipuum*: “Enquanto o terceiro nível resulta numa interpretação do perceptivo envolvida na continuidade dos processos mentais, o primeiro e segundo são pré-interpretativos” (*Ibidem, loc. cit.*). A função dos princípios condutores dos hábitos de percepção é a de acomodar ou conformar “[...] o *percipuum* aos esquemas gerais reguladores da ação perceptiva [...]” (*Ibidem, loc. cit.*).

Assim que o *percipuum* é esquematizado nos hábitos de percepção, inicia-se o terceiro estágio da percepção, que consiste na formação do julgamento perceptivo. O julgamento perceptivo, nas palavras da pesquisadora, expressa alguma coisa sobre o que é percebido. É no julgamento de percepção que se associa um significado ou interpretação ao objeto do signo, possibilitando assim a ação do signo, que é a ação de ser interpretado. Outro aspecto importante do julgamento de percepção é que ele se fundamenta na inferência abdutiva, uma descoberta de Peirce que reconcilia a certeza indubitável de qualquer ato de percepção com a possibilidade do erro e engano desse mesmo ato perceptivo.

Talvez este não seja o lugar adequado para tratar da inferência abdutiva, pois a inferência em geral será assunto de estudo de um capítulo deste trabalho; no entanto, é imprescindível mencionar o mínimo necessário para o entendimento da relação entre inferência abdutiva e julgamento de percepção. A teoria da abdução é considerada uma das mais importantes contribuições de Peirce para a lógica e o mundo da ciência em geral, pilar de sustentação da sua epistemologia que pretende superar a teoria intuicionista de Descartes, daí que haja uma farta fortuna crítica, estudos e pesquisas dedicados a esse assunto (ver autores citados por SANTAELLA, 2004, p. 101-102), com a observação notável de um consenso geral entre os pesquisadores em dividir em duas fases o desenvolvimento dessa teoria em Peirce, uma pré-1900 e outra pós-1900. A principal característica da primeira fase é que a teoria da inferência, de um modo geral, ainda se encontra sob forte influência da lógica medieval-escolástica, portanto Peirce trata as inferências seguindo o modelo silogístico, ainda que posteriormente introduza os termos regra, caso e resultado para denotar uma mudança de direção no entendimento da inferência. Nessa primeira etapa, Peirce ainda utiliza o nome de hipótese, definindo-a como a inferência de uma premissa menor a partir de uma premissa maior e uma conclusão:

Assim sendo, em 1878, a indução é a inferência da regra (premissa maior) a partir do caso (premissa menor) e do resultado (conclusão), enquanto a hipótese é a inferência de um caso a partir de uma regra e um resultado. A dedução, sempre menos problemática, é a inferência de um resultado a partir de uma regra e um caso. (*Ibidem, p. 87*).

A função da hipótese seria a de substituir uma série de predicados por um predicado que englobe todos eles, cumprindo assim uma função sintética de redução da multiplicidade à unidade, no sentido kantiano dos termos, sendo a lógica de Kant outra das influências da sua concepção de inferência. A segunda fase de desenvolvimento da teoria da abdução se caracteriza pela função inovadora que iria cumprir na teoria da pesquisa científica de Peirce, onde tal

[...] conceito começou, então, a ser alargado para incluir a função metodológica, além da função comprobatória. Esse alargamento, manifesto na consideração das inferências como processos ou estágios também metodológicos, seria aquilo que viria predominantemente marcar a visão peirceana pós-1900. (*Ibidem*, p. 92)

É neste contexto que a teoria da abdução de Peirce pode contribuir para uma das mais recentes inquietações de teóricos e filósofos da ciência, aquela que diz respeito a se se pode dar um tratamento lógico aos estágios iniciais de formação das hipóteses, ou se esta fase de criação é uma mera questão psicológica. É nesta segunda fase que Peirce começa a usar a palavra abdução como tradução do termo aristotélico *apagogue*, caracterizando-a como o processo de surgimento e seleção de hipóteses que expliquem situações e eventos surpreendentes. Esse seria o primeiro passo da investigação científica, sem esquecer o fato de que o método científico não é nada mais do que um refinamento e aperfeiçoamento de um processo corriqueiro utilizado no dia-a-dia pelo ser humano:

Accepting the conclusion that an explanation is needed when facts contrary to what we should expect emerge, it follows that the explanation must be such a proposition as would lead to the prediction of the observed facts, either as necessary consequences or at least as very probable under the circumstances. A hypothesis then, has to be adopted, which is likely in itself, and renders the facts likely. This step of adopting a hypothesis as being suggested by the facts, is what I call **abduction**. (PEIRCE, CP 7.202)

Os dois últimos passos do método científico estão associados com as inferências dedutiva e indutiva: “[...] the first thing that will be done, as soon as a hypothesis has been adopted, will be to trace out its necessary and probable experiential consequences. This step is **deduction**” (PEIRCE CP 7.203); o último passo se refere à testagem experimental da hipótese e comparação dos resultados com as consequências previstas pela inferência dedutiva, para verificar se tal hipótese é verdadeira ou falsa, se ela se sustenta como uma explicação científica do fato que desperta dúvida, curiosidade ou surpresa: “This sort of inference it is, from experiments testing predictions based on a hypothesis, that is alone properly entitled to be called **induction**” (PEIRCE CP 7.206). A inferência abdutiva se caracteriza por ser o único tipo de inferência que introduz ideias novas, algo que Peirce sempre notou desde a revolucionária introdução da hipótese no mundo da lógica formal em 1867 como terceiro tipo

de inferência; daí que a abdução seja considerada como o mecanismo da criação tanto na ciência como na arte:

De fato, no seu núcleo central, ela se refere ao ato criativo de invenção de uma hipótese explicativa, sendo, conseqüentemente, o tipo de raciocínio pelo qual a criatividade se manifesta na ciência e na arte, do que decorre que é, aí, justamente nesse ponto de encontro, onde os caminhos de ambas se cruzam. (SANTAELLA, 2004, p. 103)

Outra característica importante da abdução é a sua relação com o instinto, ponto de controvérsia entre os estudiosos de Peirce, já que a adoção do instinto pareceria supor algo semelhante, e até mais primitivo, à intuição cartesiana, indo em aparente contradição da sua crítica à epistemologia cartesiana e da sua proposta da inferência como mecanismo fundamental em qualquer processo cognitivo, além do que há importantes cientistas que negam que o instinto tenha qualquer fundamento lógico, sendo tema de estudo da psicologia. Obviamente este trabalho não é o lugar adequado para tratar tema tão controverso, limitando-nos a ressaltar que o instinto que Peirce propõe não é uma versão mais primitiva da intuição cartesiana, além do que ele sempre foi enfático em declarar que o instinto possui uma forma lógica, a inferência abdutiva. O instinto é a capacidade inata de geralmente escolher a explicação correta para determinado problema ou evento surpreendente, capacidade que nasce do fato de que a mente é um produto da natureza e, portanto, há uma sintonia e continuidade entre mente e natureza:

Sendo parte da natureza, a mente emergiu do mesmo processo evolutivo que perpassa a biosfera. Há, conseqüentemente, uma conaturalidade entre a mente e o cosmos, o que significa que o homem tem uma afinidade com a natureza, está em sintonia com ela, e possui uma adaptação natural para imaginar teorias e ideias que traduzem essa sintonia. (*Ibidem*, p. 106)

O ponto de união entre a mente e a natureza, aquilo que permite a continuidade entre esses dois universos são as leis da natureza, concebidas como hábitos que deixam sua marca na mente humana, possibilitando assim uma capacidade natural para encontrar a explicação correta para qualquer problema que se apresenta:

Assim também, no reino humano, as leis gerais da natureza, que são altamente onipresentes e que são também hábitos, governando o contínuo da mente-matéria, deixaram traços ou canais no pensamento do homem que segue, assim, as linhas implantadas em sua própria fundação. Sem essa prontidão natural, segundo Peirce, seria inexplicável nossa habilidade para descobrir as leis da natureza com a precisão com que o homem consegue descrevê-las [...]. (*Ibidem*, p. 107-108)

Peirce comparou a inferência abdutiva com o julgamento perceptivo no sentido de que ambas possuem a capacidade de dar forma a ideias novas e hipóteses, ambas nascem de inferências inconscientes que são incontroláveis, diferenciando-se no processo final, pois as hipóteses que a abdução proporciona são passíveis de análise crítica, enquanto que um

juízo perceptivo só pode ser criticado se um juízo perceptivo posterior entra em contradição com ele:

Para ele, a abdução é uma espécie de juízo de percepção, ou melhor, ambos são exatamente similares até um certo momento do processo, só se separando no fim. O resultado da abdução, a hipótese ou conjectura, pode ser submetido à crítica, enquanto, do outro lado, seria tão absurdo criticar um juízo perceptivo quanto seria ridículo criticar o crescimento de nossos cabelos. (*Ibidem*, p. 118)

Dessa forma, Peirce chega à conclusão de que qualquer juízo de percepção abriga uma inferência abdutiva nas suas premissas, daí resultando que todo juízo de percepção é hipotético e falível: “Se há um elemento hipotético envolvido em todo juízo perceptivo, então todo juízo perceptivo é falível. A abdução por si mesma nunca fornece a validação necessária para testar a hipótese que ela sugere” (*Ibidem*, p. 53-54).

Aquilo que torna uma inferência abdutiva em um juízo perceptivo é a natureza do percepto e da percepção em geral, processo que se desenvolve sem submeter-se a qualquer controle crítico da vontade e dos desejos daquele que percebe. Em outras palavras, a certeza e compulsão da percepção são os responsáveis por transformar uma inferência abdutiva (uma hipótese) num juízo perceptivo, explicando assim como esse tipo de juízo pode ser simultaneamente indubitável e falível:

Embora o percepto, em si, seja mudo e nada professe (só sabemos dele através do juízo de percepção), ele insiste na sua singularidade, determinando o juízo de percepção. Embora este seja indubitável, ele pode ser falso, mas também corrigido, porque o percepto insiste, exercendo sua influência sobre o juízo de percepção. Um juízo de percepção destituído da certeza e compulsão, que são próprias da percepção, constitui-se numa inferência abdutiva. (SANTAELLA, 2008, p. 55)⁹

Assim como nos dois primeiros estágios da percepção (a formação do percepto e do *percipuum*), os mecanismos que envolvem a formação do juízo de percepção não podem ser colocados sob nenhuma espécie de controle deliberado por parte de quem percebe. Os mecanismos mencionados se referem especificamente aos princípios condutores dos hábitos de percepção, isto é, referem-se à terceira apresentação do *percipuum*, em que ele é conformado ou acomodado aos esquemas gerais da ação perceptiva. Tal operação da mente, possibilitada e executada por esses princípios condutores, não pode ser controlada deliberadamente, não porque seja uma impossibilidade lógica, mas sim pelo simples fato de

⁹ Quiçá a antítese entre a certeza absoluta e os evidentes erros da percepção fique mais clara quando se analisam casos em que alguém acredita reconhecer algo ou alguém à distância, seja pela semelhança ou outros motivos: nesse momento, realmente se acredita estar reconhecendo esse objeto ou pessoa, mas à medida que nos aproximamos reconhecemos nosso engano e mudamos de opinião. Os casos mais paradigmáticos são os delírios provocados por alguns distúrbios mentais, como acontece com o famoso personagem Dom Quixote. Para ele, realmente existem gigantes com braços enormes ameaçando morte e destruição, e de fato tal ilusão pode provocar tudo aquilo que acarreta uma percepção verdadeira: medo, tremor dos braços e pernas, suor etc.

que o nosso modo de perceber possui determinadas características e não outras. Mas, ainda que não seja possível controlar criticamente essa operação da mente, os seus resultados podem ser analisados e controlados pelos critérios da verdade e do erro:

Mas não podemos (e este “não podemos” não quer significar uma impossibilidade lógica, mas, ao contrário, o fato de sermos criaturas que percebem desse modo e não de outro) submeter os princípios condutores dos julgamentos de percepção ao mesmo tipo de crítica lógica. Não podemos logicamente criticar as “operações da mente” envolvidas na formação dos julgamentos perceptivos, embora possamos criticar o resultado dessas operações e descobrir por que um dado julgamento de percepção é falso. (BERNSTEIN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 55)

Para esclarecer como acontece a relação entre objeto do signo e percepção na teoria semiótica de Peirce, Lucia Santaella considera o papel lógico dos três elementos da percepção, em primeiro lugar, e a identificação ou igualdade entre objeto imediato e objeto dinâmico, em segundo lugar, já que, afinal de contas, tal distinção é um mero instrumento teórico que se refere a um mesmo e único fenômeno, o objeto do signo.

Ao considerar a insistência e independência do percepto, a distinção entre este e o *percipuum* (o *percipuum* é o percepto tal como aparece em quem percebe), e a conformação do *percipuum* aos esquemas interpretativos (os julgamentos de percepção), a autora conclui que o percepto cumpre o papel lógico do objeto dinâmico, o *percipuum* cumpre o papel lógico do objeto imediato, e o julgamento de percepção, o papel lógico do signo-interpretante (SANTAELLA, 2008, p. 51-52).

Lucia Santaella considera que o objeto dinâmico, ao determinar o signo e se utilizar dele para determinar mediatamente o interpretante, cria assim um objeto imediato no signo que seria a manifestação de algum aspecto desse mesmo objeto dinâmico e, portanto, ambos objetos são uma e a mesma coisa para quem percebe. E como o *percipuum* cumpre o papel lógico do objeto imediato, e o percepto do objeto dinâmico, a pesquisadora relaciona nessas bases percepção e objeto do signo, por um lado, e estabelece a identidade entre objeto dinâmico e imediato, por outro. Talvez tudo isto seja o fundamento de uma citação de Peirce, a qual diz que ao apreender o signo, ocorre a apreensão simultânea de algo que não é o signo: o objeto (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 2008, p. 59).

Dos três estágios da percepção, talvez o segundo seja o que melhor exemplifica uma percepção concreta, e portanto, aquele que considera o *percipuum* como a ponte de união entre a realidade e a mente interpretante, isto é, entre o objeto dinâmico (o percepto) e o interpretante (o julgamento de percepção). Tomando como exemplo corriqueiro o sentido da visão, quando qualquer cor se apresenta à mente interpretante de forma inconsciente, sem que saibamos concretamente da sua existência ainda que esteja como um fenômeno na percepção,

então tal estado se assemelha à primeira dimensão do *percipuum*, aquele que Santaella descreve como a percepção de um sentimento vago e indefinido, impreciso e obscuro. Quando a cor que estamos a perceber se faz presente na consciência de tal forma que não o podemos evitar, de modo que dizemos “estou enxergando alguma cor”, o *percipuum* apresenta a sua segunda dimensão, aquela descrita como sendo a responsável por arrombar os sentidos e interromper o fluxo da consciência. Quando a percepção dessa cor se apresenta na forma de um julgamento de percepção, e então finalmente podemos dizer “tal coisa é vermelha” ou “tal coisa é azul”, esse estado se assemelha àquele descrito como governado pelos princípios condutores dos hábitos de percepção. Além do mais, o *percipuum* compartilha uma parte da sua existência com o percepto, e , portanto , com a realidade, pois o *percipuum* não é senão o percepto tal como conformado aos nossos órgãos sensoriais; desse modo, é alguma particularidade concreta do objeto percebido que afeta e se apresenta de certo modo à percepção, o que permite a formação do julgamento de percepção “aquela cor que estou vendo é vermelha” ou “aquela cor que estou vendo é azul”. Assim sendo, o *percipuum* é o *medium* entre o percepto e o julgamento perceptivo, portanto o signo que medeia entre a realidade e a mente interpretante, identificando assim uma das funções da percepção, que seria a de funcionar como um elo de união ou ponte entre a realidade e a mente interpretante, o que ela faz começando por criar um signo de natureza puramente sensorial e de maneira automática, porém já mergulhada nas convenções e hábitos interpretativos próprios da terceira categoria, pois dizer “tal cor é azul” ou “tal cor é vermelha” não é nada mais do que nomear tal ou qual estado perceptivo, elevando-o ao nível da convenção e do hábito interpretativo próprio dos signos simbólicos.

Para finalizar as considerações sobre a relação entre percepção e objeto dinâmico, resta-nos mencionar que nele se fundamentam duas classificações de signos. A primeira é a tríade ícone-índice-símbolo, signos que se originam ao considerar o tipo de relação que o signo estabelece com o objeto dinâmico. A segunda classificação considera o caráter dependente do signo em relação à natureza do objeto dinâmico, ou mais especificamente, em relação à matéria (forma material, nas palavras de Peirce) do objeto dinâmico. Assim, objetos dinâmicos que são possíveis determinam signos abstrativos; objetos dinâmicos que são coisas existentes ou ocorrências concretas geram signos concretivos; e objetos dinâmicos que são necessitantes originam signos coletivos:

O Objeto Dinamóide pode ser um Possível, quando chamo o signo de um *Abstrativo*, tal como a palavra *Beleza*; e continuará sendo um abstrativo se eu falar “o Belo”, uma vez que é a referência última e não a forma gramatical que torna um signo *Abstrativo*. Quando o Objeto Dinamóide é uma ocorrência (coisa Existente, ou fato atual do passado ou do futuro),

chamo o signo de *Concretivo*. Para o signo cujo Objeto Dinamóide é um Necessitante, não tenho designação melhor do que *Coletivo*, que não é um nome tão ruim quanto soa, se o assunto for estudado. (PEIRCE *apud* HARDWICK, 1977, p. 83-84)

1.3.3 O OBJETO DO SIGNO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao objeto do signo em geral, resta mencionar a importância de dois conceitos que se relacionam com a diversidade irreduzível entre signo e objeto: experiência colateral e contexto do signo.

O conceito de experiência colateral se refere a “[...] algo que está fora do signo, portanto fora do interpretante que o próprio signo determina” (SANTAELLA, 2008, p. 36), e se fundamenta numa incapacidade do signo: a de não poder propiciar o reconhecimento do objeto que representa. Isto se torna claro com o seguinte exemplo de Peirce: imagine-se uma pessoa que chegou recentemente de Marte e ouve uma frase tal como a de que “Napoleão era fleugmático”. O que aconteceria numa situação hipotética desse tipo? Pois que a informação que o signo é capaz de transmitir se vê afetada pelo não reconhecimento do objeto correto, já que a pessoa do exemplo entenderá simplesmente que alguém chamado Napoleão era uma pessoa parcimoniosa: “If he never heard of Napoleon before, the sentence will mean no more to him than that some person or thing to which the name "Napoleon" has been attached was a lethargic creature” (PEIRCE, CP 8.178).

Nesse exemplo pode-se observar um pressuposto implícito e importante no universo da representação e da causalidade lógica: a necessidade de conhecimento prévio ou familiaridade (experiência colateral) do objeto que o signo denota para que o interpretante desse signo seja adequadamente determinado na mente do intérprete:

The Sign can only represent the Object and tell about it. It cannot furnish acquaintance with or recognition of that Object; for that is what is meant in this volume by the Object of a Sign; namely, that with which it presupposes an acquaintance in order to convey some further information concerning it. (PEIRCE, CP 2.231)

O exemplo e a citação anterior demonstram a existência de dois tipos de informação relacionados com o objeto do signo: para que a informação específica do signo propicie o crescimento do conhecimento é necessária a informação prévia ou familiaridade (experiência colateral) do objeto desse signo. A informação prévia é exterior e anterior ao signo; a informação adicional é uma possibilidade que está dentro do próprio signo. É nessas bases que a pesquisadora relaciona o objeto do signo com a informação e a continuidade do conhecimento:

Peirce define o objeto do signo como sendo aquilo com que o signo pressupõe uma familiaridade, a fim de que ele (signo) possa fornecer alguma informação adicional. Um signo não apenas fornece algum conhecimento a

respeito de algo, mas também torna possível a continuidade do conhecimento. A informação especificamente fornecida pelo signo deve estar ligada a uma informação anterior e independente desse signo específico. (SANTAELLA, 2008, p. 56)

O exemplo de Napoleão também revela outro aspecto da representação e da causalção lógica: o objeto (e o signo que esse objeto determina) está inserido num contexto. Este problema se torna mais preciso ao formular a seguinte pergunta: todo signo tem, de fato, um objeto?

Qual seria, por exemplo, o objeto de uma configuração puramente qualitativa de cores ou sons? Outro exemplo: os sinais da comunidade animal têm objeto? Os rituais ou cerimoniais têm objeto? Qual o objeto dos signos arquitetônicos ou do desenho de uma cidade? Quais são os objetos de um advérbio, preposição ou conjunção? De sentenças, falsas afirmações, rezas, recriminações e argumentos? (*Ibidem, loc. cit.*)

Esse tipo de perguntas encontra resposta quando se pensa na relação entre o signo e o contexto compartilhado por um grupo de possíveis interpretantes, relação em que se fundamentam distinções tão importantes no universo da representação sígnica quanto o de verdadeiro e falso, uso correto e incorreto do signo, entre outras coisas:

Para encontrar a resposta, devemos perguntar qual é o contexto dentro do qual o signo funciona para sua comunidade de interpretantes. E o que, dentro desse contexto, faz a diferença entre verdadeiro e falso, correto e incorreto, aceitável e inaceitável no funcionamento do signo. (*Ibidem, p. 57*)

A pesquisadora deixa claro que o próprio Peirce nunca falou explicitamente de contexto do signo, mas que na sua obra se encontram pistas que apontam para esse tipo de compreensão da relação entre objeto do signo e contexto. Foram os intérpretes de Peirce que têm “[...] levado à frente a tarefa de estruturar mais precisamente a função do objeto na sua relação com a noção de contexto” (*Ibidem, loc. cit.*). Essas pistas se referem à teoria dos três universos elaborada por Peirce no final da sua vida:

Peirce, de fato, fala de três *universos*, o universo dos possíveis, o universo das ocorrências e o universo dos necessitantes. Esta fala sobre universos de qualidades e universos de leis (em muitos de seus últimos escritos aparecem esse tipo de expressões) sugere que Peirce tem em mente o *ambiente* ou *contexto* de qualidades e leis. (SAVAN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 58)

Em primeiro lugar, o contexto do signo é constituído por uma rede de signos interconectados e adquiridos pela experiência colateral, isto é, pela informação ou conhecimento prévio e independente do objeto do signo: “De um modo geral, pode-se afirmar que a informação anterior ao signo, adquirida colateralmente por meio de outros signos, constitui-se no contexto do signo” (SANTAELLA, 2008, p. 57). Em segundo lugar, o contexto é o elemento que une um signo ao seu objeto:

Via contexto, o signo se liga a um item específico, seu objeto. Sugeriria que o objeto do signo deveria ser definido como aquele item específico dentro do

seu contexto ao qual todos os interpretantes daquele signo estão colateralmente relacionados. (SAVAN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 57)

Em terceiro lugar, ao analisar a relação entre objeto do signo e contexto, pode-se afirmar que o objeto é uma parte do contexto que é comum tanto ao signo que o representa como aos intérpretes que interpretam tal signo. Em quarto lugar, o contexto é tácito e implícito entre os usuários que usam o signo, e em quinto e último lugar, o objeto inserido num contexto confere ao signo o atributo de verdadeiro ou falso e correto ou incorreto, como mencionado anteriormente: “[...] há um contexto que é tácito e inexpresso pela comunidade dentro da qual o signo opera. Este contexto é o *medium* através do qual alguma coisa, o objeto, que faz o signo verdadeiro ou falso, correto ou incorreto, ser identificado” (*Ibidem, loc. cit.*). Retomando como exemplo o signo Napoleão, o seu contexto e, portanto, o contexto do objeto desse signo, seria o universo das ocorrências e fatos concretos, formado por todos os interpretantes que representassem o total de informação e conhecimento a respeito do objeto desse signo, expresso em livros, esculturas, registros históricos, filmes, pinturas, nas mentes de estudiosos e pessoas comuns, etc. O contexto formado por esses signos-interpretantes é implícito na medida em que quando alguém faz uma afirmação do tipo “Napoleão era letárgico”, o emissor e receptor (ou receptores) entendem que tal frase está ligada ao universo dos fatos concretos (o universo dos chamados fatos históricos), os quais aconteceram em determinada época e lugar, portanto, são únicos e irrepetíveis; dessa maneira, não há a menor necessidade do emissor especificar que o objeto do signo Napoleão é aquele ao qual pode-se associar a informação de que foi um militar francês que conquistou a Europa, etc. Já a experiência colateral estaria representada pela parcela de conhecimento que cada intérprete particular e concreto tem a capacidade de atualizar desse conjunto total de conhecimento, que pode variar desde o grau mínimo de informação, como poderia acontecer com indivíduos que desconhecem a cultura ocidental e se deparassem com o signo Napoleão, até um grau avançado de informação, como acontece com historiadores e pesquisadores interessados na figura de Napoleão. Se considerarmos qualquer fórmula matemática como signo, então o seu contexto estaria constituído pelo universo dos possíveis, e o objeto desse signo seria um dos objetos do universo matemático, cuja realidade consiste em serem entes logicamente possíveis, abstrações que se diferenciam das coisas concretas. Esse contexto é implícito na medida em que os usuários das fórmulas matemáticas não se preocupam em provar que o universo dos objetos matemáticos é real, se os objetos denotados pelas fórmulas matemáticas existem no chamado mundo real; para os matemáticos, os objetos denotados pelas fórmulas são entes lógicos, e não necessariamente entes reais. O contexto de qualquer signo simbólico e do objeto representado por ele, por exemplo, signos tais como a palavra cristianismo ou um crucifixo, estaria formado pelo universo dos necessitantes, isto é,

os objetos desses signos seriam qualquer manifestação concreta do conceito e significado atribuídos por convenção a esses signos, como por exemplo, o objeto do crucifixo poderia ser a pessoa histórica que realmente foi crucificada, e nesse caso o contexto desse signo e do seu objeto seria o universo das ocorrências e fatos concretos, porém, se o crucifixo representa determinada crença religiosa, o contexto desse signo e do seu objeto seria o universo das convenções, das leis, da cultura, isto é, de tudo aquilo que normalmente se atribui à crença, doutrina e modo de vida do cristianismo. O universo cultural ao qual o crucifixo pertence permanece implícito na medida em que os usuários desse signo aprenderam por convenção a associá-lo à religião cristã, e somente aqueles que sabem a qual contexto religioso o signo pertence utilizam crucifixos, ainda que alguém utiliza-se crucifixos meramente pelas suas qualidades estéticas, o que seria uma espécie de desvio do uso correto do signo.

1.4 O INTERPRETANTE

Analisar um dos correlatos do signo inevitavelmente implica considerar a relação que se estabelece entre os três correlatos do signo. Por tanto, ao analisar o representamem e o objeto foram também determinadas as principais características do interpretante. Faremos, a seguir, um resumo das principais características da relação interpretante-representamem e interpretante-objeto, para depois analisarmos as divisões dos tipos de interpretantes.

Como já foi mencionado, analisar o primeiro relato do signo implica observar principalmente a relação de significação ou representação, e enfatizar o segundo correlato implica evidenciar a relação de objetivação; no caso do interpretante, o que se coloca no foco da pesquisa é a relação de interpretação. Neste sentido, uma das mais importantes características do interpretante é que ele propicia o movimento de autogeração e crescimento do signo, pois a ação do signo ou semiose é a ação de ser interpretado. Segundo Peirce, o interpretante é o terceiro elemento da relação de representação que se transforma no primeiro elemento (isto é, num representamem) de uma nova relação de representação. Se o movimento de autogeração e crescimento do signo através de interpretantes for contínuo e infinito, o signo é classificado como genuíno; se esse movimento for interrompido, o que se observa é um signo não-genuíno ou degenerado.

O movimento de autogeração e crescimento do signo tem a sua origem na causação lógica, que é o modo não-físico da ação de um objeto: o objeto age por intermédio do signo. A causação lógica é impulsionada quando o objeto determina o signo relativamente a um interpretante, signo que, por sua vez, determinará um interpretante que se refere ao objeto. Neste processo de determinação, pode-se observar que o objeto é a causa e origem tanto do signo como do interpretante: o objeto determina imediatamente o signo e mediadamente o

interpretante. Tudo isto está implícito numa das muitas definições de Peirce sobre o terceiro correlato da relação de representação: o interpretante é a manifestação de algum aspecto do objeto através e por meio do signo.

O objeto determina o signo com respeito a uma qualidade, a qual é o fundamento do signo ou da potencialidade sógnica daquilo que funciona como signo. Há três tipos de qualidades primárias: qualidade interna, qualidade relativa e qualidade imputada. A distinção entre os três tipos de potencialidade sógnica diz respeito ao modo como o objeto determina o signo mediante um tipo específico de qualidade, passo inicial para o estabelecimento da tríade de signos ícone-índice-símbolo, classe sógnica que se distingue pelo tipo de relação que o signo estabelece com o objeto dinâmico, ou seja, com a realidade. Tudo isto indica que os conceitos de determinação e de potencialidade sógnica pretendem explicar como a realidade (o objeto dinâmico) determina o signo mediante uma qualidade que se manifestará no interpretante.

A teoria da potencialidade sógnica acarreta consequências interessantes como a observação da natureza incompleta do signo, que seria um dos motivos da causação lógica e do desenrolar potencialmente infinito de interpretantes, e da natureza mesma do interpretante, o qual seria um signo. De fato, o objeto determina o signo com respeito a uma ou algumas das suas qualidades, e não na totalidade das particularidades que tal objeto possa possuir, pois do contrário o signo seria o próprio objeto. Dessa forma, o signo é incompleto em relação ao objeto que representa, e por isso tem uma tendência para completar-se noutra interpretante. Porém, o interpretante, por ser a manifestação de algum aspecto do objeto mediante um signo, é uma representação e, portanto, ele mesmo é um signo, compartilhando assim da natureza incompleta de qualquer representação, e movimentando o desenrolar potencialmente infinito de interpretantes que buscam completar a representação do objeto.

O interpretante também está presente nos processos da percepção, sem esquecer o fato de que objeto e percepção, por sua vez, estão unidos por um “liame indissolúvel”. A percepção é um processo que se desenvolve em três estágios: o primeiro estágio se refere à percepção do percepto, elemento de natureza ambígua, pois se por um lado o percepto é a parte sólida e o início do conhecimento, por outro lado é necessário reconhecer que o percepto é um intermediário que não é precisamente conhecido porque não possui uma realidade inteiramente desenvolvida. Ainda assim, o percepto é um existente independente tanto do mundo interior como de um mundo exterior à mente, existente no sentido de que ele não pode ser controlado por qualquer desejo ou vontade de qualquer possível intérprete. O segundo estágio da percepção consiste na conformação ou acomodação do percepto aos esquemas

gerais da ação perceptiva. O resultado desse processo é o *percipuum*, isto é, o percepto tal como aparece àquele que percebe. O *percipuum* em si mesmo pode ser dividido em três tipos ou níveis, distinção baseada nas três categorias fenomenológicas. O *percipuum* se apresenta como uma ideia ou sentimento indefinido e vago, depois como uma reação a um impulso externo e incontrolável, para finalmente apresentar-se como governado pelos princípios condutores dos hábitos de percepção. Esses três níveis sempre estão presentes simultaneamente no *percipuum* com uma gama de variações que tendem para um ou outro dos tipos de *percipuum*. Este nível da percepção também não pode ser controlado por nenhum desejo, vontade particular ou raciocínio crítico de qualquer possível intérprete.

O percepto e o *percipuum* cumprem o papel lógico do objeto dinâmico e do objeto imediato respectivamente, evidenciando assim a relação entre objeto do signo e percepção, sendo que o *percipuum*, por ser o objeto imediato (isto é, o objeto dinâmico tal como aparece no signo), é o liame indissolúvel que une percepção, objeto do signo e realidade. Além do mais, os objetos dinâmico e imediato são condições pressupostas para a interpretação, assim como o percepto e o *percipuum* são os dois estágios pré-interpretativos que precedem e possibilitam a formação do julgamento perceptivo.

O julgamento perceptivo, terceiro estágio da percepção, é um tipo de raciocínio que expressa algum aspecto sobre aquilo que é percebido, e sua estrutura tem a forma de uma inferência abdutiva, o tipo de raciocínio que constrói hipóteses, resultando daí que todo julgamento perceptivo tenha uma natureza hipotética e falível. O que torna uma inferência abdutiva num julgamento de percepção são a certeza e compulsão próprias da percepção. Mais uma vez, os princípios condutores dos hábitos de percepção e a consequente formação do juízo perceptivo não podem ser postos sob nenhuma espécie de controle crítico, ainda que os resultados desse processo possam ser submetidos ao controle deliberado, e assim descobrir a falsidade ou verdade de determinado julgamento de percepção.

Outros conceitos relacionados com o interpretante são o de informação, experiência colateral e contexto do signo. O signo liga uma informação ou conhecimento específico ao objeto no interpretante, por exemplo, a de que Napoleão era letárgico. Se a pessoa que ouve tal informação não soubesse quem foi Napoleão, tudo o que poderá extrair dela será a de que um sujeito chamado Napoleão tinha a qualidade de ser letárgico, pois o signo em si mesmo é incapaz de possibilitar o reconhecimento do objeto. Para que a informação dessa sentença se torne em informação adicional é necessária a experiência colateral (familiaridade ou conhecimento prévio) do objeto dessa sentença, isto é, para que a informação específica de

um signo seja adicional é necessário que ela seja agregada a uma informação prévia do objeto desse signo, informação prévia que é exterior ao signo.

O conceito de experiência colateral está inserido no problema mais amplo da relação entre signo e contexto, ou mais especificamente, entre objeto do signo e contexto. Os intérpretes e estudiosos de Peirce sugerem que o contexto de um objeto é constituído pela informação prévia obtida pela experiência colateral desse mesmo objeto; em outras palavras, o contexto de um objeto (e portanto, do signo e do interpretante que ele determina) está formado pelos interpretantes que a ele estão relacionados pela experiência colateral. Assim sendo, o contexto é o que possibilita a ligação de um signo a um objeto específico, e é precisamente essa relação entre signo, objeto e contexto que permite determinar a falsidade ou verdade da informação transmitida por um signo.

1.4.1 AS CLASSIFICAÇÕES DOS TIPOS DE INTERPRETANTES

Lucia Santaella afirma que a teoria classificatória dos tipos de interpretantes é “[...] uma intrincada rede mapeadora dos detalhes mais sutis que regem os processos de interpretação” (SANTAELLA, 2008, p. 86). De fato, cada classificação dos tipos de interpretantes se refere a determinado aspecto do processo de interpretação, processo que pode ser abordado a partir de quatro divisões do interpretante:

1ª) Distinção entre a extensão e a profundidade ou compreensão de um símbolo. Esta divisão do interpretante se refere à quantidade de informação contida num interpretante de acordo com dois limites imaginários:

Johansen salienta que esta divisão do interpretante é a mais ampla e genérica, visto que, para sua caracterização, Peirce estabelece dois limites imaginários ideais no processo de interpretação: de um lado, este processo é definido como um estado mínimo de informação e, de outro lado, como um estado máximo de informação, pressupondo um estado de conhecimento perfeito e acabado. (*Ibidem*, p. 67)

Nessas condições, esta divisão ou classificação do interpretante serve para medir a quantidade de informação de um símbolo num momento específico do processo cognitivo, daí que qualquer possível interpretante de um símbolo se encontre em algum ponto entre esses dois limites imaginários e ideais, evidenciando assim que essa classe de interpretantes ajuda a visualizar e observar “[...] o processo através do qual um conhecimento maior pode ser adquirido” (JOHANSEN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 67). Assim por exemplo, o símbolo “átomo” começou por possuir como informação mínima o predicado de “unidade mínima indivisível” na Grécia pré-socrática, e era o fundamento de uma teoria que tentava explicar a mudança e transformação do mundo físico (a teoria atômica desenvolvida por Demócrito), porém nos dias atuais tal signo não somente passou a significar algo totalmente oposto (pois

se descobriu que o átomo sim pode ser dividido), como também o conhecimento sobre o objeto do signo tem crescido muito, podendo-se traçar um histórico de como esse conhecimento foi sendo adquirido. O estado de informação máxima é um estado ideal em que se saberia tudo sobre o objeto do signo átomo, isto é, a respeito desse objeto não seria mais possível dizer que possuiria algum traço ou característica inexplicável ou desconhecido, portanto a investigação poderia parar por não ser mais necessária.

2ª) A segunda divisão do interpretante se fundamenta na fenomenologia ou teoria das categorias: interpretante imediato (primeiridade), interpretante dinâmico (secundidade) e interpretante final (terceiridade). Esta classificação do interpretante permite abstrair o processo pelo qual um interpretante é gerado e transformado em outro signo:

Esta divisão diz respeito aos níveis porque passa o interpretante até se converter em um outro signo, caminhando para o interpretante em si ou interpretante final. Esta divisão não corresponde, de modo algum, a três interpretantes, vistos como coisas separadas, mas, ao contrário, são graus ou níveis do interpretante, ou melhor, diferentes aspectos ou estágios na geração do interpretante. (SANTAELLA, 2008, p. 67)

Esta tríade de interpretantes pode ser exemplificada assim: o interpretante imediato corresponderia ao estágio atual do conhecimento total sobre determinado objeto, por exemplo, tudo o que se sabe até o momento sobre o átomo, Napoleão ou uma figura geométrica; o interpretante dinâmico seria uma parcela desse conhecimento total e presente potencialmente no signo que uma mente interpretante particular consegue atualizar; o interpretante final se refere ao objetivo ou finalidade da representação, a norma que norteia a produção de interpretantes dinâmicos, e a este respeito Peirce menciona três normas ou ideais contidos em três tipos de signos (o estético, o prático e o pragmático), os quais serão mencionados mais na frente; de qualquer modo, pode-se adiantar que o objetivo ou finalidade da semiose é representar o objeto na totalidade das suas características e particularidades, daí que a produção de interpretantes dinâmicos siga essa finalidade, objetivo inatingível, é claro, pois é apenas logicamente possível, porém impossível na prática. Sendo assim, qualquer interpretante dinâmico produzido por signos tais como uma figura geométrica, a palavra átomo ou o índice Napoleão, segue a tendência da semiose no sentido de dar a conhecer a maior parcela possível da totalidade dos objetos representados por tais signos.

3ª) Os interpretantes comunicacionais: interpretante intencional, interpretante eficiente e o *Cominterpretant*. Esta classificação do interpretante analisa a relação que se estabelece entre as mentes envolvidas num ato comunicativo. Peirce descreve os interpretantes comunicacionais como determinações das mentes do emissor e do receptor num ato

comunicativo, com a fusão dessas mentes numa única mente quando a comunicação se estabelece:

Há o interpretante Intencional, que é uma determinação da mente do emissor; o interpretante Eficiente (*effectual*) que é uma determinação da mente do intérprete; e o interpretante Comunicacional, ou melhor, o *Cominterpretant*, que é uma determinação daquela mente na qual as mentes do emissor e do intérprete têm de se fundir a fim de que qualquer comunicação possa ocorrer. Esta mente pode ser chamada de *Comens*. Ela consiste de tudo aquilo que, de saída, é e deve ser bem compreendido entre emissor e intérprete a fim de que o signo em questão cumpra sua função. (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 2008, p. 68)

Quando alguém diz “Napoleão era letárgico”, a frase cumpre a sua função informativa com a condição de que os participantes do ato comunicativo saibam exatamente qual o objeto e o contexto relacionados ao signo, no caso em questão, o militar francês que pertence ao universo dos fatos e ocorrências concretos, isto é, o universo dos fatos históricos. Quando os participantes do ato comunicativo conseguem identificar o objeto e o contexto do signo (o que só acontece mediante a experiência colateral individual de cada participante), ocorre aquilo que é descrito como a fusão das mentes comunicantes numa mente comum, a *Comens*.

4ª) A quarta divisão do interpretante analisa os efeitos significados ou o significado e os seus efeitos, isto é, aquilo que um signo pode provocar ao determinar um interpretante numa mente existente ou potencial: um signo pode produzir sentimentos, reações em que se emprega algum tipo de energia, ou pensamentos e hábitos de ação. Estes tipos de interpretantes também têm sua origem na fenomenologia peirceana, e se denominam interpretante emocional (primeiridade), interpretante energético (secundidade) e interpretante lógico (terceiridade) (SANTAELLA, 2008, p. 78-79). Dessa forma, o signo Napoleão pode despertar qualquer tipo de sentimento, como admiração, ódio ou repulsa, provocados pelo interpretante emocional; já o sinal vermelho do semáforo provoca no motorista uma reação em que se emprega energia física, reação que se deve ao efeito provocado pelo interpretante energético desse signo; qualquer crucifixo provoca um interpretante lógico, pois a associação entre esse signo e a religião cristã é um hábito interpretativo automático fundamentado na convenção.

Lucia Santaella, ao comparar as primeiras três divisões do interpretante, considera que a primeira e a terceira divisões são limitadas e estreitas, e que unicamente a segunda divisão é uma

[...] minuciosa classificação morfológica do interpretante, ou seja, aquela que nos habilita a compreender o processo de geração do interpretante através de uma análise lógica que penetra pelos mais recônditos meandros da relação entre signo e interpretante. (*Ibidem*, p. 68)

Assim sendo, esta investigação analisou mais detalhadamente a segunda divisão do interpretante, com a observação de que a quarta divisão (os interpretantes emocional-energético-lógico) foi analisada em relação com a segunda divisão, já que esse tipo de interpretantes agiria no interior dos interpretantes imediato, dinâmico e final.

1.4.2 OS INTERPRETANTES IMEDIATO, DINÂMICO E FINAL

Mencionamos anteriormente duas características fundamentais desta classificação do interpretante: em primeiro lugar, tal classificação se origina na fenomenologia peirceana, e em segundo lugar, esses interpretantes não são entidades separadas umas das outras, porém são estágios do processo de geração do interpretante quando um signo genuíno é interpretado: “O processo de interpretação de um signo genuíno incorpora necessariamente esses três momentos e, à maneira das três categorias, o primeiro prescinde do segundo e terceiro, o segundo precisa do primeiro e o terceiro do segundo e do primeiro” (SANTAELLA, 2008, p. 76).

O interpretante imediato pertence à categoria fenomenológica da primeiridade, daí que seja descrito como a impressão ou efeito total inanalizado que se espera que um signo chegue a produzir. Eis algumas definições de Peirce sobre o interpretante imediato:

The Immediate Interpretant consists in the *Quality* of the Impression that a sign is fit to produce, not to any actual reaction. (PEIRCE, CP 8.315)

O efeito total inanalizado que se calcula que um Signo produzirá, ou que naturalmente se espera que ele produza [...] ele é da natureza de uma impressão. (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 2008, p. 71)

É o efeito pertinente, possível e imediato na sua inteireza primitiva inanalizada. (*Ibidem*, p. 72)

A noção do interpretante imediato como uma impressão ou efeito que se espera que o signo produza indica que esse tipo de interpretante pertence ao âmbito daquilo que se apresenta em potência e não em ato, isto é, tal interpretante seria uma possibilidade que está no interior do próprio signo:

Enfim, é uma possibilidade de sentido ainda não-atualizada, mas que está contida no próprio signo, pois este deve ter sua interpretabilidade peculiar antes de atingir um intérprete, vindo daí o poder do signo para produzir um determinado efeito na mente interpretadora. (SANTAELLA, 2008, p. 72)

Além do mais, o interpretante imediato é identificado com o significado do signo, ou dito de outro modo, com “[...] a informação que o signo é capaz de transmitir aos seus intérpretes, e que ele coletou dos signos anteriores que ele interpreta” (SAVAN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 72). Assim sendo, o interpretante imediato é o significado total possível de um signo num momento determinado do estágio de conhecimento do objeto que

esse signo representa, significado total que o signo é capaz de produzir pela sua simples presença e que não depende do contexto em que é utilizado:

É essa significância, produzida pela simples apresentação do signo ele mesmo, que é o interpretante Imediato. Numa passagem que sugere por que ele deveria ser chamado de interpretante Explícito, Peirce diz que esse interpretante “é tudo que está explícito no Signo em si mesmo, descartando seu contexto e circunstâncias de emissão (5.474)”. (*Ibidem, loc. cit.*)

O interpretante dinâmico, segundo a pesquisadora, é o estágio menos problemático no processo de geração do interpretante, pois é aquele interpretante que de fato ocorre num ato interpretativo, o significado psicológico de um signo ou interpretante do ato comunicativo. Numa passagem em que Peirce comenta a natureza do interpretante dinâmico, ele aplica a doutrina do pragmatismo ao ato interpretativo e diz que o significado de um signo num ato concreto de interpretação (interpretante dinâmico) reside na reação que tal signo provoca no intérprete:

The Dynamical Interpretant is whatever interpretation any mind actually makes of a sign. This Interpretant derives its character from the Dyadic category, the category of Action. [...] [As] pragmatism says . . . (one part of pragmatism, for Pragmatism is not exclusively an opinion about the Dynamic Interpretant), . . . it says, for one thing, that the meaning of any sign for anybody consists in the way he reacts to the sign. (PEIRCE, CP 8.315)

Um conceito fundamental para a análise do interpretante final é o de finalidade ou tendencialidade, isto é, a semiose ou ação do signo genuíno (autogeração e crescimento *ad infinitum* do signo através do interpretante) tem uma finalidade ou meta, uma teleologia no sentido aristotélico que norteia a produção de qualquer interpretante dinâmico:

Nomes alternativos usados por Peirce: Destinado, Normal, Intencionado. Para começar, há um tema único e unificador que corre através dos vários nomes propostos para este terceiro tipo de interpretante. É aquele da causa final aristotélica, um escopo determinado que serve como um padrão ou norma, direcionando o desenvolvimento dos interpretantes Dinâmicos. (SAVAN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 74)

A autogeração e crescimento infinito do signo genuíno concebido como um movimento direcionado por uma norma ou padrão se torna evidente quando se analisa empiricamente o desenvolvimento das ideias de um indivíduo concreto, ou ainda a história intelectual e cultural de um povo:

Tal estudo empírico mostrará que a sucessão de interpretantes Dinâmicos de um Signo não é aleatória, nem está inteiramente à mercê de circunstâncias históricas acidentais. A história cultural e intelectual revela tendências e direções que são fortes evidências de princípios orientadores, normas que controlam e dirigem. (*Ibidem, p. 75*)

A relação entre interpretante final e causa final está inserida dentro da perspectiva mais geral do pragmatismo, da teoria da evolução e da cosmologia de Peirce; porém, seja qual

for essa causa final, ela nunca será alcançada porque se trata apenas de um limite ideal e abstrato que funciona como regra ou norma que direciona e guia a produção de interpretantes dinâmicos: “Final’ aparece como um limite ideal, aproximável na infinidade da continuidade, mas inatingível, para o qual os interpretantes dinâmicos tendem” (SANTAELLA, 2008, p. 74).

Outro aspecto importante do interpretante final é a função que desempenha na teoria da ciência de Peirce. Certo pesquisador citado por Santaella afirma que quando essas normas e regras prescritas pelo interpretante final são avaliadas criticamente, a ciência entra numa fase de maturidade, podendo ocorrer outra avaliação crítica subsequente, a dos próprios princípios que fundamentam os métodos de avaliação das regras e normas:

O ponto de inflexão mais importante na história de um signo ou conjunto de signos é o ponto no qual a avaliação crítica deliberada das próprias normas começa. [...] O que caracteriza este estágio científico final, na evolução dos interpretantes, é que os princípios orientadores são eles próprios submetidos à avaliação crítica deliberada, e que os princípios governando os métodos de avaliação são também submetidos à avaliação crítica deliberada. (SAVAN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 75)

Sendo assim, o mesmo pesquisador comenta que a criação de Peirce de “[...] um método que deliberada e regularmente analisa, critica e se autocorrige é central à sua teoria da ciência e do interpretante Final” (*Ibidem*, p. 74).

Para finalizar a descrição dos três estágios da produção do interpretante, resta observar que o único interpretante concreto é o dinâmico, já que os interpretantes imediato e final são *in abstracto*. O interpretante imediato pode ser definido como o conjunto de todos os interpretantes dinâmicos possíveis de um signo num momento determinado: “O interpretante imediato é a margem de interpretabilidade – a margem de interpretantes dinâmicos possíveis – tal como fixada pela identidade do signo ele mesmo” (SANTAELLA, 2008, p. 76). O interpretante final é a descrição de um estado ideal futuro em que um signo poderia produzir todos os interpretantes dinâmicos possíveis que permitissem o conhecimento total do objeto do signo:

Imediato e final são gerais e abstratos. O imediato é pura potencialidade, interpretabilidade ainda não-realizada. Não obstante, inscrita na natureza do próprio signo. Trata-se do teor daquilo que o signo é capaz de significar. O final seria o limite último (se isso fosse possível) de realização dessa interpretabilidade. O dinâmico é interpretante produzido, concretização singular e particular [...]. (*Ibidem, loc. cit.*)

A pesquisadora se fundamenta em todas estas considerações para afirmar que o interpretante de um signo possui uma natureza coletiva, expressão do princípio social enraizado na lógica que faz parte da filosofia evolucionária de Peirce. Isto se torna evidente

quando se constata que os interpretantes dinâmicos podem ser corrigidos e criticados unicamente devido à existência ideal e abstrata dos interpretantes imediato e final:

[...] fica evidente a natureza social e coletiva, mais do que isso, lógica do interpretante no seu sentido geral. Uma interpretação particular, psicológica (interpretante dinâmico) é sempre uma atualização necessária, mas relativa e, portanto, sujeita à correção e à crítica. Esta correção só é possível devido à relação dialética entre o interpretante imediato (potencial inscrito no signo) e o interpretante final, limite ideal para o qual, a partir desse potencial, as atualizações singulares tendem a se dirigir. (*Ibidem, loc. cit.*)

1.4.3 OS INTERPRETANTES EMOCIONAL, ENERGÉTICO E LÓGICO

Como mencionamos anteriormente, esta tricotomia está fundamentada na fenomenologia de Peirce, e se refere aos efeitos significados que um signo pode provocar num possível intérprete. Eis uma das definições de Peirce sobre esta tricotomia:

É agora necessário apontar para o fato de que há três tipos de interpretantes. Nossas categorias os sugerem, e a sugestão é confirmada por exame cuidadoso. Eu os chamo de interpretantes emocional, energético e lógico. Estes consistem respectivamente em sentimentos, esforços e mudanças de hábitos. (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 2008, p. 78)

O primeiro efeito significado de um signo é o sentimento de reconhecimento e compreensão do efeito específico desse signo, ou como afirma Santaella, o interpretante emocional “[...] diz respeito a uma qualidade de sentimento inalisável e intraduzível” (SANTAELLA, 2008, p. 79). Peirce define o interpretante emocional com estas palavras:

The first proper significate effect of a sign is a feeling produced by it. There is almost always a feeling which we come to interpret as evidence that we comprehend the proper effect of the sign, although the foundation of truth in this is frequently very slight. This "emotional interpretant," as I call it, may amount to much more than that feeling of recognition; and in some cases, it is the only proper significate effect that the sign produces. (PEIRCE, CP 5.475)

Deste modo, o sentimento de compreensão do efeito próprio do signo produzido pelo interpretante emocional surge quando se faz o raciocínio “tal coisa está no lugar daquela”, o que em termos semióticos poderia ser representado pela inferência “tal coisa é um signo que representa tal objeto de tal maneira”. É de se notar que este raciocínio ou inferência nem sempre se apresenta de forma consciente; na verdade, a experiência de uso concreto dos signos parece indicar que na maioria dos casos esse sentimento de compreensão do efeito próprio do signo, traduzido no interpretante emocional, passa despercebido.

O segundo efeito significado de um signo diz respeito ao esforço ou energia dispendidos na reação que esse signo pode provocar. Tal reação pode envolver um esforço muscular ou corporal, porém, como lembra Peirce, geralmente está relacionada aos esforços mentais do mundo interior. Os objetos físicos provocam interpretantes energéticos nos quais

algum esforço muscular é empregado, já que tais objetos “[...] têm uma auto-identidade que independe de nós, oferecendo resistência às nossas manipulações. Assim, precisamos exercer alguma energia e esforço quando lidamos com eles” (SAVAN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 79). Esse tipo de interpretante pode ser exemplificado nos interpretantes energéticos encarnados nos movimentos de uma criança que lida com a forma geométrica de objetos para encaixá-los nos respectivos buracos de uma caixa. Essa mesma auto-identidade e resistência é detectada em certas imagens e fantasias do nosso mundo interior, ainda que em grau muito inferior, já que é fácil manipular e modificar esse tipo de objetos: “Nesse caso, tem-se também interpretantes energéticos que não envolvem ações musculares, mas sim esforços interiores, atos de imaginação” (*Ibidem, loc. cit.*). Talvez este tipo de interpretante seja aquele produzido pelo artista plástico quando manipula a forma e cores de imagens derivadas da realidade para transformá-las em signos estéticos, como Dalí e suas pinturas surrealistas, ou Picasso e seu estilo cubista.

O interpretante lógico, terceiro efeito significado de um signo, está relacionado com os conceitos de hábito de ação e mudança de hábito. Este tipo de interpretante é definido como “[...] uma regra geral, que não se confunde com um conjunto de palavras, mas é mais propriamente um hábito de ação que pode ser expresso por palavras” (SANTAELLA, 2008, p. 79). O hábito de ação é uma série de ações sobre objetos específicos durante um tempo determinado que acarretam resultados semelhantes, e que, por esse motivo, pode ser repetido indefinidamente: “A regra ou hábito é um padrão de ações que, sob certas condições apropriadas, será repetido indefinidamente no futuro [...]” (*Ibidem, loc. cit.*). As atualizações concretas das ações prescritas pela regra ou hábito se dão através de interpretantes energéticos que funcionam como réplicas de interpretantes lógicos, os quais estão delimitados por tempo e espaço específicos, diferenciando-se assim dos interpretantes lógicos, que são potencialmente repetíveis ao infinito (SAVAN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 79). As ações que o interpretante lógico prescreve podem ser divididas em dois tipos, atos físicos ou musculares e atos imaginativos, estes últimos operando sobre imagens e diagramas mentais. É importante observar que ambos os atos, sejam musculares ou imaginativos, são ações voluntárias que têm a tendência de influenciar e modificar a regra que os prescreve no sentido de tornar mais previsíveis e estáveis as consequências que acarretam tais atos (SANTAELLA, 2008, p. 79), demonstrando simultaneamente que o processo de formação de hábitos produzido pelo interpretante lógico possui a capacidade da autorreção.

O interpretante lógico também pode ser definido como a apreensão intelectual do significado de um signo, motivo pelo qual poderá produzir outro interpretante lógico e assim

ad infinitum. Aquilo que coloca um fim a esse desenrolar ininterrupto de signos-interpretantes é o interpretante lógico último, o qual é um efeito significado do signo que se manifesta como uma mudança de hábito. A mudança de hábito consiste na modificação dos atos que a regra prescreve. É assim que o efeito significado de um signo produz um efeito mental que não é um signo, porém que não perdeu a aplicabilidade geral própria do signo:

Shall we say that this effect [isto é, o interpretante lógico] may be a thought, that is to say, a mental sign? No doubt, it may be so; only, if this sign be of an intellectual kind -- as it would have to be -- it must itself have a logical interpretant; so that it cannot be the *ultimate* logical interpretant of the concept. It can be proved that the only mental effect that can be so produced and that is not a sign but is of a general application is a *habit-change*; meaning by a habit-change a modification of a person's tendencies toward action, resulting from previous experiences or from previous exertions of his will or acts, or from a complexus of both kinds of cause. (PEIRCE, CP 5.476)

O interpretante lógico último pode ser observado nas pessoas que exercem um esforço voluntário para modificar e educar a forma de reagir em certas situações, como é caso de paramédicos, socorristas e bombeiros que treinam o controle das emoções e a forma de agir em situações de perigo, ou o ato de recusar bebidas alcoólicas por parte de alguém que tem problemas com álcool, e, portanto, estava acostumado a nunca perder qualquer oportunidade para beber.

Sobre a questão do hábito, resta mencionar que uma das suas funções é a de moldar ou conformar o pensamento à realidade. Neste sentido, é importante distinguir o hábito da mera ação empírica, a qual não se guia por um propósito determinado e assim não estabelece uma ponte duradoura entre pensamento, ação e realidade. O hábito, porque atualiza ou dá ser às ideias do pensamento, garante a união e continuidade entre consciência e objeto, entre mente e natureza, desfazendo assim as fronteiras entre o lógico e o ontológico, unindo num só fenômeno o ser humano e o cosmos, ou antes, pensamento e cosmos, uma das ideias que fundamentam a filosofia evolucionária de Peirce:

Through the habit – that will be called the final logical interpretant – the mutual participation of ideal and real is carried out: in this peculiar kind of interpretant the ideal “makes” itself real, the *logos* makes itself *pragma* or being. There is no separation between logic and ontology in the concept of habit: the interpretant is logical yet, but at the same time it is final, that is it translates the sign in action, decreeing the ontological status of the real towards which that sign is directed. [...] The habit has nothing to do with mere empirical action, but it is rather a kind of moulding to reality, a constitution of man and cosmos, of mind and nature – as synechism explains -, of consciousness and object: “The mind of man is adapted to the reality of being” (CP 4.157). (QUAGGIA, 2008, p. 194-195)

Para finalizar a descrição do interpretante lógico, resta mencionar o fato de que o processo de geração desse tipo de interpretante pode ser dividido em três fases, as quais

fundamentam a teoria da investigação científica de Peirce. O primeiro interpretante lógico consistiria em “[...] conjeturas construídas por desempenhos voluntários do mundo interior, imaginando-se diferentes situações e linhas de conduta alternativas” (JOHANSEN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 80). O segundo interpretante lógico se subdivide em dois, o inferior e o superior, consistindo o primeiro na modificação e definição dessas conjeturas, e o segundo, na abstração e generalização das formas dessas conjeturas, operação mental possibilitada pela observação de certas relações entre as conjeturas modificadas. É importante notar que o segundo interpretante lógico de nível superior é identificado com o significado do signo, assumindo aqui uma postura pragmática no que se refere a esse item, o qual é definido como “[...] um hábito de ação interior imaginativa” (SANTAELLA, 2008, p. 80). Este tipo de interpretante pode ser considerado o derradeiro efeito mental do signo, já que o terceiro interpretante lógico consistiria na experimentação ou quase-experimentação das conjeturas abstraídas e modificadas nos processos anteriores. Tudo isto serve como fundamento para que a pesquisadora relacione o processo de geração do interpretante lógico com os passos da investigação científica: “Evidentemente, aquilo que Peirce descreve como primeiro, segundo (inferior e superior) e terceiro interpretantes lógicos são passos no processo de investigação, e aqui certamente chegamos bem perto do seu conceito pragmático de significado” (*Ibidem, loc. cit.*).

1.4.4 RELAÇÃO ENTRE AS TRÍADES DE INTERPRETANTES IMEDIATO-DINÂMICO-FINAL E EMOCIONAL-ENERGÉTICO-LÓGICO

A relação entre estas duas tríades de interpretantes tem sido analisada de distintas maneiras pelos pesquisadores de Peirce, ocasionando certas divergências e polêmicas e algumas concordâncias. Pode-se apontar como causa dessas divergências o fato de que o próprio Peirce não deixou referências definitivas sobre a natureza da relação dessas duas tríades de interpretantes, se é que elas estão relacionadas de algum modo; porém, ao menos em dois pontos os pesquisadores estão de acordo: em primeiro lugar, ambas as classificações de interpretantes se sustentam e se originam nas categorias fenomenológicas, e, em segundo lugar, todos concordam em que ambas as classificações não são idênticas (SANTAELLA, 2008, p. 81).

Uma possível solução seria que a relação entre as duas tríades de interpretantes em questão pode ser esquematizada como uma funcionando no interior da outra: a tríade emocional-energético-lógico agindo no interior da tríade imediato-dinâmico-final. Se se leva em consideração que o interpretante imediato é o efeito total e inalisado que um signo pode produzir, é cabível deduzir que quando a tríade emocional-energético-lógico age no interior

do interpretante imediato, o que se tenta visualizar é a impressão total e inanalizada de emoções, esforços e mudanças de hábitos, os três efeitos significados dos signos:

O interpretante imediato é o efeito imediato pertinente e possível na sua inteireza primitiva inanalizada. No caso de um signo interpretado por uma mente, a ideia (num sentido bem extenso) que deve ser apreendida para que o signo possa preencher sua função é uma ideia que se apresenta *in totum* e inanalizada. Ela pode ser uma qualidade de sentimento, mais ou menos vaga, ou uma ideia de um esforço... ou ela pode ser a ideia de uma forma ou qualquer coisa de um tipo geral. (JOHANSEN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 84)

No que diz respeito à ação da tríade emocional-energético-lógico no interior do interpretante dinâmico, pode-se afirmar que tal relação permite fazer distinções importantes entre os interpretantes energéticos singulares e os energéticos que funcionam como réplicas de interpretantes lógicos que tentam preencher a norma ou regra geral contida no interpretante final. No transcurso da autogeração e crescimento do signo se encontram os inevitáveis erros e imprevistos que poderiam truncar a ação do signo rumo ao limite ideal prescrito pelo interpretante final, mas já se observou a necessidade de um interpretante lógico último que consistiria numa mudança de hábito, a qual, por sua vez, teria a capacidade de transformar a regra que direciona o hábito em estado de mudança, demonstrando assim que a ação do signo possui mecanismos de autocorreção que funcionam pelo método do erro e acerto, evitando deste modo a paralisação da autogeração e crescimento do signo rumo ao interpretante final:

Ao mostrar a diferença entre um interpretante energético singular e o energético como réplica de um interpretante lógico ficou também evidenciada a ação do hábito (regra geral da ação) sobre as ações singulares, ficando inclusive evidenciada a possibilidade e necessidade de transformação da própria regra que conduz à mudança de hábito. Não é por acaso que o último interpretante lógico é uma mudança de hábito ou novo estado de prontidão para a ação e para a ação do pensamento. Com isso, abrem-se as portas que conduzem ao movimento de transformação do signo-pensamento que, por erros e acertos ou processos de autocorreção, tendem ao interpretante final [...]. (SANTAELLA, 2008, p. 84-85)

Quando se analisa a ação da tríade emocional-energético-lógico no interior do interpretante final, pode-se afirmar que Peirce, ao definir o interpretante final como a regra ou norma que direciona a produção de interpretantes dinâmicos, estabeleceu nessas bases a existência de três valores ou ideais que direcionam o processo de autogeração, crescimento, autocorreção e transformação do signo. Cada um desses ideais ou valores estaria relacionado a um tipo específico de signo, o signo estético, o signo prático e o signo pragmático, os quais, por sua vez, seriam os objetos de estudo de três ciências, a estética, a ética e a lógica.

O primeiro ideal está relacionado com as qualidades, ou mais exatamente, com a qualidade superior e melhor. Uma qualidade que possui o atributo da superioridade pode ser qualificada como admirável, termo proposto por Santaella como tradução da palavra grega

kalos. Para Peirce, a estética é o estudo daquilo que é em si mesmo *kalos* e, portanto, o propósito final que guia um interpretante emocional será “[...] produzir qualidades de sentimento que são, até certo grau, admiráveis ou *kalos*” (*Ibidem*, p. 85).

O segundo ideal está relacionado com a valorização da conduta por meio de padrões determinados, constituindo assim o interpretante final ético que dá origem ao signo prático: “[...] há padrões por meio dos quais a conduta é interpretada. Interpretantes finais, cujo propósito é a direção da conduta, são interpretante éticos e os signos, cujos interpretantes finais são éticos, podem ser chamados de práticos” (*Ibidem, loc. cit.*).

Uma vez descrita a relação do interpretante lógico com o hábito de ação e a mudança de hábito que ocasiona a transformação da regra que prescreve esse mesmo interpretante lógico, além do paralelismo entre o processo de geração desse tipo de interpretante com os passos da investigação científica, o propósito final do interpretante lógico será o de “[...] produzir controle crítico deliberado dos hábitos e crenças” (*Ibidem, loc. cit.*). Segundo Santaella, há normas críticas que são os princípios condutores da lógica, princípios que validam ou invalidam inferências e que testam a solidez de um conjunto de interpretantes. O signo que possui um interpretante lógico crítico dessa natureza é classificado como pragmático (*Ibidem, loc. cit.*).

Finalizando a descrição da relação entre as tríades de interpretantes emocional-energético-lógico e imediato-dinâmico-final, resta-nos salientar as implicações e consequências que resultam dessa relação. Uma das consequências mais importantes se refere ao fato de que essa relação permite identificar uma gama variada de interpretantes, como pensamentos, hábitos, emoções, etc., os quais podem se apresentar, como geralmente se apresentam, simultaneamente:

[...] os signos, mesmo os mais genuinamente triádicos, não produzem como interpretantes apenas pensamentos, mas também sentimentos, emoções, percepções, ações, condutas e comportamentos, de modo que, mesmo no signo de natureza pensamental e intelectual, todos esses elementos estão nele embutidos constituindo, assim, também sua substância. (BUCZINSKA-GAREWICZ *apud* SANTAELLA, 2008, p. 87)

Além do mais, a relação entre as duas tríades em questão também permite explicar o fato de um signo genuíno se apresentar como não-genuíno ou degenerado, isto é, quando a ação do signo é interrompida no momento em que as necessidades do aqui e agora são satisfeitas, ocasionado assim a degeneração do interpretante do nível da terceiridade para o nível da ação (secundidade), ou ainda para o nível do emocional (primeiridade):

[...] em determinadas situações, mesmo sendo triádico, o signo pode ter seu processo interpretativo interrompido em qualquer um dos momentos de

geração do interpretante, visto que este momento pode ser suficiente para a função que o signo cumpre naquela situação. Neste caso, apesar de a natureza do signo, em si mesmo, ser essencialmente triádico, ela pode, no processo interpretativo, adquirir a forma de um signo degenerado, isto é, quando seu interpretante tem o caráter de uma ação ou até mesmo de uma mera qualidade de sentimento. (*Ibidem, loc. cit.*)

2 RESULTADOS PARCIAIS

O conceito de causação lógica (ação lógica do objeto através do signo) e as três categorias fenomenológicas de Peirce permitem enunciar os princípios ou regras de qualquer representação de um objeto por um signo:

1º A relação de representação é a forma ordenada de um processo lógico.

2º A relação de representação é uma relação que se estabelece entre três termos: signo em si mesmo (representamem), objeto e interpretante¹⁰.

3º Na relação de representação triádica, o signo em si mesmo ou representamem ocupa a posição do primeiro relato, portanto relacionando-se com a categoria da primeiridade; o objeto, a posição do segundo correlato, relacionando-se com a categoria da secundidade; o interpretante, a posição do terceiro correlato, em relação, portanto, com a categoria da terceiridade.

Ressaltem-se alguns pressupostos teóricos ou corolários desses três princípios: a relação de representação genuinamente triádica tende ao infinito tanto do lado do objeto (o significado de uma representação é outra representação) quanto do interpretante (autogeração e crescimento do signo pela geração *ad infinitum* de interpretantes que se transformam no primeiro correlato de uma nova relação de representação triádica); numa relação genuinamente triádica não só o signo, mas também o objeto, assim como o interpretante, são todos de natureza sgnica; numa relação triádica genuína, o objeto manifesta-se no interpretante através do signo, etc.

Os três princípios da representação, e os conceitos de função mediadora do signo, relação de determinação e relação de interpretação, permitem inferir que a representação se desenvolve em três processos simultâneos, cada um dos quais tendo como centro gravitacional um dos correlatos do signo:

1º A representação sob o ponto de vista do signo em si mesmo ou representamem, o que implica analisar o processo de significação ou representação;

2º A representação analisada a partir do objeto, o que significa analisar o processo de objetivação;

¹⁰ Ou numa versão mais simples e direta: “A relação de representação é triádica”.

3º A relação entre representação e interpretante como objeto de análise implica analisar o processo de interpretação.

Evidenciamos alguns pressupostos ou corolários que sustentam a estruturação da representação em três processos simultâneos: o signo é um mediador utilizado pelo objeto para transmitir alguma característica sua ao interpretante; para funcionar como mediador, o signo é determinado pelo objeto com uma qualidade (potencialidade sígnica ou fundamento do signo); o objeto determina imediatamente o signo e mediadamente o interpretante; não há acesso direto à realidade, pois qualquer conhecimento da realidade é mediado por signos (relação objeto-percepção); uma das causas que movimenta a causalidade lógica é a incompletude do signo (e, portanto, de qualquer representação) diante da alteridade do objeto que esse signo representa, etc.

Os processos acima mencionados e os três universos de Peirce (o universo dos Possíveis, o universo dos Existentes e o universo dos Necessitantes) permitem inferir que há três ordens ou dimensões onde se desenrolam os três processos simultâneos da representação:

1ª A ordem emocional, onde o signo cumpre a função mediadora entre a realidade (objeto dinâmico) e a mente interpretante;

2ª A ordem temporal, onde o objeto determina o signo e o interpretante;

3ª A ordem lógica, onde o objeto é acessado pela mediação do signo, resultando daí que a primeira coisa que aparece à mente seja o signo, em segundo lugar, o objeto, em terceiro lugar, o interpretante.

Citamos então alguns pressupostos ou corolários das três dimensões da representação: o lugar lógico do objeto dinâmico é a realidade; aquilo que une o signo à realidade (ao objeto dinâmico) é o objeto imediato; não se pode controlar deliberadamente o modo de perceber a realidade, o que se pode criticar e corrigir são os resultados da percepção; o signo não pode propiciar o reconhecimento do seu objeto, isso deve ser feito pela experiência colateral, a informação prévia e exterior ao signo; a experiência colateral constitui o contexto do signo, do objeto e da mente interpretante; o contexto é o *medium* através do qual se pode identificar o objeto de um signo, etc.

As três ordens ou dimensões onde se desenvolvem os três processos simultâneos da representação, e os três modos de ação de um objeto (ação lógica, ação física e ação emocional), permitem inferir que a realidade age na mente interpretante sob três formas:

1ª Causando sentimentos ou impressões;

2ª Causando reações energéticas;

3ª Causando pensamentos.

Alguns conceitos importantes relacionados às três formas de agir da realidade: a relação de representação é um processo que segue uma tendência ou movimento direcionado por uma regra ou norma contida no interpretante final; a regra geral contida no interpretante final é um hábito de ação mental ou muscular; a mudança de hábito (modificação dos atos que a regra prescreve) coloca um limite ao desenrolar potencialmente infinito de interpretantes; a mudança de hábito modifica a regra contida no interpretante final, corrigindo assim os desvios da representação rumo ao limite ideal contido no interpretante final (processo de autocorreção da representação); há três valores ou ideais que direcionam o processo de autogeração, crescimento, autocorreção e transformação da representação: o sentimento mais admirável (interpretante final estético), a melhor conduta (interpretante final ético), e o controle crítico deliberado de hábitos e crenças (interpretante final crítico); o signo produz como interpretantes pensamentos, emoções, percepções, ações, condutas, etc., os quais geralmente se apresentam simultaneamente e misturados na mente interpretante.

Quando se analisa a relação entre o interpretante e os três princípios da representação, pode-se afirmar que as bases lógicas que sustentam a estrutura do interpretante residem no conceito de causação lógica: o interpretante é a manifestação de alguma particularidade do objeto, o qual se utiliza do signo para transmitir tal peculiaridade a esse mesmo interpretante; portanto, pode-se considerar que o interpretante é o resultado mediato da ação lógica do objeto. É sobre essas bases que os conceitos de determinação e potencialidade sêmica são introduzidos no processo da causação lógica, já que o objeto determina o signo com uma (ou algumas) qualidade(s), signo que por sua vez determinará o interpretante. Assim, são estabelecidos dois tipos de vínculos que partem do objeto, o vínculo ontológico entre objeto e signo, e o vínculo lógico entre objeto e interpretante.

Além do mais, a causação lógica é um conceito que implica a autogeração e crescimento do signo através dos interpretantes. Toda relação de representação é triádica, e o lugar que o interpretante ocupa nessa relação pertence à terceira categoria fenomenológica, a qual está relacionada às ideias de generalidade, crescimento, continuidade, leis, etc. O interpretante é o elemento que permite a autogeração e crescimento do signo porque, sendo um terceiro, transforma-se no primeiro relato de uma nova relação de representação, com a peculiaridade de que a autogeração e crescimento do signo pode prolongar-se infinitamente no tempo. A mudança de terceiro para primeiro se explica pelo fato de que o interpretante

recebe do signo que o determina a tarefa de representar o objeto, e a autogeração e crescimento do signo tende potencialmente ao infinito porque toda representação é incompleta diante da alteridade do objeto que representa, daí que este mesmo objeto continue a movimentar a geração de interpretantes que tentarão completar a própria representação. Tudo isso permite afirmar que o objeto é o elemento que coloca em funcionamento a causação lógica e a geração de interpretantes, em primeiro lugar porque determina um signo que terá o poder de gerar um interpretante que cumprirá a função de representar o objeto, este último permanecendo deste modo como aquilo que determinará outro signo que terá o poder de gerar outro interpretante e assim continuamente; e, em segundo lugar, por causa da alteridade e completude do objeto que a representação é incapaz de capturar, alteridade e completude que são os motivos pelos quais se desenrola a geração de interpretantes que tentam completar a representação sempre incompleta do objeto.

Além do mais, o que foi exposto também serve para observar uma das características mais importantes do interpretante. Se o interpretante pode receber a função de representar um objeto, e se ele é incompleto em relação ao objeto que o determina, característica de toda representação, tudo isto indicaria que o interpretante é um signo. Desta maneira, pode-se afirmar que a autogeração e crescimento do signo tende potencialmente ao infinito porque o próprio interpretante é um signo, e que interpretar consistiria em trocar um signo por outro que explique o primeiro, isto é, interpretar é traduzir um signo em outro. Esta tradução ou troca de um signo por outro pode acontecer no interior do mesmo tipo de linguagem, como quando explicamos uma palavra por meio de outras palavras, e estas últimas são explicadas por meio de outras palavras, e assim potencialmente ao infinito, mas também pode ocorrer entre diferentes tipos de linguagens, como uma peça teatral de Shakespeare sendo interpretada no cinema, ou numa história em quadrinhos. Sendo assim, a representação e a autogeração e crescimento do signo estão estreitamente relacionados com a natureza sógnica do interpretante.

Analisar o lugar e a função do interpretante na relação de representação que se desenvolve em três processos simultâneos, significa analisar a relação de interpretação. O interpretante pode ser caracterizado como sendo a manifestação do objeto através do signo, daí a independência do interpretante em relação a qualquer intérprete particular e concreto, pois o interpretante é o resultado da ação lógica do objeto, ação que consiste em determinar um signo que, por sua vez, terá o poder de gerar um interpretante, sendo o intérprete apenas o elemento contingente no qual um dos possíveis interpretantes do signo se atualizará.

No que diz respeito à relação entre o interpretante e as três ordens ou dimensões onde se desenrolam os três processos simultâneos da representação, pode-se inferir que na ordem emocional a relação triádica de representação é analisada sob o ponto de vista da função mediadora do signo, isto é, analisa o modo pelo qual um objeto se utiliza de um signo que o represente ou signifique num interpretante subsequente. Neste sentido, na ordem emocional o que aparece em primeiro lugar à mente interpretante é o signo, o qual gerará um interpretante que conterà a representação ou significação do objeto que usa o signo como meio de manifestação.

Na ordem temporal, a relação triádica de representação é analisada a partir da função de determinação, isto é, nessa ordem analisa-se o modo pelo qual um objeto determina imediatamente um signo e mediatamente um interpretante. Aqui se torna evidente que o primeiro processo que acontece no tempo é o processo de determinação de um signo pelo objeto, enquanto que a função mediadora do signo só é possível depois que o objeto determinou esse mesmo signo. A função de determinação está relacionada com a percepção, daí que as características gerais da percepção permitam inferir que este processo (e portanto o processo de determinação mediata do interpretante pelo objeto) se desenvolve de forma inconsciente e automática, e se se leva em consideração a estreita relação entre percepção e atos reflexos vitais ao comportamento¹¹, pode-se também supor que a percepção se desenvolve em alta velocidade e num curto lapso de tempo.

A ordem ou dimensão lógica da relação de representação se refere à forma ordenada do processo lógico em que o objeto é acessado pela mediação do signo, isto é, quando o signo em si mesmo ou representamem é o primeiro relato da relação de representação, o objeto, o segundo, e o interpretante, o terceiro. Esta forma ordenada da relação entre os termos representamem-objeto-interpretante só é possível porque antes o objeto determinou um signo que funcionará como mediador entre esse mesmo objeto e o interpretante, indicando assim que os processos de significação e objetivação, que pertencem às ordens emocional e temporal respectivamente, são níveis pré-lógicos, isto é, são condições que possibilitam a representação de um objeto por um signo num interpretante.

No que diz respeito à relação entre o interpretante e as três formas de agir da realidade, pode-se afirmar que a teoria semiótica de Peirce indica que o signo produz três tipos gerais de interpretantes: sentimentos, reações energéticas e pensamentos. A produção concreta de cada um desses tipos gerais de interpretantes é guiada por uma norma ou regra contida num tipo

¹¹ É o caso da virada brusca da borboleta quando seus sensores captam determinadas vibrações sonoras que indicam que o morcego que a persegue está perto demais, entre milhares de exemplos que se poderiam citar.

específico de interpretante final: sentimentos ou impressões seguem a norma contida no interpretante final estético, reações energéticas seguem a norma contida no interpretante final ético, e pensamentos seguem a norma contida no interpretante final crítico. A norma ou regra contida no interpretante final é um hábito de ação mental ou muscular, regra que pode ser modificada pela mudança de hábito, a qual se manifesta sob a forma do interpretante lógico último. O processo de modificação da regra contida no interpretante final demonstra que a relação de representação possui mecanismos de autocorreção que lhe permitem assimilar e corrigir os inevitáveis percalços provocados pelo erro e o imprevisto. Resta mencionar que o interpretante lógico, definido como sendo a regra geral ou hábito de ação, é produzido por um processo que vai das conjeturas à experimentação dessas mesmas conjeturas, estágios que se identificam com os passos da investigação científica.

Com base em tudo o que vimos, podemos enunciar as seguintes características gerais do interpretante:

1º Todo interpretante é um signo.

2º O interpretante é o elemento que permite a autogeração e crescimento do signo porque, sendo um terceiro correlato determinado pelo signo, transforma-se no primeiro relato de uma nova relação de representação.

3º As bases lógicas que sustentam a estrutura do interpretante residem no conceito de causação lógica.

4º A causação lógica se fundamenta nas relações de mediação (o interpretante é a manifestação de algum aspecto do objeto por meio do signo), determinação (o interpretante é determinado mediatamente pelo objeto) e potencialidade sígnica (o objeto determina o signo com uma qualidade).

5º O interpretante é o resultado objetivo da causação lógica, portanto, não depende de um intérprete concreto e particular para ser gerado.

6º A causação lógica e a geração contínua de interpretantes têm como meta completar a representação sempre incompleta do objeto.

7º A determinação do interpretante se desenvolve de forma inconsciente, automática e num curto lapso de tempo.

8º Os processos de significação e objetivação, que pertencem às ordens emocional e temporal respectivamente, são níveis pré-lógicos, isto é, são condições que possibilitam que a relação de interpretação se desenvolva na ordem lógica.

9° O objeto dinâmico e o objeto imediato (e, conseqüentemente, o percepto e o *percipuum*, por cumprirem o papel lógico dos objetos dinâmico e imediato no processo de percepção) são condições pressupostas para a interpretação.

10° Há três tipos gerais de interpretantes: sentimentos, reações energéticas e pensamentos.

11° A produção concreta de cada um desses tipos gerais de interpretantes é guiada por uma norma ou regra geral contida num interpretante final que pode ser estético, ético ou crítico.

12° A norma ou regra contida no interpretante final é um hábito de ação mental ou muscular.

13° A norma ou regra contida no interpretante final pode ser modificada pelo interpretante lógico último, interpretante que consiste numa mudança de hábito (autocorreção da relação de representação rumo ao interpretante final).

3 A INFERÊNCIA

Como mencionado na introdução, os estudiosos de Peirce coincidem na apreciação da natureza do trabalho e pensamento desse cientista, o qual parece ser um exemplo vivo e concreto de uma das teorias da qual seu pensamento se alimentou, a famosa e então recente teoria da evolução de Darwin. De fato, quem conhece os principais escritos do filósofo norte americano terá percebido que suas ideias são retomadas e revistas continuamente sob novos pontos de vista, sendo corrigidas ou expandidas diante de novas descobertas e maior amadurecimento, daí que nunca tiveram uma forma fixa, ainda que mantendo as características gerais ao longo do tempo. Quem tiver a paciência de percorrer esses aparentes labirintos de ideias e abstrações ultrarrefinadas observará a evolução de ideias que, sendo semeadas na juventude do filósofo, foram se desenvolvendo e amadurecendo até o momento da sua morte. Quando se leem os principais escritos de Peirce na sua ordem cronológica, vê-se claramente que o seu pensamento nunca é definitivo nem estático, mas é um processo em andamento, ou como dizem de forma mais pomposa os principais editores atuais de sua obra, os escritos de Peirce “[...] are signs of a great intellect *in the process* of working its way toward the truth” (HOUSER; KLOESEL, 1991, p. XIII).

O conceito de inferência também segue esse curso evolutivo característico da obra de Peirce. Pode-se dividir em duas grandes fases o tratamento que Peirce dá ao problema da inferência: num primeiro momento, Peirce concebe e utiliza a inferência para fundamentar uma nova epistemologia e ontologia do ser humano, a qual seria uma refutação das bases cartesianas da ciência e do pensamento de seu tempo. Num segundo momento, a inferência é utilizada por Peirce para fundamentar a sua teoria da investigação científica, com importantes consequências para o pragmatismo. Nossa pesquisa se limitará a analisar a teoria da inferência peirceana da primeira fase, principalmente porque é nessa época que tal teoria está no centro dos problemas gerais da epistemologia e da lógica, onde a análise da semiose (ou ação do signo) e da teoria do interpretante têm uma importância preeminente, enquanto que a segunda fase está relacionada aos problemas específicos de uma área do conhecimento humano, a investigação científica, onde a inferência abduativa se relaciona ao nível da criação de hipóteses, e as inferências dedutiva e indutiva se relacionam ao nível da testagem experimental dessas hipóteses; essas distinções funcionais das inferências fundamentam os três estágios do método científico, os quais seriam “[...] a observação, a abdução e a verificação, que se divide, por sua vez, em dois níveis: dedutivo e indutivo” (SANTAELLA,

2004, p. 153). Aqui nos limitaremos a mencionar que nesta segunda fase de tratamento da inferência, Peirce faz uma distinção fundamental entre três níveis da inferência, o que lhe permitiria introduzir o instinto como uma alternativa à intuição de Descartes, afirmando que a nossa capacidade instintiva de inferir e escolher a hipótese certa para resolver determinado problema ou fato surpreendente tem uma forma lógica, a inferência abductiva, assunto que foi mencionado numa nota de rodapé da seção dedicada à percepção. A divisão tripartite da inferência também serviria para explicar a vida do pensamento em todos os seus níveis e aspectos, pois pensar consistiria em exercer e formar hábitos de inferência. Os três níveis da inferência são:

- a) Aquelas que chamamos de raciocínio são quase inteiramente conscientes e totalmente articuladas. Assim se desenvolvem as inferências de um matemático ou de um lógico, quando seguem as decorrências das premissas ou princípios-guias de seus raciocínios.
- b) Aquelas que são acríicas ou informais, isto é, utilizadas no dia-a-dia, e mesmo em raciocínios mais sofisticados, mas sem que saibamos reconhecer os princípios-guias aos quais elas se conformam. São acríicas porque se desenvolvem sem o apoio de um controle lógico.
- c) Aquelas que estão totalmente fora de nosso controle, não podendo ser submetidas a nenhuma crítica lógica. Trata-se de operações da mente que são análogas às inferências, porém inconscientes e incontroláveis.

(*Ibidem*, p. 81)

É importante mencionar que anteriormente a essas duas grandes fases da investigação da inferência, Peirce já tinha estabelecido que a hipótese¹² é um terceiro tipo de raciocínio, fato que revolucionou a lógica e que constantemente é lembrado pelos seus comentadores como um dos mais importante alicerces da sua teoria epistemológica anti-cartesiana:

Já eram anteriores a 1865 suas formulações sobre os três tipos de inferências, contendo, portanto, a original introdução da hipótese como um dos seus tipos ao lado da indução e da dedução. Era da proposta revolucionária de que a hipótese constitui um terceiro tipo de raciocínio, ou melhor, de que toda hipótese resulta de um tipo de inferência, que está sujeita às suas próprias regras especiais, de que dependia fundamentalmente a sua crítica a Descartes. (SANTAELLA, 2004, p. 79)

A crítica ao cartesianismo foi formulada nos anos 1868-1869 em três artigos, os quais são conhecidos entre seus comentadores pelo nome de *Cognition Series: Questions concerning certain faculties claimed for man, Some consequences of four incapacities, e Grounds of validity of the laws of logic*. A análise desses trabalhos desvenda uma minuciosa desconstrução e refutação dos pressupostos cartesianos da intuição, cujos resultados, importantes para a epistemologia e ontologia da sua época, indicariam que não se pode fundamentar qualquer teoria cognitiva na intuição, já que qualquer evento mental, sem

¹² Cremos importante lembrar que Peirce rebatizaria a hipótese com o nome de abdução na segunda fase de tratamento da inferência.

exceção, é um processo inferencial. Pode-se sintetizar o percurso dessa refutação da seguinte maneira: o primeiro artigo da série cognitiva tem como função refutar todos os aspectos envolvidos na intuição; o segundo artigo pretende demonstrar que todos os processos mentais são processos inferenciais; o terceiro artigo da série está dedicado à refutação dos argumentos mais importantes que questionam a validade da inferência.

Peirce enfrenta o problema da intuição em todos os seus aspectos, seguindo um raciocínio metódico e sistemático. Além do mais, é notória a influência da lógica escolástica, em especial de Duns Scotus, e da lógica de Kant, que fundamentam conceitos tão importantes como o de realidade, objeto do conhecimento, sensação e experiência, entre outros. É útil salientar também que a investida de Peirce contra a intuição cartesiana só é possível pela introdução do conceito da continuidade, isto é, a teoria do sinequismo. De fato, mais de 20 anos depois de publicados tais artigos, Peirce menciona que o primeiro artigo da série cognitiva contém uma das suas primeiras tentativas no desenvolvimento da teoria do sinequismo.

3.1 A REFUTAÇÃO DA INTUIÇÃO E A NATUREZA DO PROCESSO COGNITIVO COMO PROCESSO INFERENCIAL

Peirce deixa bem claro desde o início o que entende por intuição. Para ele, a intuição é uma cognição não precedida de outra cognição, uma premissa que não é ela mesma uma conclusão de um raciocínio anterior, o conhecimento imediato do objeto externo ou dinâmico: “Throughout this paper, the term *intuition* will be taken as signifying a cognition not determined by a previous cognition of the same object, and therefore so determined by something out of the consciousness” (PEIRCE, 1991, p. 11).

A refutação da intuição, realizada no primeiro artigo da série sobre a cognição, desenvolve-se mediante uma série de questionamentos sobre certas faculdades do ser humano que funcionariam como intuições, entre as quais se pode mencionar: a auto-consciência intuitiva, a introspecção, o poder imediato de distinguir diferentes modos de consciência, as emoções, a vontade, o pensamento sem signos, a concepção do incognoscível e, finalmente, a questão principal, se existe alguma cognição não precedida por outra cognição, isto é, se existe algum conhecimento que pode fundamentar-se na intuição. A refutação da intuição é uma tarefa ambiciosa, pois se trata de um velho conceito que tem sido discutido e analisado sem nunca questionar a sua validade como um dos fundamentos da epistemologia e da lógica ocidentais, e Peirce segue uma linha de raciocínio que guia todas as suas abstrações, argumentações e demonstrações, pretendendo assim fundamentar uma teoria do conhecimento

em bases puramente científicas, cujo suporte principal seria a teoria da inferência como alternativa ou substituto da intuição cartesiana.

Eis a seguir um resumo dos principais pontos do primeiro artigo, que consideramos importante para o nosso trabalho. Em primeiro lugar, nós não possuímos a capacidade de distinguir entre uma intuição e uma cognição resultante de outra cognição prévia. Peirce começa a refutação desta capacidade observando que na verdade ela é nada mais do que um sentimento, isto é, nós sentimos reconhecer que uma cognição é intuitiva ou determinada por outra cognição prévia; porém, esta capacidade de discernimento entre intuição e cognição resultante de outra cognição não é infalível, como acontece com os sonhos. Quando sonhamos, tudo o que percebemos e sentimos parece ser real, não temos consciência da irrealidade dessas cognições, e em alguns casos esse sentimento é tão forte que alguns sonhos passam a se misturar com as memórias de fatos reais.

Nem mesmo as impressões dos sentidos podem ser classificadas como intuições. Os julgamentos perceptivos não nascem de forma imediata, eles são o resultado de um processo que se iniciou com a multiplicidade das impressões sensoriais e sobre as quais se realizou a síntese das impressões, resultando na unidade do julgamento perceptivo. Assim sendo, nós nunca interpretamos determinado som como agudo ou grave sem antes termos sido atingidos por uma multiplicidade de vibrações chegando constantemente aos ouvidos. A mesma coisa com a visão; de fato, a sensação que nós temos de ver uma imagem oval quando enxergamos algum objeto é uma ilusão, pois há um espaço cego no centro da retina que transforma a visão numa espécie de anel que é preenchido pela mente com cognições prévias, processo que passa totalmente despercebido ao nosso conhecimento. Processos análogos acontecem na percepção do espaço e do tempo, confirmando assim que nós não temos a capacidade de distinguir entre intuições e cognições determinadas por cognições prévias (*Ibidem*, p. 11-18).

A segunda refutação se refere à capacidade de intuir a auto-consciência, isto é, o conhecimento do eu privado; é assim que Peirce define a auto-consciência: “[...] the self-consciousness here meant is the recognition of my *private* self. I know that *I* (not merely *the I*) exist” (*Ibidem*, p. 18). Peirce faz uma genealogia das origens da auto-consciência analisando a evolução dessa faculdade nas crianças. Segundo Peirce, as crianças atingem a auto-consciência mediante o erro e o engano, ou seja, quando descobrem que esse alguém que possui certas crenças, sentimentos, pensamentos, etc., que podem falhar em certas ocasiões, constitui o eu mesmo. Sendo assim, nós chegamos ao conhecimento da auto-consciência não pela intuição e sim pela inferência (*Ibidem*, p. 20-21).

Depois de rejeitar a capacidade de intuir a auto-consciência, Peirce passa a refutar a introspecção, que é definida como o conhecimento do mundo interior: “By introspection, I mean a direct perception of the internal world [...] any knowledge of the internal world not derived from external observation” (*Ibidem*, p. 22). Assim por exemplo, as emoções seriam intuições do mundo interior, conhecimentos não derivados da observação de fatos externos. A objeção de Peirce a esse tipo de intuição se fundamenta no fato de que as emoções se originam em relação a objetos externos, como quando estamos com raiva: estamos com raiva quando alguém, um fato, alguma coisa desperta nossa ira. A raiva só se origina depois do conhecimento do objeto que a provocou, ou seja, é uma cognição determinada por outra cognição prévia. Peirce quer estender este raciocínio aos sentidos estético e ético: “What is here said of emotions in general, is true in particular of the sense of beauty and of the moral sense. Good and bad are feelings which first arise as predicates of the not-I, or are determined by previous cognitions [...]” (*Ibidem*, p. 23). Estes argumentos pretendem demonstrar que qualquer conhecimento do mundo interior é derivado de fatos externos, isto é, tal conhecimento é o resultado de uma inferência, com o qual se nega que a introspecção tenha os seus fundamentos na intuição.

Peirce também refuta a ideia de que existam pensamentos não expressos em signos. Não somente rejeita tal ideia como afirma que os únicos pensamentos possíveis são necessariamente em signos: o pensamento é um signo. A realidade ou os fatos externos só existem em nossa mente mediante os signos que eles suscitam, e como já fora demonstrado que o conhecimento dos estados internos é uma inferência feita a partir de fatos externos, ele chega à conclusão de que qualquer pensamento necessariamente é em signos (*Ibidem*, p. 24).

Outra faculdade rejeitada por Peirce é a concepção do incognoscível. Por um lado, qualquer concepção ou ideia é obtida a partir de cognições contidas nos julgamentos de percepção, isto é, qualquer conhecimento parte da experiência¹³, e dizer que se possa experienciar ou conhecer o incognoscível é contraditório; na experiência não existe o incognoscível, no sentido de que não existem coisas que não se podem conhecer, e com isto não se contradiz a existência do desconhecido, isto é, de coisas que não se conhecem mas que podem ser conhecidas. Por outro lado, uma concepção ou ideia só são consideradas como tais porque possuem algum significado, e o termo incognoscível deveria ser um conceito sem

¹³ Sobre este ponto, há um axioma de Peirce que deve ser lembrado constantemente como um dos alicerces da epistemologia inferencial que ele propõe, onde a percepção e o pragmatismo são considerados como os portões por onde passa necessariamente qualquer conhecimento: “The elements of every concept enter into logical thought at the gate of perception and make their exit at the gate of purposive action; and whatever cannot show its passports at both those two gates is to be arrested as unauthorized by reason” (PEIRCE, CP 5.212)

significado, uma concepção vazia, o que é mais uma contradição. Peirce acaba afirmando que a existência de uma realidade desconhecida não significa que a realidade seja incognoscível, e assim as concepções do ser e do cognoscível são sinônimas:

Thus, ignorance and error can only be conceived as correlative to a real knowledge and truth, which latter are of the nature of cognitions. Over against any cognition, there is an unknown but knowable reality; but over against all possible cognition, there is only the self-contradictory. In short, *cognizability* (in its widest sense) and *being* are not merely metaphysical the same, but are synonymous terms. (*Ibidem*, p. 25)

Depois de refutar essas faculdades que parecem se fundamentar na intuição, Peirce passa a questionar a própria intuição. Há cognições não determinadas por cognições prévias? Sabendo que nossas vidas têm um começo e um fim, é lógico pensar que houve cognições não precedidas de cognições prévias, um conhecimento direto e imediato do objeto externo. De fato, não há como negar que houve uma primeira cognição, assim como haverá o momento da derradeira cognição na hora da nossa morte. Porém, deve-se considerar que conhecer é um processo que se desenvolve no tempo, o qual possui a característica de ser contínuo. Eis como Peirce soluciona o problema da primeira cognição utilizando uma velha doutrina metaforizada nos famosos paradoxos de Aquiles e a tartaruga ou da flecha disparada porém em repouso, entre outros. Assim como não há tempo num instante e sim numa sucessão de instantes, não há cognição num único pensamento: o pensamento só é interpretado como tal num outro pensamento subsequente, o qual também será interpretado noutra pensamento subsequente e assim ao infinito. E do mesmo modo como esse processo pode prolongar-se ao infinito no futuro, prolonga-se ao infinito no passado, cada pensamento sendo determinado por outro anterior e este sendo determinado por outro anterior e assim regressivamente. Diante de tudo isto, Peirce afirma que todo pensamento acontece em signos, propondo uma visão do pensamento como um processo ou fluxo de signos-pensamentos no tempo:

[...] in intuition, i. e. in the immediate present, there is no thought, or, that all which is reflected upon has past. *Hinc loquor inde est*. That, since any thought, there must have been a thought, has its analogue in the fact that, since any past time, there must have been an infinite series of times. To say, therefore, that thought cannot happen in an instant, but requires a time, is but another way of saying that every thought must be interpreted in another, or that all thought is in signs. (*Ibidem*, p. 24)

Se tivéssemos a capacidade de remontar o curso do pensamento para chegar às suas origens, encontraríamos a multiplicidade daquilo que foi e está presente, o qual não possui unidade própria. Para Peirce, o presente imediato é dado na intuição, ou antes, o presente imediato é a intuição, como se pode verificar nas palavras iniciais da última citação. Aquilo que está mais próximo dos sentidos é a multiplicidade do que está presente em geral, como explica no seu famoso artigo *On a new list of categories*:

That universal conception which is nearest to sense is that of *the present, in general*. [...] the conception of *what is present in general*, which is nothing but the general recognition of what is contained in attention, has no connotation, and therefore no proper unity. (*Ibidem*, p. 1-2)

A heterogeneidade do que está presente possibilita que aconteçam as primeiras cognições, as intuições originais que se perdem nos desdobramentos infinitos da continuidade. Assim como uma linha traçada no papel tem um começo, nosso pensamento teve um início. Porém tal como essa mesma linha pode ser dividida ao infinito, nosso pensamento pode retrogerir infinitamente sem nunca alcançar a primeira cognição, e como num instante não há pensamento, Peirce acaba por negar que haja qualquer tipo de conhecimento fundamentado na intuição, porque essa primeira cognição seria incognoscível, o que é uma contradição:

[...] as the cognition is beginning, and therefore in a state of change, at only the first instant could be intuition. And, therefore, the apprehension of it must take place in no time and be an event occupying no time. Besides, all the cognitive faculties we know of are relative, and consequently their products are relations. But the cognition of a relation is determined by previous cognitions. No cognition not determined by a previous cognition, then, can be known. It does not exist, then, first, because it is absolutely incognizable, and second, because a cognition only exists so far as it is known. (*Ibidem*, p. 26)

Supondo que a intuição seja um dos fundamentos do pensamento cartesiano à época de Peirce, e talvez da nossa, já que a visão mecânica do universo e do ser humano como um ente dual alma-corpo (um fantasma na máquina) são alguns dos fundamentos cartesianos da era cibernética e robótica em que vivemos, o que esses artigos pretendiam demonstrar é o fato de que nos vários tipos de processos do pensamento, a intuição é aquilo que está mais longe de ser um conhecimento imediato, pois somos separados dela pela infinitude do *continuum*, cada instante podendo ser dividido em infinitos instantes, cada pensamento podendo retrogerir ou progredir infinitamente no tempo. Negadas as faculdades fundamentadas na intuição, e a intuição em si mesma, Peirce obtém como resultado as quatro incapacidades do pensamento:

1. We have no power of Introspection, but all knowledge of the internal world is derived by hypothetical reasoning from our knowledge of external facts.
2. We have no power of Intuition, but every cognition is determined logically by previous cognitions.
3. We have no power of thinking without signs.
4. We have no conception of the absolutely incognizable.

(PEIRCE, 1991, p. 30)

Peirce deixa bem claro que tais incapacidades são apenas hipóteses que precisam ser testadas, sendo esse o objetivo central do segundo artigo da série cognitiva, *Some*

consequences of four incapacities. No método científico, para se testar uma hipótese se deduz as consequências que dela se podem inferir assumindo a sua validade, e se verifica indutivamente se tais consequências são confirmadas pela experiência. No problema em questão, a principal consequência da negação da intuição é que todo e qualquer processo do pensamento se dá por meio da inferência; isso no campo epistemológico, porque no campo ontológico Peirce descobre uma visão totalmente inovadora da natureza do ser humano: se todo e qualquer pensamento se dá em signos, e se o ser humano é o pensamento, a conclusão é que o ser humano é um signo. Assim sendo, não haveria qualquer diferença substancial entre uma palavra e o ser humano, por exemplo.

Peirce começa a demonstração assumindo hipoteticamente como válidas as duas primeiras incapacidades do pensamento, isto é, que não possuímos introspecção nem intuição. Que não exista a possibilidade de um conhecimento imediato do objeto indicaria que conhecer é um processo inferencial contínuo entre signos-pensamentos, então a análise deve começar pelo processo da cognição. Isto significa reduzir toda ação mental a um tipo geral, que é o processo da inferência válida¹⁴. Eis como Peirce caracteriza o processo da inferência válida:

We must begin, then, with a *process* of cognition, and with that process whose laws are best understood and most closely follow external facts. This is no other than the process of valid inference, which proceeds from its premise, *A*, to its conclusion, *B*, only if, as a matter of fact, such a proposition as *B* is always or usually true when such a proposition as *A* is true. (*Ibidem*, p. 30)

Assim, por exemplo, do quintal molhado quando acordamos de manhã (premissa) inferimos que choveu (conclusão), pois é sempre verdadeiro (não apenas possível) que quando o quintal amanhece molhado é porque choveu. Assim também quando vemos fumaça ao longe (premissa), assumimos que provavelmente há uma fogueira ou algo assim por perto (conclusão), pois geralmente onde há fumaça há fogo.

Peirce começa a análise da inferência válida indagando se o pensamento realmente pode ser descrito e analisado mediante os silogismos, como se a mente pudesse substituir a imagem de uma ou mais premissas pela imagem de uma conclusão. Ele diz que, de fato, esse tipo de cognição não é atingido exatamente dessa forma, porém algo acontece no pensamento que pode ser representado muito bem pelo silogismo. E a prova disso é que o ser humano que atingiu alguma conclusão pelo processo representado no silogismo passará a agir de acordo com ela, pois ele acreditará na verdade de tal cognição:

[...] it is a matter of constant experience, that if a man is made to believe in the premises, in the sense that he will act from them and will say that they

¹⁴ Para Peirce, as expressões raciocínio válido, argumento válido ou inferência válida são equivalentes e estão contidas no termo silogismo.

are true, under favorable conditions he will also be ready to act from the conclusion and to say that that is true. Something, therefore, takes place within the organism which is equivalent to the syllogistic process. (*Ibidem*, p. 31)

Digamos que qualquer pessoa acredita que certas coisas feitas de vidro quebram facilmente, então ela agirá de acordo com essa premissa e dirá que é verdadeira, portanto sabendo que tal objeto é de vidro (outra premissa), passará a acreditar na conclusão “este objeto de vidro quebra facilmente” e agirá de acordo com ela, isto é, manipulará tal objeto com cuidado. É claro que o processo do pensamento pelo qual passamos de uma cognição a outra cognição não acontece exatamente como o silogismo, que é uma dissecação do processo de pensar, porém tem sido uma maneira efetiva de representar como o pensamento e a linguagem acontecem nos organismos, seres vivos e outros tipos de entes.

A seguir, Peirce faz uma descrição e análise do silogismo e os seus tipos. Neste ponto é importante lembrar que Peirce faria uma revisão desta classificação anos depois, não no número de tipos, pois ele sempre afirmou serem três os tipos de inferências, e sim na caracterização, definição e função de cada uma delas. Porém, como tal refinamento teórico não prejudica a hipótese central, isto é, que qualquer processo mental é inferencial, é necessário esboçar a classificação de Peirce dos tipos de silogismo ou inferência válida.

Seguindo a silogística tradicional, Peirce define o silogismo como um processo do pensamento que se desenvolve mediante argumentos, cada um dos quais é formado por duas premissas e uma conclusão. Cada premissa é uma proposição que atribui certas características a certos objetos. A conclusão é outra proposição que substitui uma das premissas, substituição possibilitada pelo fato afirmado na outra premissa. A substituição aqui referida é nada mais do que uma troca de sujeitos ou predicados (*Ibidem*, p. 35-36). Um exemplo corriqueiro e clássico desde Platão é o silogismo de Sócrates:

Todos os seres humanos são mortais;

Sócrates é humano;

. . . Sócrates é mortal

A premissa maior atribui a característica da mortalidade aos seres humanos, assim como a premissa menor é uma proposição que atribui a humanidade a Sócrates; a conclusão é uma proposição que substitui a premissa “é humano” por “é mortal”, substituição permitida pelo fato afirmado na premissa maior. A substituição neste caso é uma troca de predicados.

Outra característica do silogismo é sua forma de aparecer. Um mesmo silogismo pode aparecer de forma completa ou incompleta, a diferença se caracterizando pelo fato de que

enquanto o primeiro tipo apresenta explicitamente todas as premissas, no segundo tipo uma delas aparece de forma implícita. Um exemplo de silogismo incompleto seria o seguinte:

Elias era homem;
 . . . Ele era mortal.

Peirce comenta que este silogismo é válido unicamente pela presença virtual ou implícita da premissa maior “Todos os homens são mortais” (*Ibidem*, p. 51).

Uma mesma conclusão pode ser obtida de duas maneiras, por meio de silogismos simples ou complexos. No silogismo simples, a conclusão é atingida mediante duas premissas, e no complexo mediante três ou mais premissas. Além do mais, um silogismo complexo pode ser decomposto numa sucessão de inferências simples (*Ibidem*, p. 31). O silogismo de Sócrates citado acima é um exemplo de silogismo simples; já o seguinte exemplo é um silogismo complexo (neste caso falacioso):

Disseram-me que sou ninguém;
 Ninguém é perfeito;
 . . . Eu sou perfeito;
 Só deus é perfeito;
 . . . Eu sou deus.

Este silogismo complexo pode ser decomposto na seguinte sucessão de inferências simples:

Ninguém é perfeito;
 Eu sou ninguém;
 . . . Eu sou perfeito.

Deus é perfeito;
 Eu sou perfeito;
 . . . Eu sou deus.

Estas duas classificações não extrapolam em muito a herança da tradição, além do que não fazem uma distinção em regra dos diferentes tipos de inferências. A classificação mais importante se refere àquela que distingue entre silogismos apodícticos ou dedutivos e silogismos prováveis. Os silogismos apodícticos ou dedutivos se distinguem pelo fato de que o seu valor como verdadeiros depende unicamente da relação entre o fato inferido na conclusão e os fatos afirmados nas premissas. Para Peirce, um silogismo cuja validade dependesse de algum conhecimento não contido nas premissas é impossível:

A syllogism whose validity should depend not merely upon its premises, but upon the existence of some other knowledge, would be impossible; for,

either this other knowledge would be posited, in which case it would be a part of the premises, or it would be implicitly assumed, in which case the inference would be incomplete. (*Ibidem, loc. cit.*)

Já o silogismo provável exige outra condição para ser considerado verdadeiro, a não-existência de algum outro conhecimento. Eis o exemplo de Peirce que ilustra este tipo de inferência: um paciente infectado pelo cólera asiático se encontra em estado crítico; então ele é submetido a uma sangria, e durante o processo e depois dele, o estado do paciente melhorou, e já no dia seguinte estava fora de perigo. A inferência provável neste caso seria que a sangria tende a recuperar pacientes do cólera asiático. Esta inferência é válida porque todas as informações sobre o caso são as mencionadas nas premissas. Se houvessem outros fatos relacionados ao caso, e que não foram expressos nas premissas, a inferência perderia o seu valor de verdadeiro: “But if we knew, for example, that recoveries from cholera were apt to be sudden, and that the physician who had reported this case had known of a hundred other trials of the remedy without communicating the result, then the inference would lose all its validity” (*Ibidem, p. 32*).

Essa peculiaridade do silogismo provável permite distinguir uma subdivisão ulterior, a dos silogismos indutivos e hipotéticos. Como já foi mencionado, a premissa é uma proposição que atribui certas características a certos objetos, e a ausência de conhecimento, necessário à validade do silogismo provável, refere-se à incerteza sobre se outros objetos possuem as características mencionadas nas premissas, ou se outras características não mencionadas nas premissas pertencem ao objetos mencionados nelas. Em qualquer caso, é necessário fazer uma suposição: ou se supõe que todos os objetos que possuem tais características são conhecidos, o qual resulta numa inferência provável indutiva, ou se supõe que todas as características necessárias para distinguir certa classe de objeto são conhecidas, e isto é uma inferência provável hipotética (*Ibidem, loc. cit.*). Assim por exemplo, até o momento todos os seres humanos que temos notícia morreram, morrem e morrerão, e, portanto, inferimos indutivamente que todos os seres humanos são mortais, inferência que se manterá válida até o dia em que apareça um ser humano imortal; por outro lado, Darwin, ao observar certas diferenças notáveis entre indivíduos da mesma espécie e semelhanças significativas entre espécies totalmente diferentes inferiu hipoteticamente que os seres vivos são o produto da evolução. Pode-se observar que a função dos silogismos prováveis é reduzir a multiplicidade de sujeitos ou predicados à unidade, como Peirce indica depois de uma série de comentários que não serão mencionados aqui, mas cujos resultados mostram as influências da silogística tradicional e do pensamento de Kant sobre a lógica de Peirce naquela época:

Accordingly, induction has been defined by Aristotle as the inference of the major premise of a syllogism from its minor premise and conclusion. The

function of an induction is to substitute for a series of many subjects, a single one which embraces them and an indefinite number of others. Thus it is a species of “reduction of the manifold to unity” [...] hypothesis may be regarded as the inference of the minor premise from the other two propositions [...] The function of hypothesis is to substitute for a great series of predicates forming no unity in themselves, a single one (or small number) which involves them all, together (perhaps) with an indefinite number of others. It is, therefore, also a reduction of the manifold to unity. (*Ibidem*, p. 33-34)

Uma vez feitas todas estas distinções sobre a anatomia ou morfologia do silogismo, Peirce chega à seguinte conclusão: “All valid reasoning is either deductive, inductive, or hypothetic, or else it combines two or more of these characters” (*Ibidem*, p. 33).

3.2 O PENSAMENTO E O SIGNO

Já que toda ação mental pode ser reduzida à fórmula da inferência válida, Peirce acha importante descrever quais as consequências desse fato em relação à própria natureza do pensamento. Se não existe pensamento intuitivo, isto é, não há um conhecimento imediato do objeto pensado, o objeto é pensado por um intermediário que não é outro senão o signo. Esta é uma das consequências da incapacidade do ser humano de não poder pensar sem signos. Qualquer tipo de pensamento só é possível pela ação do signo, e sobre este particular Peirce propõe uma noção ampla de signo: “[...] whenever we think, we have present to the consciousness some feeling, image, conception, or other representation, which serves as a sign” (PEIRCE, 1991, p. 38). Sendo assim, uma análise do pensamento implica necessariamente uma análise do signo.

O signo possui três propriedades, a função representativa, a aplicação demonstrativa pura e a qualidade material. No que diz respeito à primeira propriedade, pode-se afirmar que um conceito fundamental para a função representativa é o da referência: o signo tem três referências, um pensamento, algum objeto e uma qualidade. O signo interage com esses três elementos estabelecendo três tipos de relações: o signo possui alguma qualidade que o relaciona com o seu objeto, e, nesse caso, se observa uma relação de conexão; o signo aparece no lugar do objeto estabelecendo uma relação de equivalência; o signo é um signo para algum pensamento, e nesse caso se estabelece uma relação de interpretação. Estas relações estão implícitas nas palavras em itálico da seguinte citação, as quais foram realçadas pelo próprio autor: “[...] a sign has, as such, three references: 1st, it is a sign *to* some thought which interprets it; 2d, it is a sign *for* some object to which in that thought is equivalent; 3d, it is a sign, *in* some respect or quality, which brings it into connection with its object” (*Ibidem*, *loc. cit.*).

As outras duas propriedades não se relacionam com a função representativa que o signo desempenha, mas são propriedades que pertencem ao signo exclusivamente. As qualidades materiais do signo são as características próprias do signo, como as letras impressas ou os sons da palavra homem, ou numa fotografia, as cores, a forma, etc. de algum homem. A aplicação demonstrativa pura consiste na ligação de fato entre signo e objeto, independentemente de algum pensamento que os relacione, como o cata-vento que indica a direção do vento, pois nem o material do qual está feito (madeira, pregos, latão, etc.), nem o fato de estar sempre indicando a direção do vento se relacionam com a sua função como signo, apenas pertencem a ele como coisa existente, pois o catavento existe ainda mesmo que não haja ninguém por perto com a capacidade de interpretar tal signo meteorológico. Esse é o mesmo caso de pinturas e obras plásticas em museus que não estão em exposição ao público, ou de fórmulas, axiomas e teoremas num livro de matemática guardado na estante, os sinais de trânsito numa estrada deserta, etc., enquanto não houver uma mente interpretante tais objetos não manifestam a sua função representativa como signos. Peirce é enfático ao afirmar que as propriedades da qualidade material e da aplicação demonstrativa pura pertencem ao signo exclusivamente, portanto, não estão relacionadas com o pensamento, sendo incapazes de acionar a função representativa que só se origina quando se relaciona signo e objeto numa mente interpretante, fato que acaba por demonstrar uma relação indispensável entre representação e pensamento, como se pode inferir do seguinte trecho onde a ideia fundamental é novamente realçada em itálico por Peirce:

Now the representative function of a sign lies neither in its material quality nor in its pure demonstrative application; because it is something which the sign is, not in itself or in a real relation to its object, but which it is *to a thought*, while both of the characters just defined belong to the sign independently of its addressing any thought. (*Ibidem*, p. 40)

Peirce aplicará estas propriedades do signo à análise do pensamento, fazendo previamente alguns comentários sobre a natureza do pensamento em geral. Ele afirma que o pensamento é um fato último e inexplicável, o qual seria uma consequência necessária da aplicação do conceito do *continuum* ao processo do pensamento: o pensamento é inexplicável porque no momento preciso em que o queremos conhecer ele já não está mais presente, ele pertence ao passado. Nenhum pensamento presente é conhecido de forma imediata, só conhecemos o presente por meio de inferências, isto é, de pensamentos subsequentes que se referem continuamente a um pensamento que sempre está no passado, permanecendo assim sem explicação ao entendimento:

[...] for, on the one hand, we never can think, “This is present to me”, since, before we have time to make the reflection, the sensation is past, and, on the other hand, when once past, we can never bring back this quality of the

feeling as it was *in and for itself*, or know what it was like *in itself* [...] But, as something present, feelings are all alike and require no explanation, since they contain only what is universal. (*Ibidem*, p. 41)

Já que o pensamento permanece continuamente inexplicável em si mesmo, acrescido do fato de que não há cognição nem representação num único pensamento, mas sim num processo contínuo de pensamentos subsequentes, Peirce chega à conclusão de que na base do conhecimento explicável está o inexplicável, conclusão que, segundo ele, não é contraditória se se levam em consideração os fatos mencionados:

At no one instant in my state of mind is there cognition or representation, but in the relation of my states of mind at different instants there is. In short, the Immediate (and therefore in itself unsusceptible of mediation – the Unanalyzable, the Inexplicable, the Unintellectual) runs in a continuous stream through our lives; it is the sum total of consciousness, whose mediation, which is the continuity of it, is brought about by a real effective force behind consciousness. (*Ibidem*, p. 42)

Quando Peirce aplica as propriedades do signo à análise da natureza do pensamento, obtém como resultado que o pensamento é composto por três elementos, a representação, a relação e a qualidade, decorrentes das três propriedades do signo já mencionadas, a referência, a aplicação demonstrativa pura e a qualidade material:

Thus, we have in thought three elements: 1st, the representative function, which makes it a *representation*; 2d, the pure denotative application, or real connection, which brings one thought into *relation* with another; and 3d, the material quality, or how it feels, which gives thought its *quality*. (*Ibidem*, *loc. cit.*)

3.3 A NEGAÇÃO DA SENSACÃO COMO INTUIÇÃO

A negação da intuição cartesiana resultou nas quatro incapacidades já mencionadas, e para testar a validade dessas conclusões foram inferidas as suas consequências, a mais importante sendo aquela que indica que qualquer ação do pensamento é um processo inferencial mediante signos. Sendo assim, a negação da intuição cartesiana se fundamenta nos conceitos de inferência, signo e pensamento, tal como Peirce entendia esses conceitos, sendo que, em última análise, signo e pensamento só passam a existir de forma relativa: se por um lado não existe pensamento sem signos, por outro lado o signo só pode existir no pensamento que o interpreta. Uma vez que Peirce definiu e analisou os três conceitos que sustentam a negação da intuição, ele passa a verificar se de fato qualquer evento mental é um processo inferencial, analisando ações mentais tais como as emoções, a atenção e os hábitos; porém, o ponto mais vulnerável da negação da intuição reside no problema da sensação ou percepção, faculdade do pensamento cuja principal característica parece ser a de fornecer um conhecimento imediato (uma intuição) do objeto percebido

De fato, dentre os diferentes tipos de eventos mentais, a sensação é o tipo de cognição que parece demonstrar a existência da intuição: como negar que segurar um cubo de gelo na mão, ou ouvir os instrumentos de uma orquestra e observar os movimentos dos músicos, não seja conhecer de forma imediata o objeto percebido?

Se se prova que qualquer percepção real é uma inferência e não uma intuição, comprova-se então que qualquer processo do pensamento é inferencial, validando assim a hipótese de que não há nenhum poder de intuição, e que toda cognição é determinada logicamente por cognições prévias, refutando desta maneira os fundamentos intuitivos da epistemologia cartesiana.

Peirce nega a sensação enquanto intuição tentando provar que a percepção é indeterminada e geral, o que acarretaria como consequência que as sensações são inferências e não intuições, pois seriam um conhecimento derivado de conhecimentos anteriores. Peirce se empenha em provar esta hipótese analisando o sentido da visão, que no caso de os seus resultados serem válidos poderiam ser estendidos a todos os sentidos:

I will now go so far as to say that we have no images even in actual perception. It will be sufficient to prove this in the case of vision; for if no picture is seen when we look at an object, it will not be claimed that hearing, touch, and the other senses, are superior to sight in this respect. (*Ibidem*, p. 49)

Para Peirce, a sensação é um signo mental natural que não é uma representação, mas a qualidade material de uma representação (PEIRCE, 1991, p. 43). Peirce já utilizara o conceito de qualidade material ao falar das três propriedades do signo e dos três elementos que formam o pensamento, e já então explicara que a função representativa de um signo não se fundamenta nas propriedades da qualidade material ou da aplicação demonstrativa pura, e sim na propriedade referencial: um signo é um signo para algum pensamento por algum objeto e em alguma qualidade; as qualidades materiais são aquelas que pertencem ao signo em si mesmo, como os sons das palavras, a tinta e o metal num sinal de trânsito, o cheiro de carne assando, a visão do cenário e o som ambiente numa peça de teatro ou no cinema, etc. Além do mais, no primeiro artigo da série cognitiva Peirce já tratara da percepção negando que ela seja uma intuição, e portanto de algum modo ele já tinha provado que a sensação não é intuição. Neste segundo artigo da série Peirce afirma que qualquer percepção se fundamenta na multiplicidade das impressões dos sentidos, e ainda que ele não fale explicitamente de dois tipos básicos de sensações, pode-se deduzir dos seus raciocínios que há sensações simples e sensações complexas, as primeiras unificando numa única percepção a multiplicidade das impressões sensoriais (isto é, as sensações complexas). Esta característica da percepção é um

indício de que a inferência provável hipotética é o tipo de raciocínio subjacente ao funcionamento do processo perceptivo:

A sensation of color depends upon impressions upon the eye following one another in a regular manner, and with a certain rapidity. The sensation of beauty arises upon a manifold of other impressions. And this will be found to hold good in all cases. [...] all these sensations are in themselves simple, or more so than the sensations which give rise to them. Accordingly, a sensation is a simple predicate taken in place of a complex predicate; in other words, it fulfils the function of an hypothesis. (*Ibidem*, p. 42)

Para Peirce, a característica fundamental da sensação é a indeterminação e generalidade, aquilo que corresponderia às sensações complexas. Das impressões e sensações complexas não se pode obter qualquer informação e conhecimento, pois elas são totalmente gerais e em si mesmas não repetíveis, e aquilo que nós chamamos de informação e conhecimento é na verdade uma abstração feita a partir da multiplicidade das impressões dos sentidos, cuja primeira abstração seria precisamente a de unificar numa única sensação a multiplicidade das impressões sensoriais. Daí que Peirce afirme que os sentidos da visão, audição, etc., são mecanismos que fazem abstrações:

Moreover, that perceptions are not absolutely determinate and singular is obvious from the fact that each sense is an abstracting mechanism. Sight by itself informs us only of colors and forms. No one can pretend that the images of sight are determinate in reference to taste. They are, therefore, so far general that they are neither sweet nor non-sweet, bitter nor non-bitter, having savor or insipid. (*Ibidem*, p. 50)

É nas bases indeterministas e gerais da percepção que Peirce discute a questão das imagens, seguindo Locke ainda que de forma mais radical, pois, como mencionado numa das citações anteriores, Peirce prete negar que haja imagens mesmo numa percepção real. A questão da existência das imagens foi um dos tópicos discutidos entre idealistas e empiristas. Peirce cita Berkeley, para quem a imagem de um homem tinha que ser totalmente determinada em todos os seus aspectos: “[...] must be either of a white, or a black, or a tawny; a straight, or a crooked; a tall, or a low, or a middle-sized man” (BERKELEY *apud* PEIRCE, 1991, p. 47). Já para Locke nem a imagem simples de um triângulo pode ser determinada ou “vista” num pensamento em suas características mais precisas e exatas: “No statement of Locke has been so scouted by all friends of images as his denial that the “idea” of a triangle must be either of an obtuse-angled, right-angled, or acute-angled triangle” (PEIRCE, 1991, p. 47).

Um dos argumentos utilizados por Peirce para negar que haja imagens mesmo numa percepção real se refere ao conhecimento não conhecido que existiria na mente interpretante se as imagens fossem totalmente determinadas em todos os seus aspectos. Já mencionamos anteriormente que, para Peirce, uma das principais características da sensação é que ela é

formada por signos naturais que são incapazes de fornecer uma representação absolutamente determinada, pois tais signos se referem à multiplicidade das impressões sensoriais, aquilo que neste trabalho foi identificado com as sensações complexas:

If, then, we have a picture before us when we see, it is one constructed by the mind at the suggestion of previous sensations. Supposing these sensations to be signs, the understanding by reasoning from them could attain all the knowledge of outward things which we derive from sight, while the sensations are quite inadequate to forming an image or representation absolutely determinate. (*Ibidem*, p. 49)

Sendo assim, o conhecimento que obtemos da sensação é na verdade uma abstração ou inferência feita a partir desses signos indeterminados. A hipótese contrária indicaria que nós possuímos imagens cujos menores detalhes, em toda a sua complexidade de tons, cores, relevos, profundidades, extensões, etc., são representados na cognição. Se assim fosse, os detalhes existiriam de forma primária e as generalizações ou abstrações, de forma secundária. Porém, para Peirce os detalhes são justamente aquilo que se esquece em primeiro lugar, enquanto as generalizações permanecem por mais tempo na memória. Além do mais, os detalhes deveriam ser aquilo que mais facilmente se poderia reconhecer numa imagem totalmente determinada; porém a experiência indica que os detalhes são extremamente difíceis de reconhecer, enquanto que as abstrações feitas a partir do que se vê são muito óbvias e claras. Se as imagens de uma sensação real fossem absolutamente determinadas, nós teríamos uma quantidade variada e extensa de conhecimento do qual não se possui qualquer consciência. Isto é uma contradição, diz Peirce:

Now there is no meaning in saying that we have something in our minds which never has the least effect on what we are conscious of knowing. The most that can be said is, that when we see we are put in a condition in which we are able to get a very large and perhaps indefinitely great amount of knowledge of the visible qualities of objects. (*Ibidem*, p. 50)

Este argumento e outros provariam então que uma percepção real é uma inferência e não uma intuição, demonstrando assim que se a percepção é inferencial, então todo e qualquer evento mental é um processo inferencial, já que, afinal de contas, a percepção é aquilo que está mais próximo do objeto conhecido, além do que qualquer representação começa e é derivada da percepção, um dos portais de qualquer conhecimento.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A INFERÊNCIA COMO RESPOSTA À EPISTEMOLOGIA CARTESIANA FUNDAMENTADA NA INTUIÇÃO

Uma vez provada a hipótese de que qualquer evento mental é um processo inferencial, Peirce defende, no terceiro artigo da série cognitiva, a validade do silogismo, o que para ele equivale a defender os fundamentos da validade das leis da lógica de um modo geral, como indica o título do artigo: *Grounds of validity of the laws of logic: further consequences of four*

incapacities. Nesse trabalho, Peirce analisa e refuta algumas objeções contra a validade do silogismo, entre as quais a de que qualquer prova não tem valor pois sua validade descansa em premissas as quais necessitam, por sua vez, serem provadas por outras premissas e assim indefinidamente, ou de que o silogismo é um processo puramente mecânico e, portanto, não pode representar o processo do pensamento; além disto, Peirce pretende apresentar algumas soluções a sofismas que, desde a antiguidade, têm ocupado pensadores e lógicos. Nesta dissertação, não analisaremos os argumentos a favor da validade do silogismo ou das leis da lógica, não somente pela dificuldade do problema, já que ainda hoje em dia os paradoxos dos eleatas, de Zenão e dos sofistas são um desafio para a lógica moderna, mas também pelos limites impostos pela natureza desta pesquisa de mestrado. Aqui apenas se mencionará o fato de que os pressupostos da validade do silogismo demonstram as raízes comunitárias ou sociais da lógica, assunto que está relacionado com a teoria da realidade apresentada no segundo artigo da série cognitiva. Tal teoria pretende demonstrar que o real é o resultado inevitável ao qual a informação e o raciocínio cedo ou tarde atingirão, e que é independente dos interesses pessoais e concretos de qualquer ser humano em particular, pois o real é o resultado obtido a partir da opinião coletiva, o que no mundo humano acabou se especializando na investigação da realidade por diversos cientistas e pesquisadores. Daí que a concepção de realidade envolva essencialmente a noção de uma comunidade (*Ibidem*, p. 52). Este é o motivo pelo qual a validade do silogismo não pode se fundamentar em interesses meramente pessoais e individuais. A lógica que Peirce apresenta é uma lógica que não admite o egoísmo pois subordina o interesse pessoal ao interesse da comunidade, é uma lógica altruísta e comunitária, já que se alguém pretende fazer o contrário e subordina tudo o mais aos interesses meramente pessoais, não será capaz de fazer uma inferência válida, pensará e agirá illogicamente:

[...] logic rigidly requires, before all else, that no determinate fact, nothing which can happen to a man's self, should be of more consequence to him than everything else. He who would not sacrifice his own soul to save the whole world, is illogical in all his inferences, collectively. So the social principle is rooted intrinsically in logic. (*Ibidem*, p. 81)

Para finalizar esta seção, resta-nos mencionar a inovadora visão da natureza do ser humano à luz dos pressupostos epistemológicos examinados nos artigos da série cognitiva. Como mencionado inúmeras vezes, nesses trabalhos se negaram certas faculdades proclamadas pelo ser humano, entre as quais a de poder pensar sem signos. Não somente isto é impossível, porém em última instância pensamento e signo só existem de forma relativa: se o pensamento só pode ser em signos, por outro lado, o signo só existe na mente que interpreta tal signo no seu pensamento, pois, como diz Peirce, “Thoughts have no existence except in

the mind [...]” (*Ibidem*, p. 40). Se o pensamento é em signos, então a visão da natureza da mente adquire as características de um processo inferencial em que um pensamento é interpretado em outro pensamento subsequente, o qual denota o mesmo objeto que o pensamento que o precede, sempre a partir de uma qualidade que une o pensamento-signo àquilo que denota (*Ibidem*, p. 39-40). Estes são os três elementos do pensamento (a função representativa, a aplicação denotativa pura e a qualidade material) que se fundamentam nas três referências do signo (o pensamento, o objeto e a qualidade). É assim que Peirce pode resolver a questão da realidade da mente: a mente é um signo desenvolvendo-se de acordo com as leis da inferência (*Ibidem*, p. 53). Além do mais, Peirce afirma que o ser humano é o pensamento, pois a vida para o ser humano consiste no fluxo contínuo do pensamento. Postas estas duas premissas, Peirce infere uma conclusão ousada:

O ser humano é o pensamento;

Cada pensamento é um signo:

. . . O ser humano é um signo.

Eis a citação do próprio Peirce de onde este silogismo foi extraído, na qual se anuncia uma nova compreensão da natureza do ser humano, uma nova ontologia fundamentada nas características do signo e da linguagem:

For, as the fact that every thought is a sign, taken in conjunction with the fact that life is a train of thought, proves that man is a sign; so, that every thought is an *external* sign, proves that man is an external sign. That is to say, the man and the external sign are identical, in the same sense in which the words *homo* and *man* are identical. Thus my language is the sum total of myself¹⁵; for the man is the thought. (PEIRCE, 1991, p. 54)

¹⁵ Esta redução da multiplicidade ontológica do ser humano à linguagem tem um notável paralelo em Wittgenstein, quem disse algo similar na sua obra *Tractatus Logico-Philosophicus*, onde considera que a lógica não diz o como nem o por quê das coisas, mas mostra que algo *é*. Daí que se possa trocar a palavra “mundo” por “ser” no seu famoso aforismo, disso resultando uma igualdade de significado entre a frase de Peirce e a dele: “Os limites da minha linguagem significa os limites do meu mundo” (WITTGENSTEIN, 2002, p.?). De fato, um dos melhores amigos do filósofo austríaco fez a sugestão de que talvez Peirce seja uma das influências insuspeitadas de Wittgenstein, quem teria lido algumas cartas de Peirce endereçadas a Lady Welby e que foram publicadas no livro *The Meaning of Meaning*: “Wittgenstein’s good friend F. P. Ramsey was much impressed with these letters and, in his review of the *Tractatus*, remarked that Wittgenstein would have profited from Peirce’s type-token distinction” (HOUSER, 1992, p. xxii).

4 OS SIGNOS DA VIDA COTIDIANA: SIGNOS DEGENERADOS

Assim como Aristóteles aponta para o chão enquanto Platão aponta para o céu no famoso mural de Rafael, a “Escola de Atenas”, é hora de descer das alturas da abstração onde o signo genuíno se situa para vê-lo em ação no mundo prosaico do dia a dia. A sugestão dos orientadores desta dissertação e o próprio rumo da investigação pediram este passo, em primeiro lugar para observar os mecanismos de ação do interpretante e da inferência em situações reais, em segundo lugar, para ter a oportunidade de analisar casos onde se possam expor algumas questões que ficaram pendentes, e outras que surgiram no decorrer da análise dos resultados parciais. Entre as questões pendentes se situa o estudo da relação entre interpretante e inferência e o problema do significado dos signos, este último ponto relacionado com o pragmatismo de Peirce. Entre as questões que surgiram no decorrer da pesquisa se encontra o problema do intérprete e a função que cumpre no processo de representação triádica, já que o intérprete não se confunde com o interpretante e a interpretação, como tantas vezes se repetiu ao longo deste trabalho.

A análise da ação do signo em situações reais se fundamentará nos resultados obtidos na primeira etapa da pesquisa, os quais podem ser divididos em três grupos, que têm como eixos temáticos os conceitos de representação, signo e interpretante. Os fundamentos sobre o signo se referem a tudo aquilo que está implícito na natureza tripartite do signo. O representamem, primeiro elemento do signo, implica conceitos tais como a relação de determinação, a função mediadora do signo, o fundamento ou potencialidade sgnica daquilo que age como signo, incompletude do signo em relação ao objeto que representa, autogeração e crescimento do signo através de interpretantes, etc. O objeto, segundo correlato do signo, implica fundamentos importantes como a teoria da percepção de Peirce, experiência colateral, e contexto do signo. O interpretante, terceiro elemento do signo, implica todo o anterior, além de estabelecer teorias como a finalidade ou teleologia da semiose, hábito e mudança de hábito, autocorreção do processo de representação, tipos de efeitos significados do signo, entre outros.

Em primeiro lugar, a representação, considerada como a forma ordenada de um processo lógico que se estabelece entre os três elementos do signo, envolve três processos simultâneos que giram em torno de cada um dos elementos do signo (o processo de significação ou representação, o processo de objetivação e o processo de interpretação); em segundo lugar, a relação de representação se desenvolve no interior de três ordens ou

dimensões, as quais estão relacionadas à teoria dos três universos estabelecidos por Peirce: a ordem emocional, pertencente ao universo dos Possíveis, a ordem temporal, pertencente ao universo dos Existentes, e a ordem lógica, pertencente ao universo dos Necessitantes; em terceiro e último lugar, os resultados parciais indicam que a representação é um mediador pelo qual a realidade se manifesta à mente interpretante, causando nele três tipos gerais de reações-interpretantes: sentimentos ou impressões, reações energéticas e pensamentos, que sempre se apresentam misturados à mente interpretante.

Entre os resultados obtidos no que se refere à pesquisa do interpretante, talvez o mais importante seja aquele que indica a sua natureza: o interpretante é um signo, o que implica que interpretar significa trocar um signo por outro que explique e desenvolva o primeiro, isto é, interpretar é traduzir um signo em outro. Só pela natureza sígnica do interpretante tal tradução é possível, com a ressalva de que a tradução pode ser interlinguística:

Mas, naturalmente, esse processo de *tradução* nem sempre envolverá palavras. Quando, por exemplo, observamos uma pintura e reconhecemos nela a representação de um vaso com girassóis; e ainda quando a visão desses objetos nos transmite sensações como angústia ou tristeza, estamos realizando operações semelhantes de *tradução*. (FERRAZ JR., 2012, p. 12)

Santaella vai mais longe ainda e afirma que “Não há conhecimento sem interpretação, visto que todo conhecimento é condicionado pelos fatores anteriores a ele no processo de cognição e só se revela no momento em que é interpretado num conhecimento subsequente” (2004, p. 57). Interpretação como conhecimento e tradução. Além do mais, é a natureza sígnica do interpretante que fundamenta o processo representativo, a autogeração e crescimento do signo, além de fundamentar a possibilidade teórica de que este desenvolvimento seja infinito. Outros resultados indicam os fundamentos do interpretante: as bases lógicas do interpretante residem no conceito de causação lógica; o interpretante é o resultado objetivo da causação lógica, portanto, não se confunde com o intérprete particular e concreto; o interpretante é o elemento da representação que possibilita a autogeração, crescimento e autocorreção da ação do signo; os processos de significação e objetivação são níveis pré-lógicos que possibilitam que a interpretação se desenvolva na ordem lógica; o objeto dinâmico e o objeto imediato são condições pressupostas para a interpretação de qualquer signo; a mente interpretante interpreta três tipos gerais de signos-interpretantes: sentimentos, reações energéticas e pensamentos, os quais sempre se apresentam misturados à mente interpretante.

No que diz respeito à questão da inferência, os resultados parciais indicam que a negação da intuição cartesiana teve como principal consequência epistemológica que qualquer evento mental e, portanto, qualquer processo cognitivo, seja considerado como um processo

inferencial. E como Peirce nega também que se possa pensar sem signos, ele chega à seguinte conclusão sobre a realidade da mente: “[...] the mind is a sign developing according to the laws of inference” (PEIRCE, 1991, p. 53). Afirmações como essas são indícios da característica mentalista da filosofia e pensamento de Peirce naquela época, porém, por outro lado, tal sobrecarga temática no aspecto mental do processo cognitivo indica também a estreita relação entre signo, pensamento e mente: o signo só pode existir no pensamento ou é o pensamento, enquanto que o pensamento, por sua vez, não tem outra existência senão a de ser um signo numa mente que o pensa. Além destas considerações, tal citação descobre um aspecto importante sobre a representação ou semiose: o signo se desenvolve de acordo com as leis da inferência, ou mais exatamente, o signo é o resultado da inferência, como se pode deduzir da seguinte citação: “We have seen that the content of consciousness, the entire phenomenal manifestation of mind, is a sign resulting from inference” (*Ibidem, loc. cit.*). Peirce, em momento algum, diz explicitamente quais seriam essas leis da inferência, porém, como considera que o signo se origina e desenvolve segundo as mesmas, talvez seja lícito procurar tais leis na parte dos artigos cognitivos onde trata da sua teoria sêmica tal como a concebia na época. De fato, as leis da inferência estão relacionadas com a questão da função representativa do signo, isto é, as referências do signo, os três correlatos mente-objeto-qualidade. No segundo artigo da série cognitiva, Peirce se refere a três características imprescindíveis do pensamento enquanto signo, que atuariam como leis, as quais podem ser expressas em três axiomas: “There is no exception [...] to the law that every thought-sign is translated or interpreted in a subsequent one [...]”; “[...] in every case the subsequent thought denotes what was thought in the previous thought”; “The thought-sign stands for its object in the respect which is thought [...]” (*Ibidem, p. 39*). Eliminando a parte mentalista dessas citações, pode-se afirmar que a ação do signo segue três leis fundamentadas na inferência, dados que representariam os resultados parciais mais importantes desta pesquisa sobre a teoria da inferência de Peirce:

- 1º Cada signo é traduzido ou interpretado noutro signo subsequente.
- 2º O signo subsequente denota o mesmo objeto que o signo anterior denota.
- 3º Cada signo representa ou está unido ao seu objeto mediante uma qualidade¹⁶.

¹⁶ Esta lei está relacionada com a qualidade como o elo de união entre signo e objeto, isto é, a maneira como associamos o signo ao objeto. Peirce segue a tradição e lembra que qualquer tipo de associação de imagens, julgamentos ou ideias procede de acordo com três princípios: semelhança, contiguidade ou causalidade. Sendo assim, há três tipos de qualidades que unem o signo ao seu objeto, qualidades absolutas (semelhança), qualidades relativas (contiguidade) e qualidades convencionalmente imputadas (causalidade): “All association is by signs. Everything has its subjective or emotional qualities, which are attributed either absolutely or relatively, or by conventional imputation to anything which is a sign of it” (PEIRCE, 1991, p. 50-51).

O silogismo ou inferência válida é um processo cognitivo que surge dos fatos externos, isto é, o conhecimento obtido mediante o silogismo provém do exterior e, portanto, segue de perto os fatos externos. O silogismo se desenvolve mediante argumentos que são compostos por duas premissas e uma conclusão. A principal característica do silogismo está relacionada ao conceito de verdade: o silogismo se caracteriza por estabelecer uma relação de verdade entre o fato inferido na conclusão e os fatos colocados nas premissas, isto é, a conclusão é sempre ou geralmente verdadeira unicamente quando as premissas são verdadeiras. É esta relação de verdade entre conclusão e premissas que permite a substituição do sujeito ou predicado das últimas, substituição cujo resultado seria a conclusão. Esta operação de substituição de sujeitos e/ou predicados das premissas estaria no centro do funcionamento do silogismo ou inferência válida, mostrando assim as raízes da lógica tradicional no pensamento de Peirce:

The conclusion may be regarded as a proposition substituted in place of either premise, the substitution being justified by the fact stated in the other premise. The conclusion is accordingly derived from either premise by substituting either a new subject for the subject of the premise, or a new predicate for the predicate of the premise, or by both substitutions. (*Ibidem*, p. 36)

No silogismo clássico de Sócrates, a conclusão “Sócrates é mortal” é uma substituição de predicados verdadeira unicamente porque as premissas também são verdadeiras.

Porém, se além dessa condição de relação de verdade entre conclusão e premissas surge alguma outra que diga respeito à não-existência de outro conhecimento, obtém-se a primeira classificação da inferência válida, a distinção entre inferências apodíticas e prováveis. A inferência apodítica ou dedutiva segue a regra de verdade exposta linhas acima, enquanto que na inferência provável a verdade da conclusão depende não somente da verdade das premissas, mas também da não-existência de outro conhecimento: a verdade da inferência de que aquela fumaça lá ao longe provavelmente foi causada pelo fogo depende de que não existam outros conhecimentos como o de que naquela região há um vulcão que está em atividade. Esta característica adicional do silogismo provável permite uma subdivisão ulterior: quando se assume que possivelmente se conhecem todos os sujeitos de um conjunto, fez-se uma inferência provável indutiva (quando sabemos que todas as pessoas morrem, chegamos à inferência “Todos os seres humanos são mortais”); quando se assume que provavelmente se conhecem todos os predicados que permitem distinguir uma classe de objetos se realizou uma inferência provável hipotética (quando observamos semelhanças significativas entre seres humanos e outros primatas, chegamos à inferência “Os seres humanos e o macaco descendem

do mesmo ancestral”). Sendo assim, a função tanto do silogismo indutivo como do hipotético é reduzir a multiplicidade à unidade.

Estes são os pressupostos teóricos da semiose, do interpretante e da inferência que fundamentarão a análise dos exemplos, cujos resultados serão descritos na seguinte seção.

4.1 ANÁLISE DA SEMIOSE EM SITUAÇÕES CONCRETAS

O seguinte exemplo se encontra nos *Collected Papers*, precedido por um parágrafo onde Peirce afirma que o signo só pode representar o seu objeto, porém é incapaz de possibilitar o reconhecimento ou a familiaridade desse mesmo objeto:

Two men are standing on the seashore looking out to sea. One of them says to the other, "That vessel there carries no freight at all, but only passengers." Now, if the other, himself, sees no vessel, the first information he derives from the remark has for its Object the part of the sea that he does see, and informs him that a person with sharper eyes than his, or more trained in looking for such things, can see a vessel there; and then, that vessel having been thus introduced to his acquaintance, he is prepared to receive the information about it that it carries passengers exclusively. But the sentence as a whole has, for the person supposed, no other Object than that with which it finds him already acquainted. (PEIRCE, CP 2.232)

Peirce utiliza este exemplo para demonstrar a importância de um aspecto específico do objeto, o conceito de experiência colateral: o signo pressupõe o conhecimento prévio ou a familiaridade do objeto que representa para que possa proporcionar alguma informação adicional a respeito desse mesmo objeto. Além do mais, o conceito de experiência colateral está diretamente ligado ao conceito de contexto ou universo do signo¹⁷, e a situação descrita por Peirce serve para mostrar que não existe objeto, signo ou semiose, que não estejam inseridos num contexto, seja este abstrato e inteligível como é o contexto do Universo dos Necessitantes, concreto como o Universo das Ocorrências, ou emocional como é o contexto do Universo dos Possíveis. No exemplo em pauta a presença do contexto se manifesta pela degeneração da representação, isto é, pela degeneração dos símbolos em índices, deslocando a semiose do Universo dos Necessitantes ao Universo das Ocorrências. O signo do exemplo é a afirmação de que “a embarcação não carrega frete e sim somente passageiros”. No que diz respeito ao representamen, pode-se observar que é um signo composto por símbolos (ou mais exatamente por legisignos), como não podia deixar de ser, porém alguns símbolos se comportam como índices (ou sinsignos), o que os transforma em símbolos degenerados. Isto é evidente pela presença do pronome demonstrativo “aquele” (*that*) e pelo advérbio de lugar “lá” (*there*), ambos relacionados ao símbolo navio e a outro símbolo implícito e tácito, o mar, transformando tais signos em índices por estarem conectados de fato com seus objetos: o

¹⁷ Lembremos que o contexto do signo é constituído pela experiência colateral adquirida por outros signos.

emissor da mensagem não se refere a qualquer navio em geral, e sim especificamente àquele navio que ele vê lá no mar. Além do mais, pode-se observar que os índices sugerem ou fazem referência ao contexto do signo, neste caso, o mar e o que nele há ou pode ver-se, permitindo assim a conexão do signo com o seu objeto, isto é, a conexão do símbolo degenerado “navio” com o navio que de fato navega no mar. Isto está relacionado com uma das funções do contexto do signo, pois ele seria o *medium* através do qual o objeto pode ser identificado; é por este motivo que o receptor da mensagem, que não consegue ver o navio, infere primeiramente uma informação que tem como objeto não o navio em questão, e sim o pedaço de mar que ele vê, sendo a informação a existência de um navio nesse pedaço de mar que ele é incapaz de enxergar.

Uma vez identificado o objeto correto da afirmação, ele passa a fazer parte do passado, transformando-se na informação prévia e exterior ao signo, aquela familiaridade necessária para reconhecer o objeto correto do signo, denominada de experiência colateral. Ainda que o intérprete continue sem ver a embarcação, por saber da sua existência, ele já está pronto para interpretar o significado correto da afirmação, que consiste em que tal embarcação não carrega frete, somente passageiros. Tal significado seria a informação adicional, a possibilidade que está no interior do próprio signo. Tudo isto parece confirmar a necessidade dos objetos dinâmico e imediato como condições pressupostas para a interpretação de qualquer signo.

Porém, a situação descrita por Peirce também serve para observar em ação os mecanismos que a semiose dispõe para representar o seu objeto. Peirce diz que a primeira informação que o receptor extrai da mensagem “o navio não carrega frete mas somente passageiros”, é que uma pessoa com olhos mais treinados ou mais agudos vê um navio lá no mar. Creio ser necessário retificar e complementar essa afirmação com uma observação que já foi mencionada linhas atrás: a primeira informação que o intérprete extrai da mensagem é que lá no mar há um navio que ele não consegue enxergar. A informação de que o seu companheiro tem olhos mais agudos ou mais treinados para enxergar ao longe são na verdade explicações para o fato surpreendente da incapacidade de ver o navio, isto é, são inferências prováveis hipotéticas que surgiram diante de um fato surpreendente. Que essas informações sejam hipóteses fica demonstrado pela possibilidade da troca de predicados das proposições “o meu companheiro tem olhos mais agudos” e “o meu companheiro tem olhos mais treinados”. Estas hipóteses são válidas em parte pela não existência de outros conhecimentos, como o de que a pessoa emissora da mensagem está utilizando binóculos. Porém, a validade

de qualquer inferência depende em parte da validade das suas premissas, que no caso em questão podem ser formalizadas nos seguintes silogismos prováveis:

Pessoas com olhos agudos são capazes de enxergar navios ao longe;

Meu companheiro consegue enxergar um navio ao longe:

. . . Meu companheiro tem olhos agudos.

Pessoas com olhos treinados conseguem ver navios ao longe;

Meu companheiro consegue ver um navio ao longe:

. . . Meu companheiro tem olhos treinados.

É interessante observar como a semiose encontra os seus caminhos para cumprir a sua função representativa, pois ainda que o signo navio careça de objeto num primeiro instante, o processo da representação não se paralisa. Num tempo infinitamente curto, o receptor inferiu uma informação que não está contida em absoluto na mensagem, que é a incapacidade de ver o navio, e partindo desse ponto, fez a inferência de algumas informações prováveis ou hipóteses para explicar esse fato surpreendente, duas das quais são as mencionadas no exemplo, sem esquecer que muitas outras explicações são possíveis, entre absurdas, lógicas, imaginárias, etc. Isso indica que o receptor da mensagem foi capaz de interpretar a informação que o emissor quis de fato transmitir (que o navio não carrega frete mas somente passageiros) a partir de uma informação não contida na mensagem, mas que foi inferida a partir dela no momento em que nessa mesma mensagem aparecia um signo sem objeto. A ausência do objeto não somente foi incapaz de paralisar a ação da semiose, porém foi a principal causa para que fossem ativados os mecanismos necessários para corrigir essa anomalia, mecanismos que estão fundamentados na inferência e que suscitaram o aumento da quantidade da informação de forma não intencional.

O segundo exemplo é semelhante ao anterior em vários aspectos, e já foi mencionado na seção que trata do objeto do signo. Neste exemplo, o conceito de experiência colateral é utilizado para defender o fato de que tanto o signo como o interpretante são determinados pelo objeto, fenômeno que acontece na ordem temporal do Universo das Ocorrências. Peirce indaga quais seriam os objetos de frases tais como “Napoleão era letárgico”, “Hamlet era louco” ou o comando “Armas chão!” de um capitão do exército, ou colocando a questão em outros termos, de que forma os objetos dessas frases determinam os seus respectivos signos? Quando se analisa a questão da determinação é importante mencionar que os resultados

parciais indicam que o objeto determina o signo de duas formas, uma determinação interior ao signo e dependente dele, e outra exterior e independente a ele. Uma das funções da experiência colateral é a de estabelecer um hábito de conexão ou relação entre signo e objeto; assim, o signo Napoleão é determinado pelo seu objeto através da experiência colateral que estabeleceu um hábito de conexão entre eles. Esta determinação é anterior e exterior ao signo, motivo pelo qual se diferencia da determinação que acontece no interior do signo. Tudo isto se torna evidente quando se faz a seguinte suposição: o que aconteceria se o receptor da mensagem “Napoleão era letárgico” não soubesse quem foi Napoleão? Peirce diz sucintamente: “If he never heard of Napoleon before, the sentence will mean no more to him than that some person or thing to which the name ‘Napoleon’ has been attached was a lethargic creature” (*Ibidem*, CP 8.178). Tal interpretação seria proporcionada pela determinação interior ao signo, em que o objeto determina imediatamente o signo e mediamente o interpretante, porém ela estaria fundamentada num erro, pois o objeto da frase em questão não é qualquer pessoa ou coisa chamada Napoleão, e sim o militar francês que viveu no século XIX, etc. Para que o objeto correto seja atribuído ao signo Napoleão é necessária a determinação anterior e exterior ao signo proporcionada pela experiência colateral, aquele hábito de conexão entre signo e objeto. Isto indicaria que o signo só consegue representar corretamente o seu objeto quando a semiose se fundamenta em dois tipos de determinação que partem do objeto, uma determinação exterior e independente que consiste num hábito de conexão entre signo e objeto estabelecido anteriormente pela experiência colateral, e uma determinação interior ao signo, em que algum objeto (o objeto geral e indeterminado proporcionado pela representação sobre o qual os objetos concretos e reais se corporificam) determina imediatamente o signo e mediamente o interpretante:

For Napoleon cannot determine his mind unless the word in the sentence calls his attention to the right man and that can only be if, independently, [a] habit has been established in him by which that word calls up a variety of attributes of Napoleon the man. Much the same thing is true in regard to any sign. (*Ibidem*, *loc. cit.*)

Essas considerações têm que ser levadas em conta quando se analisa a questão da determinação do signo pelo objeto, em especial diante de casos em que todas as aparências indicam que o objeto foi criado pelo signo. No exemplo em questão, poderia supor-se que Shakespeare, ao criar a personagem Hamlet, criou primeiro o signo que depois trouxe à existência o seu respectivo objeto, tudo aquilo que Hamlet significa ou representa na condição de ser humano. Porém, já se viu que na ordem temporal o objeto é causa e origem do signo, e assim ele age de forma lógica determinando imediatamente um signo e mediamente um interpretante. Para explicar esta aparente contradição, o conceito de determinação pela

experiência colateral tem que estar inevitavelmente associado ao conceito de contexto ou universo do signo. Objeto e contexto estão de tal modo relacionados entre si que Peirce identifica sem mais objeto e universo, como se pode ver pelas explicações que ele desenvolve ao tratar dos exemplos em questão:

The Object of a Sign may be something to be created by the sign. For the Object of "Napoleon" is the Universe of Existence so far as it is determined by the fact of Napoleon being a Member of it. The Object of the sentence "Hamlet was insane" is the Universe of Shakespeare's Creation so far as it is determined by Hamlet being a part of it. The Object of the Command "Ground arms!" is the immediately subsequent action of the soldiers so far as it is affected by the molition expressed in the command. (*Ibidem, loc. cit.*)

Que o objeto seja criado pelo signo e ao mesmo tempo seja capaz de determinar esse mesmo signo, é um fenômeno que só é contraditório na aparência, como se pode observar ao analisar o exemplo de Hamlet. Fazendo algumas divagações sobre o ato da criação estética, pode ser correto supor que Shakespeare, ao criar a personagem Hamlet, não criou primeiro o signo e depois o objeto, mas o objeto do signo Hamlet já preexistia no universo dos impulsos criativos do dramaturgo numa infinidade de formas que só podem ser adivinhadas pela imaginação; por exemplo, o objeto que determinou o signo Hamlet poderia ser uma pessoa com determinada característica que chamou a atenção de Shakespeare, ou o objeto desse signo seria a junção de várias características de diversas pessoas do seu conhecimento, ou esse signo seria determinado por uma ideia ou sentimento que o autor quis exprimir pela via estética, tudo isto feito de forma consciente ou inconsciente. Porém, os estudiosos de Shakespeare facilitam a questão ao informar que a peça “Hamlet” e o seu respectivo personagem homônimo estão baseados numa antiga crônica dinamarquesa que relata os feitos de um rei dos tempos antigos que Shakespeare teria lido. Tudo isto é mais evidente em casos como o signo constituído pela personagem de Charles Chaplin no filme “O grande ditador”, que foi determinado (no vocabulário estético a palavra usual não seria “determinado” mas “inspirado”) pelo objeto Hitler, ou a personagem Jack Sparrow do filme “Piratas do Caribe”, cujos trejeitos de bêbado e forma de vestir desleixado foram determinados pelo guitarrista Keith Richards dos Rolling Stones, como o mesmo Johnny Deep teve o cuidado de esclarecer ao explicar como criou e interpretou tal personagem que fazia tanto sucesso. Esta forma de criação ou determinação de signos estéticos é muito comum na arte, e numerosos exemplos poderiam ser citados. De qualquer modo, uma coisa é clara, seja qual for o modo como o signo Hamlet foi determinado, o seu objeto já preexiste no universo criativo de Shakespeare, e quando alguém interpreta uma frase como “Hamlet era louco”, faz uma operação simultânea em que o objeto é criado pelo signo (o signo Hamlet traz à mente tudo aquilo que tal personagem representa ou poderia representar) e o signo é determinado pelo objeto (o objeto

do signo Hamlet já preexiste no universo da criação artística de Shakespeare determinando assim qualquer signo que se refira a ele).

Fica assim demonstrada a possibilidade do objeto ser criado pelo signo sem entrar em contradição com a noção de determinação, onde o elemento temporal não pode ser transgredido: o objeto sempre determina anteriormente o signo e o interpretante. Tudo o anterior demonstra que não existe exceção à regra de que em qualquer representação o objeto determina o signo e o interpretante, permitindo assim fazer uma importante conclusão no que se refere à semiose, ao conceito de determinação e ao status ontológico do objeto do signo: todos os objetos de quaisquer signos têm uma existência prévia nos seus respectivos universos.

Outros exemplos que se relacionam com a questão da determinação é o dos signos mentirosos e os signos errôneos, inevitáveis e numerosos no dia a dia. Como esses signos são determinados pelos seus objetos? Um primeiro passo poderia ser o de distinguir e definir quais as diferenças e características desses signos. Assim, nos signos mentirosos se verifica determinada intenção por parte do emissor, enquanto que nos signos errôneos existe uma interpretação equivocada por parte do receptor. Que os signos mentirosos são determinados por uma intenção propositada por parte do emissor, é algo bem sabido, já que a mentira é uma prática comum do nosso dia a dia, mentimos por uma infinidade de motivos. Quando Pedro é reconhecido como um dos discípulos no dia da crucificação, ele nega Jesús três vezes dizendo “Eu não conheço Jesus”, justamente para esconder o fato contrário. Dessa forma, o objeto seria o fato de conhecer Jesus, e o signo mentiroso “Eu não conheço Jesus” foi determinado por esse objeto unicamente para encobrir tal fato. No mundo animal vemos que uma mariposa tem a forma e a cor de uma folha seca, e por ter essa forma e cor ela evita ser caçada e comida, pois de fato é assim que os outros animais (e nós seres humanos também) interpretam tais características. Será permitido supor que tal mariposa sabe o que é uma folha seca, e que, além disso, sabe por experiência própria que folhas secas não são apetitosas e portanto não são caçadas por outros animais, e que por tais motivos houve a criação e manutenção dessas semelhanças com a folha seca como uma estratégia para preservar a própria vida e a da espécie como um todo? Isso poderia ser verdadeiro já que se observa um fato inegável: tal inseto não somente aparenta ser uma folha seca, mas também age como uma folha seca. Se assim fosse, verificar-se-ia então que há uma intenção específica por trás desse signo mentiroso, esconder o fato de ser um animal apetitoso para outros bichos, uma estratégia intencional que se operou durante a evolução da espécie unicamente com o objetivo de

preservar a vida dos seus indivíduos. Essa situação pode ser formalizada nos seguintes silogismos hipotéticos:

Coisas não apetitosas não são caçadas;

Folhas secas não são apetitosas:

. . . Folhas secas não serão caçadas.

Somente coisas apetitosas são caçadas;

Folhas secas não são apetitosas:

. . . Folhas secas não serão caçadas.

É lícito atribuir tais raciocínios a essa mariposa? É óbvio que não, mas pode-se parafrasear Peirce e dizer que um processo semelhante a esses silogismos aconteceu no interior da vida evolutiva da espécie. Dessa forma, o objeto seria a folha seca verdadeira, e o signo mentiroso “folha seca” constituído pela morfologia e cor do corpo do animal foi determinado por esse objeto unicamente para esconder o fato de ser um animal apetitoso e manter assim a vida. Já o louva-deus faz exatamente o contrário, pois a morfologia e cor do seu corpo é um signo mentiroso que tem como objeto determinante uma folha verde, de modo a atrair outros seres vivos que serão caçados ou então permitir que pressas incautas se aproximem dele para ter um fim semelhante, além do que tal estratégia lhe permite passar despercebido a animais que poderiam ser seus predadores, tudo isto para manter-se com vida. Nestes exemplos e em muitos outros que poderiam ser citados se verifica uma interessante interconexão entre inferência e processos biológico-evolutivos, uma verdadeira teleologia ou intencionalidade da semiose agindo no mundo natural, cerne e fundamento da teoria evolutiva de cunho darwinista que Peirce construiu ao longo dos anos. O mundo da política é o reino dos signos mentirosos ou enganadores. Assim, políticos que são conhecidos ladrões dizem “Eu não roubei”, unicamente para tentar encobrir o fato contrário, como se se pudesse tapar o sol com um dedo. Dessa forma o objeto seria a desonestidade do pseudopolítico que determinou o signo mentiroso “Eu sou honesto”. As notas de dinheiro falsificadas profissionalmente são signos mentirosos por excelência, já que cada detalhe como a cor da tinta, a textura e grossura do papel, o selo de água, a forma e tamanho das letras e números, enfim, elas mesmas na sua totalidade como signos foram determinadas pelo seu objeto que neste caso é a nota verdadeira, tudo isto com a intenção de imitar os seus menores detalhes e passar por verdadeiras.

Já os signos errôneos não são determinados para esconder algum fato ou circunstância, mas são interpretados de forma errada pelo receptor. Assim, o ser humano vê o sol nascer no oriente e esconder-se no ocidente, e partindo desse fato ele diz “O sol gira ao redor da terra”. Esta inferência é falsa não porque houve uma intenção determinada por parte do emissor do signo (se é que existe emissor nesta situação) para enganar o receptor, e sim porque este foi enganado por uma deficiência que reside nele mesmo, pois os sentidos e a percepção muitas vezes podem ser enganosos. Porém, a realidade apresenta fatos que aparentemente são anômalos, mas que poderiam ser explicados se se trocasse o sistema geocêntrico pelo heliocêntrico. Desta forma, Aristarco de Samos, no século II a. C., observando o movimento aparentemente anômalo de algumas estrelas e planetas, concluiu que tais imperfeições poderiam ser solucionadas se a terra estivesse a girar ao redor do sol e não o contrário, e assim fez uma inferência indutiva que anunciou o sistema heliocêntrico e que se repetiria séculos depois em Copérnico, e que só não triunfou na sua época pelo enorme prestígio e autoridade de Aristóteles, o qual, por sua vez, seguia descobertas feitas por Eudoxo de Cnido que fundamentaram o sistema geocêntrico¹⁸. Esta situação supõe que o objeto do signo é o movimento aparente do sol que determina um signo falso, que seria a inferência “O sol gira ao redor da terra”. Este é outro caso típico em que se pode observar como as inferências prováveis são utilizadas para explicar fatos surpreendentes que surgem no dia-a-dia, demonstrando assim que a semiose possui mecanismos de autocorreção de signos falsos que funcionariam através do interpretante lógico último, aquela mudança de hábito que neste caso consistiria numa mudança do hábito interpretativo “O sol gira ao redor da terra” em “A terra gira ao redor do sol”. Além do mais, a inferência realizada por Aristarco demonstra a importância tanto da percepção como do raciocínio intelectual, ambos representados na inferência indutiva, aquela interconexão necessária entre percepção e entendimento para o surgimento do conhecimento que Kant expressava com a máxima “Pensamentos sem conteúdos são vazios, intuições sem conceitos são cegas” (KANT, 1980, p. 57), e que Peirce metaforizou na imagem dos dois portões de entrada e saída de qualquer conhecimento, a percepção e a ação propositada, metáfora que representa os pilares da sua epistemologia. Outro lugar onde os signos errôneos são abundantes é o mundo dos lunáticos, cujo caso paradigmático pode ser representado por Don Quixote, o famoso personagem de Cervantes. Assim, Don Quixote vê moinhos de vento e diz “Lá estão os gigantes” e arremete contra eles. Aqui não há intenção por parte do emissor do signo (os construtores do moinho ou a pessoa

¹⁸ Eis um fato da história da ciência que todos aceitam, e que se exprime na seguinte citação, onde a palavra “concepção” no final da frase poderia ser trocada pela palavra “inferência” para uma maior exatidão de expressão: “[...] não se pode esquecer que precisamente a autoridade de Aristóteles reforçou o sistema geocêntrico com as suas esferas de planetas, de tal maneira que os progressos de Aristarco de Samos para a verdadeira concepção ficaram sem efeito” (LESKI, 1995, p. 591).

que mandou construí-lo) para enganar alguém, mas trata-se apenas de uma deficiência por parte do receptor para interpretar corretamente aquilo que vê, neste caso a doença mental de Don Quixote, por cuja causa transforma moinhos em gigantes. Qual foi o objeto que determinou o signo errôneo “Os gigantes”? Pode-se dizer que o objeto desse signo errôneo se encontra no universo desvairado em que Don Quixote vive, o mundo das cavalarias e dos feitos prodigiosos onde gigantes, dragões e princesas raptadas são o pão diário dos heróis que ele acredita encarnar. Desse modo, o signo errôneo foi determinado pelas características comuns entre o moinho e o gigante, como ser as dimensões e o movimento das pás do moinho que se parecem com o tamanho e os movimentos agressivos dos braços dos gigantes, o que na terminologia de Peirce se conhece como signo icônico. Neste tipo de casos pode-se observar que há uma ruptura entre realidade, percepção e entendimento que impede a autocorreção do signo errôneo, pois mesmo quando Don Quixote reconhece os moinhos de vento, ele diz que um mago inimigo transformou os gigantes em tais moinhos para privá-lo de um grande feito que lhe daria glória e renome duradouros. Esta ruptura está relacionada com a infração à uma das leis da inferência válida, já que, se por um lado a validade de um silogismo depende da validade das suas premissas, a validade das premissas depende dos fatos externos, isto é, da realidade, a qual, por sua vez, depende da opinião de uma comunidade. Este é o princípio social intrinsecamente enraizado na lógica, e assim enquanto Don Quixote está só na opinião de que tais objetos são gigantes, todas as pessoas ao seu redor afirmam que tais objetos são na verdade moinhos de vento. Em outro contexto, a chegada dos conquistadores espanhóis foi ocasião da determinação de um signo errôneo, pois povos como os astecas ou incas, vendo aqueles seres de pele branca que vieram do mar, barbudos, de enorme estatura e com quatro patas (o cavalo), possuidores do raio (o arcabuz) e com o corpo invulnerável (pois que estava protegido pela armadura), chegaram à inferência “Esses seres são deuses”. É claro que os espanhóis estavam longe de querer aparentar que eram deuses e, portanto, não houve uma intenção deliberada de enganar (pelo menos se pode supor que não num princípio), sendo assim, nesse caso não se tratou de um signo mentiroso; então, qual o objeto que determinou esse signo errôneo? Uma possível resposta seria que o objeto desse signo errôneo se encontra no universo mítico-religioso desses povos, onde seres com características extraordinárias são deuses, númenes, criaturas e espíritos poderosos. Os povos indígenas como os astecas e os incas não conheciam o cavalo, o ser humano de pele branca ou a arma de fogo, e esses fatos surpreendentes foram assimilados com as características extraordinárias dos seres do seu universo mítico-religioso determinando o signo errôneo “Esse seres são deuses”. Porém, aqui também a realidade apresenta fatos anômalos que exigem o funcionamento dos mecanismos de autocorreção da semiose centrados no interpretante lógico último, e assim, por exemplo, o

fato de perceber que esses seres são mortais entrou em contradição com um dos atributos universais dos deuses, que é a imortalidade, dando lugar a uma inferência hipotética que corrigiu o hábito interpretativo “Eles são deuses” em “Eles são mortais; . . . Eles não são deuses”.

Todos os exemplos aqui analisados permitem observar como acontece a determinação de signos mentirosos e de signos falsos pelos seus objetos, e como a realidade e os mecanismos de autocorreção da semiose estão entrelaçados de forma a superar os obstáculos que aparecem nos processos representativos, um movimento que não é cego nem impulsivo, mas que é guiado por uma teleologia expressa no interpretante final. Em muitos aspectos os exemplos demonstram que os mecanismos de funcionamento do signo se fundamentam na inferência e no interpretante, o qual permite que a semiose não se paralise em casos em que determinado signo não possui objeto, ou para encontrar a explicação ou causa de algum fenômeno surpreendente, ou para explicar como um objeto pode ser criado pelo signo sem entrar em contradição com o conceito de determinação temporal, ou como acontece a determinação de signos mentirosos e falsos. A análise da semiose em casos concretos permitiu fazer uma distinção importante no que se refere à determinação: o objeto determina de duas formas o processo da representação, uma determinação interior ao signo e outra determinação anterior e independente do signo. A determinação interior ao signo tem a capacidade de gerar um interpretante onde algum objeto geral e indeterminado será representado, mas só a determinação anterior e independente do signo é capaz de possibilitar a representação do objeto correto do signo, pois esta determinação se relaciona ao hábito de conexão entre signo e objeto proporcionada pela experiência colateral, a familiaridade e conhecimento prévio que possibilita o reconhecimento do objeto correto do signo. E como o conceito de experiência colateral está intimamente ligado ao conceito de contexto do signo, os exemplos em questão demonstram que não existe signo sem objeto, nem objeto que não esteja inserido em algum contexto, o que permitiu fazer uma importante observação sobre a natureza ontológica do objeto: todo objeto de qualquer signo existe previamente no seu respectivo universo. Assim sendo, em todos os casos analisados não houve uma verdadeira paralisação do processo representativo, mesmo que ela tenha ocorrido sobre fundamentos errados, como no exemplo do receptor que ignora quem tenha sido Napoleão. Porém, a realidade apresenta casos em que os processos de representação e autocorreção da semiose não são suficientes para manter em movimento a ação do signo, ocasionando assim a interrupção da ação lógica do objeto através do signo. Um exemplo bastante famoso foi o dos hieróglifos egípcios, signos que permaneceram indecifráveis durante séculos e que foram motivo das mais variadas e extravagantes interpretações. Por que esses signos não eram capazes de cumprir a função

representativa, isto é, a determinação de um interpretante onde seria representado o objeto do signo? A explicação mais óbvia se relaciona ao fato da perda do conhecimento do sistema de leis e regras que permitem a representação gráfica e interpretação da linguagem oral, conhecimento que era privilégio de uma casta sacerdotal que desapareceu nos embates históricos que mudam a sorte de indivíduos e povos. Peirce tem o cuidado de distinguir este tipo de conhecimento da experiência colateral, indicando que o primeiro é um pré-requisito inicial para o entendimento de qualquer signo, enquanto que o segundo seria o pré-requisito para o reconhecimento do objeto correto do signo:

I do not mean by "collateral observation" acquaintance with the system of signs. What is so gathered is *not* COLLATERAL. It is on the contrary the prerequisite for getting any idea signified by the sign. But by collateral observation, I mean previous acquaintance with what the sign denotes. (PEIRCE, CP 8.179)

Partindo desse ponto de vista, poderíamos dizer que tais signos foram durante muito tempo qualquer coisa menos signos. Assim como uma conversação em russo ou chinês não passa de barulhos e sons desconexos para alguém que não entende tais línguas, para alguém que desconhecia o sistema de escrita hieroglífica tais signos não passavam de marcas e traços sem significado, por mais que ele soubesse que tais marcas tinham uma função representativa, mas esse era justamente o problema central a resolver: que coisas representavam tais signos? Sendo assim, enquanto tal pergunta continuasse sem resposta, não haveria qualquer signo para interpretar. Sobre este ponto, é importante lembrar que o signo possui três propriedades, a qualidade material, a aplicação demonstrativa pura e a propriedade referencial, sendo que as duas primeiras pertencem ao signo exclusivamente, enquanto a terceira fundamenta a função representativa do signo em três referências: algo funciona como signo para algum pensamento, por um objeto e alguma qualidade. Isto significa que só há representação quando esse três referentes estão presentes, o que explica em parte porque os hieroglíficos egípcios foram durante séculos tudo menos signos: a qualidade material desses signos, como a forma, figura e cor dos hieroglíficos egípcios, e a aplicação demonstrativa pura, que consiste na ligação de fato entre os objetos e os seus signos (ligação que fica demonstrada pela mera existência dos hieróglifos), não foram suficientes para cumprir a função representativa do signo, que consistiria antes de tudo na determinação do objeto representado no interpretante. Tudo isto parece demonstrar que, de fato, a semiose ou o signo só existe em relação a um pensamento, um objeto e alguma qualidade, e que as propriedades da qualidade material e da aplicação demonstrativa pura não constituem um signo em ato, senão em potência, no sentido aristotélico desses termos.

Mas, qualquer signo exige ser interpretado, e o problema da decifração dos hieroglíficos egípcios se tornou alvo das mais variadas conjeturas e explicações, o que não significa senão que a interpretação desses signos se tornou objeto da inferência. Contudo, durante muito tempo a inferência foi incapaz de encontrar a explicação que desse a chave da decifração dos hieróglifos, evidenciando assim uma paralisação total da autogeração e autocorreção da semiose. Este fenômeno é bastante evidente nas linguagens artificiais, as quais seriam mais susceptíveis à paralisação do processo representativo do que as linguagens naturais. Um bom exemplo seria qualquer teoria da lógica moderna, a qual deve as suas mais recentes descobertas à artificialização da linguagem, ou mais exatamente à formalização da linguagem. Para quem não está familiarizado com o sistema de signos da teoria de conjuntos de Peano, por exemplo, ou da lógica de Boole ou Frege, qualquer fórmula escrita nessas linguagens será incompreensível e sem sentido. O primeiro passo necessário para trabalhar com qualquer uma dessas teorias é o conhecimento do sistema de signos, ou seja, conhecer o significado de cada símbolo e as regras de combinação, aquilo que Peirce denomina como pré-requisito para tirar qualquer significado do signo e que não se deve confundir com a experiência colateral. No caso dos hieróglifos egípcios, o problema da decifração foi resolvido quando se descobriram os objetos específicos de cada signo: enquanto alguns signos tinham como objeto sons da língua falada, outros signos representavam ideias ou palavras, ou seja, o sistema de escrita hieroglífica se fundamentava em dois tipos de signos, fonemas e logogramas (ou ideogramas). Tudo isto permite concluir que o conhecimento do sistema de signos consiste principalmente no conhecimento que liga tal objeto a tal signo. Sem esse conhecimento não há como interpretar o signo, daí que seja um pré-requisito para tirar qualquer ideia significada pelo signo. Porém, qual seria a diferença entre o conhecimento do sistema de signos e a experiência colateral, já que ambos estão relacionados com o objeto do signo? Quiçá o exemplo de Napoleão possa ajudar a visualizar a diferença entre esses dois tipos de conhecimento. O conhecimento do sistema de signos permite realizar a inferência de diferentes tipos de objetos em diferentes níveis intralinguísticos; assim, no nível elementar das unidades mínimas de significação, cada letra é um signo que tem como objeto algum som da língua falada; no nível seguinte, a combinação dessas unidades mínimas de significação formam palavras como Napoleão, que é um signo que funciona como substantivo e que, portanto, tem como objeto qualquer coisa ou ser que possa receber tal nome; num nível superior, o próprio signo Napoleão se relaciona com outros signos para formar a sentença “Napoleão era letárgico”, cujo objeto seria a informação da letargia de alguém ou alguma coisa chamada Napoleão. De fato já se viu que esta é a possível interpretação de alguém que ignore quem tenha sido Napoleão, demonstrando assim que o conhecimento do sistema de

signos possibilita a determinação interior ao signo, e este, por si só, pode criar o seu objeto geral e indeterminado sobre o qual se encarnará qualquer objeto real e concreto. É neste ponto que o conhecimento do sistema de signos se diferencia da experiência colateral, já que este último é um processo extralinguístico que tem como função indicar o objeto correto do signo; no exemplo em questão, o conhecimento do sistema de signos indica que o signo Napoleão é um substantivo que pode nomear qualquer ser ou coisa, como por exemplo um cachorro ou um barco, mas só a experiência colateral indica o objeto correto desse signo, que seria o militar francês que viveu no século XIX.

A decifração dos hieróglifos egípcios só foi possível a partir da inferência do conhecimento do sistema de signos que permitiu identificar os objetos específicos (sons da língua falada e palavras) de cada signo (fonemas e logogramas), conhecimento que é um pré-requisito para a semiose e cuja importância se torna manifesta sobretudo no funcionamento das linguagens artificiais, cujo exemplo paradigmático poderia ser a formalização da linguagem nas diferentes teorias da lógica moderna, onde o nível da arbitrariedade que une o signo ao seu objeto surge artificialmente e de forma deliberada, o que se torna evidente pelo fato de só um reduzido grupo de pessoas familiarizadas com o sistema de signos específico a cada teoria pode interpretar tais signos e manipular as fórmulas escritas com eles; para a maioria das pessoas, as linguagens inventadas pelos lógicos são aquilo que os hieróglifos egípcios foram durante muito tempo, objetos indecifráveis, traços e marcas que se sabem serem signos sem se saber o que significavam, e cujo conhecimento necessário para interpretá-los e expressar-se por eles é apanágio de uma reduzida casta de estudiosos e eruditos, neste caso a elite dos matemáticos e lógicos modernos.

Alguns dos exemplos analisados permitiram observar como o signo degenerado reage diante de problemas ou impedimentos que surgem no cumprimento da sua função, que seria a de representar o seu objeto. Assim, foi possível verificar que a semiose possui mecanismos que impedem a paralisação da autogeração e crescimento do signo, mecanismos que se fundamentam na inferência e que podem ser observados em casos como o de signos que criam os seus objetos sem entrar em contradição com a determinação do signo pelo objeto, ou nos casos da determinação de signos mentirosos e falsos. Porém, a semiose possui um ponto fraco que é fatal: sem o conhecimento do sistema de signos não há representação. Nestes casos os mecanismos de autocorreção da semiose se mostram impotentes para impedir a paralisação da autogeração e crescimento do signo. O caso dos signos que criam os seus objetos permitiu fazer uma importante distinção entre dois tipos de determinação, uma interior ao signo e outra exterior, sendo que somente a determinação exterior ao signo permite fazer a inferência do

objeto correto do signo. Além do mais, tanto o signo mentiroso como o falso se relacionam ao problema da validade do signo. A respeito destes exemplos que se relacionam com a validade do signo, a teoria de Peirce possui uma importante ferramenta que permite determinar se determinado signo é falso ou verdadeiro, o Pragmatismo. Já o caso da paralisação da semiose indica a importância do conhecimento do sistema de signos, porém também faz surgir uma dúvida: se esse tipo de conhecimento é um pré-requisito para a interpretação de qualquer signo, isso indica que ele faz parte do processo representativo, mas onde se situa tal conhecimento? Do mesmo modo, Peirce é enfático ao observar que a experiência colateral é anterior e exterior ao signo; sendo assim, aqui também surge a mesma dúvida sobre o lugar que ocupa na semiose esse tipo de conhecimento. Talvez a resposta esteja numa das propriedades do signo, as suas três referências: o signo só existe em relação a uma mente, um objeto e uma qualidade. Até aqui tratamos sobre o objeto e a qualidade do signo, porém deu-se pouca atenção ao problema da mente ou intérprete do signo. De fato, há estudiosos que fazem uma rígida distinção entre interpretante e intérprete, e há casos como o de Lucia Santaella que afirma que na teoria de Peirce o intérprete é um elemento dispensável, ao contrário do interpretante, elemento fundamental em qualquer semiose. Porém, os exemplos analisados apresentam indícios que parecem demonstrar que o intérprete é um elemento tão necessário à semiose como o interpretante, problema que Peirce trata sob o nome de mente interpretante. O signo se basta a si mesmo no que se refere à geração do interpretante, porém para que a interpretação seja realizada de forma correta parece ser necessária a presença de um intérprete ideal que faça a ligação do objeto correto ao signo, ligação possibilitada pelo conhecimento do sistema de signos e pela experiência colateral.

A seguir trataremos brevemente da teoria pragmática e do conceito de mente em Peirce, o primeiro relacionado ao problema da validade da representação e o segundo relacionado ao papel do intérprete no processo representativo, em especial a relação que este intérprete estabelece com o interpretante, terceiro elemento do signo.

4.2 A MÁXIMA PRAGMÁTICA

Estudar o pragmatismo na obra de Peirce significa estudar o nascimento e evolução de uma máxima que funcionaria como uma ferramenta de análise lógica para averiguar o significado de conceitos intelectuais ou concepções, e cujo desenvolvimento segue o caminho evolutivo do pensamento de Peirce dos seus inícios nominalistas e idealistas para atingir o realismo dos seus últimos anos de vida. De fato, o pragmatismo e a teoria semiótica de Peirce iriam se fundir numa doutrina unificada no estágio mais avançado do seu pensamento filosófico, onde a máxima seria utilizada para determinar não apenas o significado de

conceitos intelectuais, e sim o significado de símbolos em geral. Pode-se dividir em duas partes a evolução do pragmatismo em Peirce, uma delas relacionada com a primeira formulação da máxima em 1871, e a segunda, com a retomada e reformulação contínua da máxima a partir de 1890, e que se prolongaria pelo resto da sua vida.

Peirce foi o criador do pragmatismo, ainda que ele mesmo nomeie como ágonos pensadores tão diversos como Sócrates, Espinoza ou Kant. O pragmatismo nasceu no âmbito intelectual do *Cambridge Metaphysical Club*, grupo de estudos e discussões filosóficas fundado em 1871 por Peirce e intelectuais como William James, Francis G. Peabody, Chauncey Wright, entre outros. O objetivo principal do pragmatismo é depurar o conhecimento filosófico das ficções metafísicas que impedem o desenvolvimento sadio da procura pela verdade nas mais diversas áreas, objetivo semelhante ao de pensadores como Kant e Wittgenstein, os quais também propuseram métodos de análise lógica que evitariam a aparição dessas fantasmagorias no seio da filosofia e que não passariam de meros jogos de palavras sem realidade alguma. Eis como Peirce descreve o objetivo do seu pragmatismo em 1905:

It will serve to show that almost every proposition of ontological metaphysics is either meaningless gibberish – one word being defined by others words, and they by still others, without any real conception ever being reached – or else is downright absurd; so that all such rubbish being swept away, what will remain of philosophy will be a series of problems capable of investigation by the observational methods of the true sciences. (PEIRCE, CP 5.423)

Como se pode verificar pela citação, o pragmatismo serviria para tornar a filosofia uma ciência, objetivo que Peirce sempre teve em mente como químico, matemático e pesquisador experimental que era. Quando a máxima pragmática nasceu em 1871 no interior do *Metaphysical Club*¹⁹, ela estava relacionada com os efeitos futuros do significado das concepções, mas a enunciação clássica da máxima só se tornou pública em 1877-1878, na série de artigos conhecidos como *Illustrations of the Logic of Science*, onde Peirce discute questões como o surgimento da dúvida e da crença, a inferência, o *continuum*, entre outras coisas, e onde não menciona a palavra pragmatismo uma só vez, espécie de estreia anônima de uma corrente de pensamento que se iria tornar tão presente nos dias atuais.

No segundo artigo da série (*How to make our ideas clear*), Peirce critica a doutrina cartesiana da clareza das ideias, e passa a formular a própria teoria sobre o assunto. Peirce faz uma revalorização da importância de Descartes para o avanço da ciência e do pensamento

¹⁹ É interessante observar que Peirce, ao lembrar em 1908 desta primeira formulação da máxima pragmática, afirma que ela foi o método implícito seguido por Berkeley: “In 1871, in a Metaphysical Club in Cambridge, Mass., I used to preach this principle as a sort of logical gospel, representing the unformulated method followed by Berkeley, and in conversation about it I called it ‘Pragmatism’” (PEIRCE, 1992, p. 448).

ocidentais, entre outros motivos porque o pensador francês contesta a autoridade da igreja católica como fonte infalível da verdade, indicando a autoconsciência individual como sendo a fonte mais natural para a origem dos princípios verdadeiros, ainda que a crítica de Peirce a Descartes sobre este ponto seja o excessivo subjetivismo desta concepção de verdade. É no seio dessa contestação da autoridade eclesiástica sobre a verdade que surge a necessidade do conceito de “clareza” das ideias, que depois tem que ser suplementada com o conceito de “distinção” das ideias; deste modo, Descartes é quem formula o primeiro grau da clareza das ideias, descrito por Peirce com as seguintes palavras:

Self-consciousness was to furnish us with our fundamental truths, and to decide what was agreeable to reason. But since, evidently, not all ideas are true, he was led to note, as the first condition of infallibility, that they must be clear. [...] he was further led to say that clearness of ideas is not sufficient, but that they need also to be distinct, i.e., to have nothing unclear about them. What he probably meant by this (for he did not explain himself with precision) was, that they must sustain the test of dialectical examination; that they must not only seem clear at the outset, but that discussion must never be able to bring to light points of obscurity connected with them. (PEIRCE, 1992, p. 125)

Leibnitz foi quem formulou o segundo grau da clareza das ideias, seguindo o caminho aberto por Descartes e que seria difundido em todos os livros de lógica, e que consistiria simplesmente em conhecer tudo o que estiver relacionado com a definição da ideia: “Accordingly, in adopting the distinction of *clear* and *distinct* notions, he described the latter quality as the clear apprehension of everything contained in the definition; and the books have ever since copied his words” (*Ibidem*, p. 126).

Foi no seio dessa discussão que Peirce enunciou a primeira versão da máxima pragmática, com a intenção de oferecer um terceiro grau de clareza das ideias que possibilite encontrar uma fonte segura para a verdade das ideias e conceitos. Foi com essa intenção que Peirce elaborou uma teoria da pesquisa científica em que os conceitos de dúvida e crença são centrais, e que considera que a única função do pensamento é a obtenção da crença, a qual é descrita como um hábito de ação. E como o hábito de ação está relacionado com efeitos ou resultados sensíveis, Peirce chega à conclusão de que este é o parâmetro correto para verificar a validade das ideias:

What the habit is depends on *when* and *how* it causes us to act. As for the *when*, every stimulus to action is derived from perception; as for the *how*, every purpose of action is to produce some sensible result. Thus, we come down to what is tangible and practical, as the root of every real distinction of thought, no matter how subtle it may be; and there is no distinction of meaning so fine as to consist in anything but a possible difference of practice. (*Ibidem*, p. 131)

Com tudo o anterior como fundamento, Peirce enunciou a primeira versão da máxima pragmática com as seguintes palavras: “Consider what effects, which might conceivably have practical bearings, we conceive the object of our conception to have. Then, our conception of these effects is the whole of our conception of the object” (*Ibidem*, p. 132). Peirce sempre procurou apresentar provas que fundamentassem suas teorias, e estudiosos afirmam que a prova da máxima pragmática desta época estaria fundamentada na teoria da crença como guia para a ação, como dito anteriormente. De fato, Houser lembra uma declaração do próprio Peirce que autoriza tal interpretação: “The argument upon which I rested the maxim in my original paper was that *belief* consists mainly in being deliberately prepared to adopt the formula believed in as the guide to action” (*Idem*, 1998, p. 139). Anos depois o próprio Peirce faria uma autocrítica e descartaria esta prova por considerá-la psicológica e exageradamente nominalista (PEIRCE *apud* HOUSER, 1998, p. xxxiv).

A segunda etapa evolutiva da máxima pragmática começa em 1890 e coincide com o início da época madura do pensamento de Peirce, quando ele começa a atentar para o seu sistema filosófico como um todo com o objetivo de integrar, num único sistema, a multiplicidade das suas ideias e teorias. A teoria pragmática também foi alvo destes objetivos: “One of Peirce’s main efforts after 1890 was to reestablish pragmatism, not attended to since his 1877-78 ‘Illustrations’, as an integral component of his systematic philosophy” (HOUSER, 1998, p. xvii). Uma data importante nesta segunda etapa evolutiva da máxima pragmática é o ano de 1898, quando William James introduz pela primeira vez em público a palavra pragmatismo²⁰, nomeando Peirce como o criador e fundador dessa corrente de pensamento. A partir de então o pragmatismo teve uma ascensão meteórica nos mais diversos meios intelectuais, popularidade impulsionada em grande parte pelo prestígio e importância de William James:

James was by this time one of America’s most respected intellectuals and his message fell on fertile ground; before long there were a host of pragmatists in the U.S. and abroad. James’s acknowledgment of Peirce as the originator of pragmatism increased Peirce’s prominence and opened for him an opportunity to bring his distinct views into the growing international debate. (*Ibidem*, p. xxii)

Bastaram cinco anos para que Peirce se sentisse compelido a expor a sua versão do pragmatismo para diferenciá-la das diversas versões populares que iam aparecendo desde que William James fizera pública tal doutrina, afirmando que a sua era uma versão científica. Esse foi o objetivo principal da série de conferências que Peirce ofereceu na universidade de

²⁰ Como se disse anteriormente, o pragmatismo fez uma estreia anônima em 1877-78, pois na série de artigos onde Peirce enuncia e explica a máxima pragmática pela primeira vez em público, não aparece uma única vez a palavra pragmatismo.

Harvard em 1903, e que ficaram conhecidos pela denominação de *Harvard Lectures on Pragmatism*. Com a intenção de tornar o seu pragmatismo mais científico, Peirce reformulou a máxima pragmática na forma de um teorema e apresentou uma prova do pragmatismo fundamentada na teoria da percepção, ainda que tudo isto dentro do âmbito da filosofia, onde a verdade tem um papel preponderante sobre a validade:

Peirce literally meant to “prove” pragmatism – but in the sense called for by philosophy. Philosophical proofs seek to prove *truths*, not just *theorems* (they strive to be *sound*, not just *valid*), and must therefore be concerned with establishing the truth of their premisses. (*Ibidem*, p. xxxiii)

Nas conferências de Harvard foram expostos os fundamentos e função da máxima pragmática, e entre as principais mudanças em relação à primeira versão se pode mencionar o deslocamento da importância da ação para a predominância da intenção ou propósito: “For Peirce, pragmatism had become a doctrine that conceptions are fundamentally relative to *aims* rather than to action per se as he had held in earlier years” (*Ibidem*, p. xxv). Além do mais, para Peirce o pragmatismo passou a ser uma regra lógica que serve para determinar o significado de um tipo específico de símbolo, a proposição, signo que se refere aos seus objetos por meio de outros dois tipos de signos, índices (sujeitos) e ícones (predicados). Além do mais, Peirce faz uma distinção importante no interior da sua teoria perceptiva entre perceptos e julgamentos perceptivos, indicando que os primeiros não são proposicionais, enquanto que os julgamentos perceptivos, além de serem proposicionais são as primeiras premissas de todo e qualquer raciocínio. Sendo assim, Peirce estabelece três pontos cruciais: “[...] nothing is in the intellect that is not first in the senses; [...] perceptual judgments contain general elements; [...] abductive inference shades into perceptual judgment without any sharp line of demarcation” (*Ibidem*, p. xxvi). E como a abdução permeia a percepção, pode-se considerar que o pragmatismo é a lógica da abdução, configurando assim um esquema simplificado da prova do pragmatismo baseada na sua teoria da percepção. Com base nisto, Peirce reformulou a máxima pragmática na forma de um teorema filosófico, apresentando assim a segunda versão da máxima:

Pragmatism is the principle that every theoretical judgment expressible in a sentence in the indicative mood is a confused form of thought whose only meaning, if it has any, lies in its tendency to enforce a corresponding practical maxim expressible as a conditional sentence having its apodosis in the imperative mood. (PEIRCE, 1998, p. 134-135)

O último fato importante na história da máxima pragmática e das suas provas é a incorporação desta ferramenta lógica no corpus mais amplo da sua teoria semiótica. Isto aconteceu em 1905, quando Peirce publicou uma série de artigos no jornal *The Monist*, onde rebatizou a doutrina com o nome de pragmaticismo, já que a antiga palavra tinha corrido uma

sorte lamentável ao cair nos domínios literários, onde foi usada e abusada das mais diversas maneiras, ainda que ele continuasse a usar o primeiro nome intermitentemente. A principal mudança desta terceira versão da máxima seria que ela procura o significado de símbolos em geral e não somente de concepções, além de fundamentar o pragmatismo em noções como a de aprendizagem contextualizada ou significado virtual, onde as categorias do ser cumpririam um papel fundamental:

One key assumption was that all mental development (learning) takes place in the context of a mass of already formed conceptions, and another was that meaning is always virtual. He also argued for the relevance of all three categories of being for his pragmatism: thought (thirdness) can only govern through action (secondness) which, in turn, cannot arise except in feeling (firstness). (HOUSER, 1998, p. xxviii)

Apoiado principalmente nestas ideias, no segundo artigo da série Peirce enuncia a terceira versão da máxima pragmática nos seguintes termos semióticos: “The entire intellectual purport of any symbol consists in the total of all general modes of rational conduct which, conditionally upon all the possible different circumstances and desires, would ensue upon the acceptance of the symbol” (PEIRCE, 1998, p. 346).

Mas este pragmatismo semiótico só viria a ser plenamente desenvolvido num artigo de 1907 que nunca foi publicado durante a vida do autor, e do qual existem várias versões. Dentro da evolução do pensamento de Peirce, este trabalho é importante pois indica um estágio avançado de desenvolvimento filosófico: “This selection [o nome do artigo é *Pragmatism*] provides an illuminating integration of Peirce’s theory of signs, including his mature theories of propositions and inference, with his pragmatism” (HOUSER, 1998, p. xxx). Nesse trabalho, Peirce reafirma, mais uma vez, que o pragmatismo é um método para esclarecer o significado de palavras difíceis e conceitos abstratos, o que ele comumente denomina de conceitos intelectuais, e não a verdade das coisas, desvinculando assim a máxima pragmática do seu uso como ferramenta lógica para determinar a validade das palavras: “He begins by reaffirming that pragmatism (pragmaticism) is not a doctrine of metaphysics, nor an attempt to determine the truth of things, but is only a method of ascertaining the meanings of hard words and abstract concepts” (*Ibidem*, p. 398).

A união entre semiótica e pragmatismo é evidente em pressupostos como o de que os signos podem transmitir três tipos de predicados (monádicos, diádicos e triádicos), e que somente os predicados triádicos são os principais exemplos de conceitos intelectuais. É por isso que somente os conceitos intelectuais são capazes de transmitir mais do que simples sentimentos ou fatos concretos, pois tais tipos de conceitos se referem principalmente a “atos possíveis” (*would-acts* em inglês) do comportamento habitual, e nenhuma coleção de atos

concretos poderá preencher o significado de um ato possível. Este é um exemplo dos vários raciocínios que Peirce desenvolve no citado artigo, argumentos que talvez seja lícito resumir numa ideia fundamental: palavras transmitem conceitos, conceitos produzem hábitos, e o hábito é o significado “vivo” da palavra. Como resultado de todos esses argumentos, Peirce enuncia a quarta versão da máxima pragmática:

[...] the *total* meaning of the predication of an intellectual concept consists in affirming that, under all conceivable circumstances of a given kind, the subject of the predication would (or would not) behave in a certain way, - that is, that it either would, or would not, be true that under given experiential circumstances (or under a given proportion of them, taken *as they would occur* in experience) certain facts would exist [...]. (PEIRCE, 1998, p. 402)

Ao lado dessa versão completa da máxima, Peirce enuncia uma versão mais simples e curta: “[...] the whole meaning of an intellectual predicate is that certain kinds of events would happen, once in so often, in the course of experience, under certain kinds of existential circumstances” (*Ibidem, loc. cit.*).

Como mencionado anteriormente, o citado artigo de 1907 é importante porque nele Peirce consegue expressar plenamente a versão do seu pragmatismo e apresentar uma prova claramente articulada na sua teoria semiótica. A prova contém muitos passos que estão diretamente relacionados com o interpretante do signo, especificamente aquele denominado de interpretante lógico, como se pode verificar no resumo apresentado por um dos editores da obra de Peirce:

1. “Every concept and every thought beyond immediate perception is a sign”.
2. The object of a sign is necessarily unexpressed in the sign.
3. The interpretant is the “total proper effect of the sign” and this effect may be emotional, energetic, or logical, but it is the logical interpretant alone that constitutes “the intellectual apprehension of the meaning of a sign”.
4. “A sign is anything, of whatsoever mode of being, which mediates between an object and an interpretant; since it is both determined by the object *relatively to the interpretant*, and determines the interpretant *in reference to the object*, in such wise as to cause the interpretant to be determined by the object through the mediation of this ‘sign’”.
5. The logical interpretant does not correspond to any kind of object, but is essentially in a relatively future tense, what Peirce calls a “would-be”. Thus the logical interpretant must be “general in its possibilities of reference”.
6. Therefore, the logical interpretant is of the nature of habit.
7. A concept, proposition, or argument may be a logical interpretant, but not a final logical interpretant. The habit alone, though it may be a sign in some other way, does not call for further interpretation. It calls for action.
8. “The deliberately formed, self-analyzing habit... is the *living definition*, the veritable and final logical interpretant”.
9. “*Consequently*, the most perfect account of a concept that words can convey will consist in a description of that habit which that concept is calculated to produce. But how otherwise can a habit be described than by a

description of the kind of action to which it gives rise, with the specification of the conditions and of the motive?” (HOUSER, 1998, p. xxxv-xxxvi)

Já que o passo nove é virtualmente uma paráfrase da máxima pragmática acima apresentada, a prova do pragmatismo estaria concluída.

Antes de concluir este breve histórico sobre a máxima pragmática, achamos importante fazer uma observação: a definição da máxima como uma ferramenta lógica para averiguar o significado de conceitos intelectuais é uma redução algo grosseira sobre esse tema, visto que o pragmatismo de Peirce supõe uma variedade de conceitos e teorias que não tivemos espaço para comentar aqui, e que a definição proposta está longe de patentear; de fato, o pragmatismo peirceano é um dos tópicos que mais interesse tem despertado na comunidade de estudiosos, o que se torna manifesto quando se atenta para a quantidade de estudos dedicados a esse tema, já que, como diz Santaella, “[...] a quantidade de bibliografia hoje existente sobre o pragmatismo deve ultrapassar de muito qualquer outro tópico de sua obra” (2004, p. 227). Se Peirce define o pragmatismo como “[...] uma mera máxima lógica em vez de um princípio sublime de filosofia especulativa [...]” (CP 5.18), cuja única função seria a de “[...] abrir nossa mente para receber qualquer evidência, não para fornecer evidência [...]” (CP 8.259), ao mostrar que certos problemas considerados reais não são na verdade reais, há quem defina o pragmatismo peirceano como “[...] um princípio de filosofia especulativa, mas com a natureza de uma máxima lógica, ou melhor, semântica, que fosse guiar todos os tipos de investigação” (POTTER *apud* SANTAELLA, 2004, p. 228), ou ainda nessa mesma direção, o pragmatismo seria “[...] pelo menos em primeiro lugar, uma regra do método para a correta condução do raciocínio e a busca da verdade nas ciências” (FISH *apud* Santaella, *loc. cit.*). De fato, a relação entre o pragmatismo e o método da ciência esteve presente desde a primeira formulação da máxima, relação que foi uma consequência do anticartesianismo de Peirce e do seu desejo de tornar a filosofia uma ciência, como bem lembra Santaella na seguinte citação: “Seu anticartesianismo, que pode, por enquanto, ser simplesmente entendido como equivalente ao pragmatismo, nasceu, antes de tudo, do desejo e do esforço para trazer o método científico para dentro da filosofia” (SANTAELLA, 2004, p. 61). É nessas bases que a citada autora simplesmente identifica o método da ciência com o método pragmático, e assim como outros estudiosos, ela menciona a verdade como sendo o centro de convergência e objetivo tanto da ciência como do pragmatismo.

Antes de tudo, é necessário observar que este tema foje do escopo desta pesquisa, portanto somente serão esboçados alguns pormenores a esse respeito. Em primeiro lugar, é necessário mencionar os pressupostos que sustentam a máxima pragmática, já que “[...] seria impossível considerá-lo isoladamente das categorias, ciências normativas, sinequismo”

(*Ibidem*, p. 231). Já se viu que na primeira etapa da evolução do pragmatismo, Peirce tinha definido a máxima como a ferramenta que permitiria averiguar o significado das concepções através dos efeitos que elas produziriam, e que esses efeitos seriam as bases de formação das crenças, as quais, por sua vez, guiariam nossas ações. Porém, essa primeira versão da máxima foi depois revista por Peirce, pois ele percebeu que efeitos e reações pertencem à segunda categoria, enquanto que os conceitos intelectuais, objeto de análise da máxima, pertencem à terceira categoria. Isto significa que é incorreto considerar que as reações guiam nossas ações, já que “[...] não se pode tomar a Reação como fim último. O fim é algo que dá sua sanção à ação e ele pertence à terceira categoria. [...] ação e reação só podem ser entendidas em termos de propósito e que propósito é essencialmente pensamento” (*Ibidem*, p. 233). A introdução da terceira categoria e do propósito entendido como pensamento inicia a segunda etapa da evolução do pragmatismo, a qual giraria em torno do conceito de hábito, pois para Peirce, tanto o pensamento quanto a terceiridade consistem na formação de hábitos, os quais tomam a forma de leis:

Supõe-se frequentemente que o pensamento é algo na consciência, mas, ao contrário, é sempre impossível se estar diretamente consciente do pensamento. Ele é algo a que a consciência se conformará, como uma escrita se conforma a ele. O pensamento é mais da natureza de um hábito que determina a totalidade daquilo que poderá vir a existir. [...] Num sentido ainda mais amplo, a Terceiridade consiste na formação de um hábito. Em qualquer sucessão de eventos que já ocorreu, deve haver alguma espécie de regularidade. Ou melhor, deve haver regularidade excedendo toda multiplicidade. Mas, no momento em que o tempo adiciona outro evento à série, uma grande parte daquelas regularidades será quebrada, e assim indefinidamente. Havendo, no entanto, uma regularidade que nunca será ou seria quebrada, ela tem um modo de ser consistindo nesse destino ou determinação da natureza das coisas de que o futuro indefinido se conformará a ela. Isso é o que chamo de lei. Seja uma tal lei descoberta ou não, é certo que temos a ideia de uma tal coisa, e, caso houvesse uma lei desse tipo, ela teria evidentemente uma realidade que consiste no fato de que predições baseadas nela nasceriam de fatos concretos. (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 2004, p. 235)

É neste ponto que surge a relação entre a máxima pragmática e o interpretante, pois já se viu que o interpretante lógico é uma regra geral que denota um hábito de ação, enquanto que o interpretante lógico último indica a capacidade de revisão dessa regra, permitindo assim a mudança de hábito; daí a importância da concepção de hábito na filosofia de Peirce durante os últimos anos de sua vida, pois ela “[...] seria então responsável pela unificação da teoria dos signos, da teoria da investigação e do pragmatismo” (SANTAELLA, 2004, p. 241). Além do mais, o entendimento da natureza do pensamento como um hábito que se torna uma lei se baseia na teoria do sinequismo, aquela continuidade entre pensamento e matéria que ainda hoje em dia é uma hipótese inovadora e que é um dos pressupostos do pragmatismo

peirceano. Sobre este tema, cabe resaltar que “O pensamento [...] não está simplesmente na consciência, mas permeia todas as coisas, de modo que a consciência está no pensamento. Aí está a base do sinequismo [...]” (SANTAELLA, 2004, p. 235). E como acontece essa continuidade entre pensamento e matéria? Ainda que Santaella não fale nestes termos e esteja tratando de outro tema quando comenta a seguinte citação, nós achamos que é lícito afirmar que a continuidade entre pensamento e matéria se dá quando o pensamento age sobre a matéria impondo-lhe propósitos, o qual seria um dos postulados mais radicais do pragmatismo. É nesse sentido que a citada pesquisadora cita um dos manuscritos de Peirce, lembrando que a mente, no sentido de representação, age sobre a matéria ao impor-lhe

a conformidade com certas Leis peculiares, chamadas Propósitos; e o modo de reação é o de que esses Propósitos eles mesmos se modificam e se desenvolvem quando se persiste neles. A análise lógica mostra que é essencial à natureza da representação que ela deva se desenvolver ao impor propósitos à matéria. (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 2004, p. 249)

E quais seriam esses propósitos que a mente impõe à matéria? A questão dos propósitos ou finalidades é o objeto de estudo das ciências normativas, isto é, da lógica, ética e estética, e com isto tocamos no terceiro e último pressuposto do pragmatismo peirceano. Na introdução deste trabalho, mencionou-se que a divisão das ciências de Peirce segue uma hierarquização em que determinadas ciências se apóiam em outras mais fundamentais; assim, no que diz respeito às ciências normativas, a lógica se fundamentaria na ética, a qual, por sua vez, teria como fundamento a estética, e sobre este ponto é importante lembrar que tal hierarquia se espelha nas categorias, daí que a estética se identifique com a primeiridade, a ética com a secundidade e a lógica com a terceiridade. Peirce não chegou a essa concepção senão muito tempo depois de ter exposto a primeira versão da máxima pragmática em 1877, como o demonstra o seguinte trecho de uma carta endereçada a William James em 1902:

Minha própria visão de 1877 era crua. Mesmo quando dei as palestras de Cambridge não havia ainda realmente chegado ao fundo dele ou visto a unidade das coisas. Isso não foi senão depois de ter obtido a prova de que a lógica deve estar fundada na ética, da qual ela é um desenvolvimento mais elevado. Mesmo então, fui, por algum tempo, tão idiota a ponto de não ver que a ética, do mesmo modo, repousa na fundação da estética. (CP 8.255)

Na introdução mencionamos também que a lógica se ocuparia principalmente de qualquer coisa cuja finalidade consiste em representar algum objeto, definição que possibilitaria a identificação entre a lógica e a semiótica, traço característico da filosofia de Peirce. Mas foi na seção dedicada ao estudo da tríade de interpretantes emocional-energético-lógico que se verificou que o problema dos propósitos ou finalidades encontra o seu lugar próprio, evidenciando assim outro aspecto do pragmatismo peirceano em que o entedimento do interpretante é relevante. Se a lógica, entendida como semiótica, estuda qualquer coisa cuja

finalidade seja a de representar algum objeto, na citada seção se observou que a semiose segue três ideais ou valores encarnados em três tipos de signos, o estético, o prático e o pragmático. Assim, a estética seria o estudo daquelas qualidades que são admiráveis (*kalós* na terminologia de Peirce) por si mesmas, a ética o estudo da conduta segundo os padrões ou normas que são considerados apropriados e normais por uma determinada comunidade ou grupo, e a lógica o estudo das normas que dirigem o controle crítico e deliberado dos hábitos e crenças. Esta forma de encarar essas disciplinas se opõe à concepção mais tradicional e popular, na qual se pensa que a ética é o estudo do bem e do mal, e a estética o estudo daquilo que é belo ou feio:

Costumamos definir ética como a ciência do bem e do mal. Isso não é correto, dizia Peirce, pois o que constitui a tarefa da ética é justamente desenvolver e justificar as razões por que certo e errado são concepções éticas. O problema fundamental da ética, aliás, não é o que é certo, mas “o que estou deliberadamente preparado para aceitar como afirmação daquilo que quero fazer, o que tenho em mira, o que busco? Para o quê deve a força de minha vontade ser dirigida?” (CP 2.198). Assim sendo, a ética não está preocupada diretamente com o pronunciamento sobre um curso de ação como certo e aquele errado. Ela tem a ver com normas e ideais. [...] também a estética não está voltada para a determinação do que é belo e do que é feio, mas com aquilo que deve ser experienciado por si mesmo, isto é, qualidades e sentimentos. [...] Mas a qualidade que Peirce tem em mente como própria da primeira ciência normativa, a estética, base para as demais, é o fim último em direção ao qual o esforço humano se deveria dirigir. Trata-se do ideal mais supremo para o qual nosso desejo, vontade e sentimento deveriam estar voltados. O ideal dos ideais, o *summum bonum*, que não precisa de nenhuma justificativa ou explicação. (SANTAELLA, 2004, p. 238-239)

Tudo o anterior indica claramente que é na estética que se deve buscar a resposta de como acontece a continuidade entre mente e matéria, isto é, qual é o propósito supremo que a mente impõe à matéria, além de também evidenciar qual é o pressuposto primordial do pragmatismo e da representação ou semiose, explicando assim qual é o fundamento tanto da ética como da lógica. Sobre este ponto, devemos, mais uma vez, recorrer à interpretação da estudiosa Lucia Santaella, a qual explica nos seguintes termos qual seria esse ideal dos ideais, aquela qualidade admirável por si mesma, ao mesmo tempo em que faz um resumo das funções e relação das ciências normativas:

A questão da estética, portanto, é determinar o que pode preencher esse requisito de ser admirável, desejável, em e por si mesmo, sem nenhuma razão ulterior (CP 2.199). É da estética que virá, assim, a determinação daquilo para que o empenho ético deve se dirigir, daquilo que deve ser buscado como ideal mais elevado. Os meios para atingir esse ideal, contudo, são uma função da lógica, pois dela depende o processo de raciocínio autocontrolado pelo qual o ideal pode ser atingido. Na sua busca, Peirce chegou, finalmente, à conclusão de que esse ideal último, extrato mais fino da estética, está na razoabilidade concreta. (SANTAELLA, 2004, p. 239-240)

A razoabilidade concreta, então, passa a ser o bem supremo do ser humano, aquele ideal dos ideais que deveria dirigir sentimentos, ações e pensamentos, sem esquecer que aqui não se deve pensar num ideal estático e imutável que se encontra acima de todas as coisas, e sim de uma razoabilidade concreta que se desenvolve e cresce com o passar do tempo, traço característico da filosofia evolucionária de Peirce de um modo geral:

Uma vez que a razoabilidade é a única qualidade por si mesma admirável, que pode se desenvolver livremente pela atividade humana guiada pelo autocontrole, o crescimento da razoabilidade é então identificado como o bem supremo do homem. Não a razoabilidade em si, fixa e imutável, mas o crescimento dela, seu porvir. (SANTAELLA, 2004, p. 250)

E em que consistiria essa razoabilidade concreta? Como ela se manifesta? Sobre este ponto, será melhor citar as próprias palavras de Peirce, quem explica com clareza como chegou ao conceito da razoabilidade concreta ao indagar a natureza das leis do universo, sob uma clara influência da teoria da evolução de Darwin:

Mas se as leis da natureza são o resultado da evolução, esta evolução deve proceder de acordo com algum princípio; e este princípio será ele mesmo da natureza de uma lei. Mas deve ser uma lei que pode evoluir ou se desenvolver... O problema era imaginar uma espécie de lei ou tendência que teria, assim, uma tendência a se fortalecer. Evidentemente deve ser uma tendência à generalização – uma tendência generalizante. ... Onde devemos buscá-la? Não poderíamos encontrá-la em fenômenos como a gravitação em que a evolução já se aproximou tanto de seu limite último que nem mesmo algo que simulasse a irregularidade pode ser encontrado nela. Mas devemos buscar essa tendência generalizante naqueles departamentos da natureza em que a plasticidade e a evolução estão ainda funcionando. A mais plástica de todas as coisas é a mente humana, e depois dela vem o mundo orgânico, o mundo do protoplasma. Ora, a tendência generalizante é a grande lei da mente, a lei da associação, a lei de adquirir hábitos. Também encontramos em todos os protoplasmas a tendência a adquirir hábitos. Assim sendo, fui levado à hipótese de que as leis do universo foram formadas sob a tendência universal de todas as coisas para a generalização e aquisição de hábitos. (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 2004, p. 248)

É nessas bases que Lucia Santaella pode afirmar que a razoabilidade concreta consiste numa tendência à generalização e ao hábito, tendência generalizante que seria a lei que dirige e governa todas as leis e todas as coisas, sejam elas orgânicas, materiais ou inteligíveis, configurando assim mais um ponto de união entre a mente e a matéria, esse *continuum* que é a base da teoria do sinequismo, além de explicar porque o pragmatismo de Peirce não tem como objetivo aperfeiçoar ou racionalizar qualquer tipo de ação, seja ela individual ou coletiva:

[...] a propensão de todas as coisas vivas, e mesmo das não-vivas, para adquirir hábitos, não é apenas uma lei entre outras, mas trata-se da lei governando todas as leis. [...]

São as leis gerais que tornam os fenômenos regulares e inteligíveis, sendo, por isso mesmo, as coisas mais completamente reais do universo. É em razão disso que o pragmatismo não pode fazer da ação, muito menos da ação individual, o *summum bonum* da espécie humana. Na medida em que a

evolução progride, a inteligência humana vai desempenhando um papel cada vez maior no crescimento da razoabilidade por meio de sua característica mais peculiar e inalienável, o autocontrole. No princípio, a mente humana nasceu como fruto dessa evolução, mas, uma vez tendo nascido, ela passa a poder influenciar o curso da evolução pela conduta deliberada em resposta à escuta da natureza. Mesmo que a perversidade de gerações inteiras escolha caminhos contrários a essa direção, no longo curso do tempo, o homem será forçado pela experiência a reconhecer a natureza e sua própria natureza como crescendo em razoabilidade, guiando-o na sua busca. (SANTAELLA, 2004, p. 257)

Se em primeiro lugar foi necessário esboçar os pressupostos do pragmatismo, em segundo lugar devemos retomar as definições mencionadas parágrafos atrás, as quais relacionam o pragmatismo com o método da ciência e a verdade, principalmente pela importância desta última na união de algumas das mais relevantes teorias de Peirce, já que a noção de verdade se tornaria no “[...] laço final que faltava para atar num único nó, a fenomenologia, ciências normativas, pragmatismo e métodos de investigação” (*Ibidem*, p. 242). Assim sendo, achamos importante esclarecer qual é a concepção de verdade no âmbito do pragmatismo e da semiótica de Peirce, em especial nos pontos em que o interpretante se torna necessário para entender a sua natureza e fundamento. Antes de tudo, é necessário lembrar que o objetivo da investigação científica²¹ é obter um conhecimento verdadeiro, e as regras sobre as quais se baseia a atividade investigativa têm como função distinguir o falso do verdadeiro; porém, esta distinção só é possível “[...] em função da hipótese fundamental sobre o qual o método científico repousa, a saber: o fato de que há coisas reais” (*Ibidem*, p. 72). Sem dúvida que o entendimento que Peirce postula sobre o real é algo complexo; por exemplo, qualquer palavra é tão real como qualquer coisa material, pois força as coisas existentes a moldar-se ao seu significado, como quando escrevemos e definimos a palavra homem, ou como quando representamos a figura de um homem num desenho ou escultura. Desse modo, as leis do universo, que pertencem à terceira categoria fenomenológica assim como as palavras, seriam as coisas mais reais do universo. Quiçá a melhor maneira de entender o real seja lembrar a retomada que Peirce fez de uma distinção da lógica medieval, aquela que diz respeito ao *ens reale* a ao *ens rationale*. Enquanto o ente racional depende da mente humana, o ente real seria algo totalmente independente dela, no sentido de que ele se força sobre a razão sem que tenhamos qualquer possibilidade de controlar a maneira como ele se apresenta; é nessas bases que a teoria da percepção de Peirce recupera uma noção dos empiristas tradicionais, “[...] o fato de que, por meio da percepção, um mundo, que não foi

²¹ E na verdade de qualquer tipo de investigação ou ato de conhecer, já que a pesquisa científica é simplesmente um aperfeiçoamento e especialização de uma atividade cotidiana e natural que é necessária à sobrevivência e autoconservação da vida individual e da espécie como um todo: “A situação de um cientista num laboratório representa apenas um estágio bem mais aprimorado do mesmo modelo que também atua na vida de qualquer indivíduo” (FITZGERALD *apud* SANTAELLA, 2004, p. 66).

feito por nós, nem por uma criatura do Absoluto, se força sobre nós” (BERNSTEIN *apud* SANTAELLA, 2008, p. 47). Daí a importância da percepção e do percepto para a configuração do real, pois se a investigação resulta num conhecimento falso, só a percepção poderá retificá-lo mediante a manifestação da rebeldia do real perante qualquer equívoco a seu respeito. É nesta conjuntura que parece ser importante lembrar o desenvolvimento da filosofia de Peirce rumo a um realismo objetivo, tema que foi mencionado na introdução desta dissertação. De fato, Peirce se denominava um aristotélico da ala escolástica, assumindo assim um realismo escolástico. Isto significa que Peirce assumiu três tipos de realidades, a realidade dos possíveis, a realidade das ocorrências, e a realidade dos necessitantes ou das leis, distinção baseada nas suas três categorias fenomenológicas, onde a realidade do possível pertence à primeira categoria, a da ocorrência à segunda categoria, e a realidade da lei pertence à terceira categoria. Dessa maneira, a verdade no pragmatismo e na ciência se resumiria a uma série de expectativas que guiariam nossos atos, expectativas que estariam baseadas na percepção, esta última tomada num sentido amplo, ou seja, percepção seria qualquer coisa compulsiva e que não apela para a razão voluntária, impondo-se à força para ser experienciada:

Vem dessa ampliação de experiência a viabilidade da postulação pragmatista de que se uma hipótese resultar em expectativas, então ela não será um mero “jargão metafísico” (MS 596, p. 25), pois uma expectativa é uma predição que poderia ser negada pelas rebeldias da experiência. Mesmo no caso de uma hipótese ter uma natureza estritamente teórica, se ela envolver uma expectativa, então o inesperado pode surpreender o crédulo. (SANTAELLA, 2004, p. 252)

[...] o escopo da investigação é a verdade e o objetivo de qualquer atividade deveria estar no encontro de um guia compreensível para aquela atividade. Mas é apenas uma concepção pragmaticamente legítima da verdade que poderá servir como esse tipo de guia, pois ela apenas resultará numa série de expectativas. Aceitar tal concepção significa incorporar essas expectativas à prática da investigação. Assim sendo, a teoria peirceana da verdade diz respeito àquela verdade que o investigador pode e deveria adotar. Um ano antes de morrer, Peirce declarou: “a verdade pragmática real é a verdade que pode e deve ser usada como um guia para a conduta” (MS 684, p. 11). (MISAK *apud* SANTAELLA, 2004, p. 255)

No que diz respeito à verdade no âmbito da semiótica peirceana, verificamos que tal conceito se relaciona ao objeto dinâmico e ao interpretante final, tal como exposto nas seções dedicadas a esses temas. Já se viu que uma das hipóteses fundamentais do método científico é a existência de coisas reais, porém há outro pressuposto que está em conexão direta com as teorias do interpretante final e do objeto dinâmico: “[...] o método científico pressupõe, de um lado, o fato de que há coisas reais, de outro, que há progresso em direção da verdade identificada com a opinião final [...]” (SANTAELLA, 2004, p. 73). É esse progresso em direção da verdade que as teorias do objeto dinâmico e do interpretante final tentam

representar. Em primeiro lugar, o objeto dinâmico é identificado com a realidade ou com o mundo externo ao signo, diferentemente do objeto imediato, que seria o objeto dinâmico tal como representado no interior do signo; deste modo, o objeto dinâmico seria o objeto em si mesmo desligado de qualquer representação, e de fato no início da sua concepção esse tipo de objeto foi chamado de Real, mas como a possibilidade é um tipo de realidade, Peirce decidiu mudar o nome para Dinâmico: “Devemos distinguir entre o Objeto Imediato, isto é, o Objeto como representado no signo – e o Real (não, porque talvez o Objeto seja também fictício, eu devo escolher um termo diferente, portanto), digamos o Objeto Dinâmico [...]” (CP 8.314). A natureza do objeto dinâmico e, portanto, da realidade, é apenas uma possibilidade teórica de que o objeto do signo algum seria totalmente conhecido depois de um longo tempo de investigação, evidenciando aqui a primeira conexão com a teoria da pesquisa científica de Peirce:

Quanto ao Objeto, tanto pode significar o Objeto como conhecido no Signo e sendo portanto uma Ideia, ou pode ser o Objeto tal como ele é, desconsiderando-se qualquer aspecto particular dele, o Objeto nas relações em que um estudo ilimitado e final o mostraria. O primeiro chamo de Objeto Imediato, o segundo de Objeto Dinâmico. (CP 8.183)

Já a teoria do interpretante final postula que há um limite ideal aproximável, porém inatingível, em que um signo poderia atualizar a totalidade do conhecimento sobre o seu objeto, uma interpretação final e total em que o objeto apareceria em todas as suas minúcias, em oposição ao interpretante imediato, que seria a potencialidade do conhecimento em determinado momento do curso investigativo: “O imediato é pura potencialidade, interpretabilidade ainda não-realizada. Não obstante, inscrita na natureza do próprio signo. Trata-se do teor daquilo que o signo é capaz de significar. O final seria o limite último (se isso fosse possível) de realização dessa interpretabilidade” (SANTAELLA, 2008, p. 76). É nessas bases que Peirce pode afirmar que “O interpretante Final é aquilo para o qual o real tende” (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 2008, p. 74). Tanto a teoria do objeto dinâmico como do interpretante final compartilham a noção de uma verdade que evolui e se desenvolve no longo curso do tempo, o qual representa um dos aspectos do anticartesianismo de Peirce, já que no método cartesiano a intuição produz um conhecimento, e portanto uma verdade, que é autoevidente, indemonstrável e eterna. Desse modo, na teoria da investigação científica de Peirce é mais pertinente falar de crenças que serão continuamente corrigidas e melhoradas, crenças que serão consideradas verdadeiras enquanto a realidade não as contradiga e as torne falsas. Desse modo, a verdade de um signo depende do seu objeto dinâmico, e já que esse tipo de objeto é identificado com a realidade, pode-se concluir que a verdade do signo está em constante evolução, fato representado pelo interpretante final. É nessa noção de verdade em

evolução constante que se encontra o fio de ligação entre a verdade no pragmatismo e na semiótica, evolução que se manifesta num dos pressupostos do método científico e que foi mencionado linhas atrás, aquele que diz há um progresso constante em direção da verdade identificada com a opinião final:

[...] o objetivo da pesquisa é chegar a crenças verdadeiras, e seriam verdadeiras as crenças que seriam produzidas se a investigação seguisse seu curso ininterrupto, pois, caso não fosse mais possível aperfeiçoar uma crença, então ela satisfaria todos os objetivos que possamos ter para a investigação. [...] Mas os investigadores sempre acharão que há mais trabalho a ser feito. No entanto, se a investigação puder repousar, nossas crenças, nesse ponto, seriam as melhores crenças que poderíamos ter. O pragmatista sugeriria, então, que não haveria por que tirar dessas crenças a qualificação de verdade, pois elas satisfazem não só os objetivos imediatos da pesquisa (adequação empírica, poder explanatório, e assim por diante), mas também satisfazem o objetivo último da pesquisa – a verdade. (MISAK *apud* SANTAELLA, 2004, p. 256)

Para completar esta breve história da máxima pragmática, das suas provas e seus pressupostos, resta-nos mencionar a última apreciação que Peirce fez sobre o pragmatismo poucos meses antes de morrer. Um dos problemas que ocuparam Peirce nos seus últimos anos de vida foi o grau de segurança inerente aos diferentes tipos de raciocínio, identificando o silogismo dedutivo como aquele que oferecia o grau de segurança máximo, e o silogismo abduutivo como aquele raciocínio cujo grau de segurança é fraco. Porém, a inferência abduitiva possui uma qualidade que a inferência dedutiva não possui, a uberdade, aquela fertilidade e frutuosidade de ideias que produziu as mais ousadas teorias nas ciências, e obras de arte cheias de vida e beleza. Raciocinar seria uma escolha entre o extremo da segurança e o da uberdade, sendo que Peirce diz que o pragmatismo cairia do lado da segurança; mas há um preço a pagar por isso:

According to Peirce, reasoning always involves a trade-off between security and uberty (rich suggestiveness; potency). Deductive reasoning provides the most security, but it is austere and almost entirely without evocative power. Abduction, on the other hand, is abundant in its uberty though nearly devoid of security. Peirce had come to see that pragmatism has the limitations that come with choosing security over uberty: “[it] does not bestow a single smile upon beauty, upon moral virtue, or upon abstract truth;- the three things that alone raise Humanity above Animality”. (HOUSER, 1998, p. xxxii)

4.3 A SEMIOSE E O INTÉRPRETE

Um dos aspectos menos estudados da teoria semiótica de Peirce é o papel e função do intérprete no processo da semiose, quais as semelhanças e diferenças em relação ao interpretante, ou se na verdade o intérprete é um elemento desnecessário para a ação do signo. Cremos que um dos motivos da falta de interesse por parte dos estudiosos da obra de Peirce pela questão do intérprete seja o caráter problemático que tal elemento adquire dentro da

teoria semiótica de Peirce, pois se por um lado para ele sempre ficou claro que o signo necessariamente se relaciona a uma mente, por outro lado, o seu sistema semiótico prescinde da necessidade de um intérprete. De fato, uma das características do signo é sua capacidade para gerar ou determinar um interpretante, capacidade que depende unicamente dele e não do intérprete. No artigo titulado *Pragmatism* de 1907, o qual representa um estágio avançado de desenvolvimento da sua teoria semiótica, Peirce analisa quais as características fundamentais do signo com o objetivo de construir uma definição que fosse uma expressão da natureza essencial do signo, assim como um zoólogo daria a definição de um peixe ou um químico a de um corpo gorduroso; o que Peirce procura é uma definição científica do signo. A opinião comum é que um signo está relacionado a duas mentes ou teatros da consciência, um dos quais é a mente ativa ou emissor do signo (*utterer*), e a outra, a mente passiva ou intérprete do signo. Porém, a existência de signos sem emissor nem intérprete provaria que tais elementos não são essenciais para a semiose²². Peirce menciona os seguintes exemplos de signos sem emissor nem intérprete:

[...] when signs without utterers are often employed? I mean such signs as symptoms of disease, signs of the weather, groups of experiences serving as premisses, etc. Signs without interpreters less manifestly, but perhaps not less certainly, exist. Let the cards for a Jacquard loom²³ be prepared and inserted, so that the loom shall weave a picture. Are not those cards signs? They convey intelligence,- intelligence that, considering its spirit and pictorial effect, cannot otherwise be conveyed. Yet the woven pictures may take fire and be consumed before anybody sees them. [...] So the books of a bank may furnish a complete account of the state of the bank. It remains only to draw up a balance sheet. But if this be not done, while the sign is complete, the human interpreter is wanting. (PEIRCE, 1998, p. 404)

Sobre este ponto, Peirce faz uma distinção sutil entre essencialidade e atributos característicos de algo: que haja signos sem intérprete nem emissor é um indício que tais elementos não são essenciais ao signo, ainda que sejam característicos dele. Este problema é solucionado por Peirce introduzindo a ideia de que cada signo possui um quesito ou ingrediente tanto do intérprete como do emissor, ingrediente que não somente seria mais essencial ao signo do que os próprios intérprete e emissor, mas também seria mais

²² De fato, Peirce faz antes uma demonstração matemática: que não haja acesso direto ao objeto do signo significa que há uma série sucessiva e infinita de signos intermediários, assim como há uma série infinita de signos que interpretam os signos precedentes. Se isto é verdade, então haveria uma coleção infinita de emissores e intérpretes relacionados ao objeto e ao interpretante respectivamente. Porém, indubitavelmente há casos em que os conjuntos de emissores e intérpretes não são infinitos e, portanto, existiriam signos que não estão relacionados a tais elementos: “Now it is undeniably conceivable that a beginningless series of successive utterers should all do their work in a brief interval of time, and that so should an endless series of interpreters. Still, it is not likely to be denied that, in some cases, neither the series of utterers nor that of interpreters forms an infinite collection. When this is the case, there must be a sign without an utterer and a sign without an interpreter” (PEIRCE, 1998, p. 403-404).

²³ Máquina inventada pelo francês Joseph-Marie Jacquard em 1804-5, que permitia a tecelagem automática de desenhos complexos mediante o uso de cartões perfurados.

característico dele. Para encontrar o quesito ou ingrediente essencial do emissor no signo, Peirce analisa uma série de casos que demonstram que o emissor constrói ou emite o signo em relação a um objeto implícito, o qual o intérprete está apto a reconhecer pela experiência colateral. Em outras palavras, há casos em que o significado total de um signo depende da observação colateral do emissor. Assim, por exemplo, há três homens numa sala, dois deles sentados comodamente em poltronas de couro e fumando charutos, enquanto o terceiro lê um jornal apoiado na janela, todos em silêncio. De repente, aquele que lê o jornal diz “Que fogo terrível!”, e tudo volta a ficar em silêncio, pois os seus companheiros estão com muita preguiça para dizer alguma coisa. Aqui o significado do signo depende totalmente da observação colateral do emissor, pois um deles pode muito bem concluir que aquele que falou está olhando pela janela e, portanto, há um incêndio acontecendo pelas redondezas, enquanto o outro pode interpretar a frase no sentido de que o seu companheiro, ao ler o jornal, ficou sabendo de alguma catástrofe que ocorreu em algum lugar do país ou do planeta. Este exemplo permite concluir que o ingrediente essencial do emissor no signo é o objeto, o qual é inexpresso pelo signo e que pode ser dividido em dois tipos:

It is now easy to see that the *requaesitum* which we have been seeking is simply that which the sign “stands for”, or the idea of that which it is calculated to awaken. We now have a clearer idea of the *requaesitum* than we had, at first, of the “object of the sign”. [...]

This *requaesitum* I term the *Object* of the sign;- the *immediate* object, if it be the idea which the sign is built upon, the *real* object, if it be that real thing or circumstance upon which that idea is founded, as on bedrock. (*Ibidem*, p. 407)

O objeto é o requisito do emissor no signo porque é aquilo “[...] by which the sign is essentially determined in its significant characters in the mind of its utterer” (*Ibidem*, p. 409). Da mesma forma, o quesito ou ingrediente essencial do intérprete no signo é o interpretante, com uma diferença significativa: enquanto a classificação do objeto distingue dois tipos, a do interpretante distingue três, a tríade dos interpretantes emocional, energético e lógico:

Corresponding to it [i.e., ao objeto] there is something which the sign in its significant function essentially determines in its interpreter. I term it the “interpretant” of the sign. In all cases, it includes feelings; for there must, at least, be a sense of comprehending the meaning of the sign. If it includes more than mere feeling, it must evoke some kind of effort. It may include something besides, which, for the present, may be vaguely called “thought”. I term these three kinds of interpretant the “emotional”, the “energetic”, and the “logical” interpretants. (*Ibidem*, *loc. cit.*)

Peirce ainda esclarece que se não houver um intérprete para o signo, o seu interpretante estaria constituído por um “seria” (*would be* em inglês), isto é, aquilo que seria determinado no intérprete, se houvesse um.

Uma vez identificados os elementos essenciais que compõem o signo, Peirce se sente apto para enunciar uma definição científica do signo, aquela que foi citada como o passo número quatro da prova do pragmatismo fundamentada na teoria semiótica, e que relaciona de forma indissolúvel o signo ao objeto e ao interpretante, pois essa definição caracteriza o signo como um mediador que é determinado pelo objeto relativamente ao interpretante, enquanto simultaneamente determina um interpretante que se refere ao objeto. Dessa forma, haveria uma relação de correspondência entre objeto e interpretante e, portanto, entre os tipos de objetos e os tipos de interpretantes. Mas, aqui acontece uma falha: enquanto o interpretante emocional corresponde ao objeto imediato, e o interpretante energético ao objeto real ou dinâmico, para o interpretante lógico não há objeto para a correspondência. A explicação desta desigualdade seria a de que o objeto do interpretante lógico se encontra no futuro, e não em qualquer futuro senão unicamente no condicional:

This defect of correspondence between object and interpretant must be rooted in the essential difference there is between the nature of an object and that of an interpretant; which difference is that the former antecedes, while the latter succeeds the sign. The logical interpretant must, therefore, be in a relatively future tense.

To this may be added the consideration that it is not all signs that have logical interpretants, but only intellectual concepts and the like; and these are all either general or intimately connected with generals, as it seems to me. This shows that the species of future tense of the logical interpretant is that of the conditional mood, the “*would be*”. (*Ibidem*, p. 410)

Palavras como átomo ou política são exemplos de signos que possuem interpretantes lógicos, pois ambos os signos são conceitos intelectuais. De fato, praticamente qualquer palavra de qualquer linguagem é um signo com um interpretante lógico, já que são regras de ação, isto é, hábitos interpretativos que expressam ações futuras no modo condicional: “Se quebro o núcleo de um átomo com máquinas e procedimentos adequados, uma enorme quantidade de energia será gerada”. Esses tipo de signos são conceitos intelectuais e, portanto, pertencem à esfera da terceira categoria, o universo das leis, normas, hábitos, etc., daí que possuam interpretantes lógicos, sendo exatamente o mesmo motivo pelo qual signos como pegadas de animais ou pinturas abstratas não tenham interpretantes lógicos, pois tais signos pertencem às esferas da segunda e primeira categorias.

Uma vez que os requisitos essenciais do signo são o objeto e o interpretante, e que tanto o emissor como o intérprete não são essenciais ao signo, mas sim característicos dele, a definição científica daquilo que funciona como signo contradiz a noção popular que prioriza, sobretudo, a sua função como um meio de comunicação entre um emissor e um receptor. Porém, as coisas não parecem ser tão simples assim, como o demonstra o seguinte trecho de uma carta de 1908 de Peirce a Lady Welby:

I define a Sign as anything which is so determined by something else, called its Object, and so determines an effect upon a person, which effect I call its Interpretant, that the latter is thereby mediately determined by the former. My insertion of “upon a person” is a sop to Cerberus, because I despair of making my own broader conception understood. (*Ibidem*, p. 478)

O tal bocado de pão ou compensação para Cérbero se tornou célebre no âmbito dos estudos semióticos, pois tal metáfora indica um problema que Peirce considerava complexo e cuja solução era audaciosa para a época. O pão para Cérbero pode significar uma concessão que é ao mesmo tempo uma vantagem e desvantagem, pois o termo “pessoa”, por ser de mais fácil compreensão podia ser entendido por um número maior de gente, mas isso em detrimento da exata expressão daquilo que Peirce queria dizer, pois um enunciado científico seria mais exato, porém compreendido por um número menor de pessoas. Quiçá a seguinte definição de signo é mais fiel aos propósitos científicos de Peirce, a qual se encontra numa carta de 1909 a William James:

A Sign is a Cognizable that, on the one hand, is so determined (i.e., specialized, *bestimmt*.) by something *other than itself*, called its Object [...], while, on the other hand, it so determines some actual or potential Mind, the determination whereof I term the Interpretant created by the Sign, that that Interpreting Mind is therein determined mediately by the Object. (*Ibidem*, p. 492)

Seguindo essa linha de raciocínio, talvez seja lícito interpretar a metáfora do pão para Cérbero no sentido de que a palavra pessoa é uma concessão que se dá em troca de uma maior compreensão, porém limitando assim o significado ou a extensão lógica que o termo adequado poderia oferecer, como é o caso da palavra Mente, termo muito mais complexo e abstrato do que a palavra “pessoa”, e portanto de mais ampla significação. De fato, na teoria semiótica de Peirce parece inadequado falar de um intérprete, sendo que o correto seria falar de uma Mente interpretante, conceito mais abrangente que o primeiro e que representa um dos aspectos mais inovadores da filosofia de Peirce.

Os resultados parciais desta pesquisa indicam que Peirce sempre considerou necessária a relação do signo com uma mente interpretante para que o primeiro possa cumprir a função de representar o objeto. Nos artigos da série cognitiva, onde Peirce questiona a tese cartesiana da intuição e fundamenta uma nova lógica e epistemologia na inferência, o signo é analisado nos seus fundamentos, os quais seriam as três propriedades do signo, a qualidade material, a aplicação demonstrativa pura e a função representativa. As duas primeiras propriedades pertencem ao signo em si mesmo, enquanto que a terceira propriedade só existe em relação a três referências: o signo é um signo para algum pensamento, por algum objeto e nalguma qualidade. Tudo isto indicaria que só existe representação e, portanto, só há signo quando essas três referências estão presentes; as propriedades da qualidade material e da aplicação

demonstrativa pura, quando presentes, só podem constituir um signo em potência e não em ato. Com base nesses argumentos e em outros que não serão mencionados, Peirce chega à seguinte definição da realidade da mente: a mente é um signo desenvolvendo-se de acordo com as leis da inferência.

Numa época posterior, o conceito de mente voltaria a ser utilizado dentro do campo mais amplo da sua filosofia como um todo, etapa que marca o início da época madura do pensamento de Peirce. Na série de artigos de 1891-1892 conhecidos como *The Monist Metaphysical Series*, o conceito de mente se tornaria o centro de afirmações ousadas para a época, como por exemplo, de que a matéria é nada menos que a mente no seu estado atrofiado ou exausto, uma mente enrijecida pelo hábito e que perdeu grande parte da sua espontaneidade natural. A lei da mente seria a de que ideias tendem a propagar-se e afetar outras ideias, o que ocasiona uma perda de intensidade, porém ganhando mais generalidade e ficando unidas a outras ideias. Esta linha de pensamento foi batizada por Peirce como idealismo objetivo, tópico que foi mencionado na introdução deste trabalho.

Todavia, parece que a melhor resposta de Peirce ao problema da Mente interpretante foi a classificação dos interpretantes comunicacionais, os quais estão explicitamente relacionados com o emissor e o intérprete do signo. Esta classificação surgiu numa época em que Peirce definia o signo como um meio de comunicação da Forma do objeto ao interpretante. É neste contexto que surgiu o conceito inovador da *commens*, aquela mente comunitária em que as mentes do emissor e do intérprete têm que se fundir para que aconteça qualquer tipo de comunicação entre eles. Eis como Peirce apresenta a classificação dos interpretantes comunicacionais numa carta de 1906 a Lady Welby:

There is the *Intentional* Interpretant, which is a determination of the mind of the utterer; the *Effectual* Interpretant, which is a determination of the mind of the interpreter; and the *Communicational* Interpretant, or say the *Cominterpretant*, which is a determination of that mind into which the minds of utterer and interpreter have to be fused in order that any communication should take place. This mind may be called the *commens*. It consist of all that is, and must be, well understood between utterer and interpreter, at the outset, in order that the sign in question should fulfill its function. (*Ibidem*, p. 478)

Já que o requisito do signo é o objeto (o ingrediente do emissor no signo), aquela Forma transmitida do objeto ao interpretante é uma determinação do objeto dinâmico que se encontra nessa mente compartilhada, objeto que não está fora da mente que interpreta o signo, mas que força e se faz presente à percepção:

Thus the Form conveyed is always a determination of the dynamical object of the *commind*. By the way, the dynamical object does not mean something out of the mind. It means something forced upon the mind in perception, but

including more than perception reveals. It is an object of actual *Experience*. (*Ibidem, loc. cit.*)

Se o signo só pode cumprir a sua função comunicativa quando as mentes do emissor e do intérprete se fusionam à mente da *commens*, isso não é indício da necessidade tanto de um intérprete como de um emissor na semiose? Neste ponto surgem outros problemas, pois num rascunho do artigo *The basis of Pragmaticism in the Normative Sciences*, que iria ser publicado na revista *The Monist* e escrito poucos meses antes da referida carta a Lady Welby, Peirce nega explicitamente a necessidade de duas mentes conectadas pela ação do signo, e introduz um termo novo, a quase-mente (*quasi-mind* em inglês, onde *quasi* é uma palavra latina que indica semelhança ou aparência, algo que possui algumas das características de outra coisa). Esta quase-mente seria a única mente indispensável ao signo:

Is this new scientific concept of a Sign not to recognize the connection of every sign with two minds? The proper reply would first point out that two separate minds are not requisite for the operation of a sign. Thus the premisses of an argument are a sign of the truth of the conclusion; yet it is essential to argument that the same mind that thinks the conclusion *as such* should also think the premisses. Indeed, two minds in communication are, in so far, “at one”, that is, are properly one mind in that part of them. That being understood, the answer to the question will go on to recognize that every sign,- or, at any rate, nearly every one,- is a determination of something of the general nature of a mind, which we may call the “quasi-mind”. (*Ibidem, p. 389*)

Mas em outro rascunho para o mesmo artigo, Peirce parece entrar em contradição ao afirmar que a Forma comunicada precisa de no mínimo duas mentes capazes de receberem a determinação dessa Forma:

For the purpose of this inquiry a Sign may be defined as a Medium for the communication of a Form. It is not logically necessary that anything possessing consciousness, that is, feeling of the peculiar common quality of all our feeling, should be concerned. But it is necessary that there should be two, if not three, *quasi-minds*, meaning things capable of varied determination as to forms of the kind communicated. (*Ibidem, p. 544*)

Aparentemente há uma contradição entre esses dois trechos, situação que se torna ainda mais nebulosa ao considerar a relação entre os termos *quasi-mind* e *commens*. Esses signos representam conceitos diferentes? Ou a palavra *commens* é a evolução do conceito representado pelo termo *quasi-mind*, já que ambos surgem no mesmo contexto da análise comunicativa do signo e estão separados por um curto lapso de tempo? Além de tudo isto, no mesmo rascunho surge outro conceito relacionado ao da quase-mente, o signo perfeito, o qual é identificado com a quase-mente. Como se pode observar são muitas as dificuldades que surgem ao analisar o papel do intérprete na semiose e a sua relação com o interpretante, pois aparentemente há contradições inerentes à teoria, sem esquecer o fato de que os estudos dedicados a este assunto são poucos. Possivelmente o fato do próprio Peirce negar

explicitamente a necessidade de um intérprete na semiose tenha influenciado neste descaso para com este problema. Contudo, não será válido contradizer Peirce utilizando alguns dos seus próprios argumentos e conceitos, e afirmar que cada signo pressupõe um intérprete e um emissor ideais ou perfeitos para que o mesmo possa existir enquanto signo? Esta é uma questão que não estava prevista nos objetivos de nossa pesquisa e que surgiu ao longo dela, como já foi mencionado, portanto ela não será desenvolvida aqui.

Terminamos esta seção com o trecho onde Peirce explica o que é um signo perfeito. Essa citação é longa, daí que tivemos algumas dúvidas sobre a sua inclusão nesta dissertação, todavia dois motivos nos fazem decidir pela inclusão. Em primeiro lugar, já se mencionou que os trabalhos sobre o papel e função do intérprete na teoria semiótica de Peirce são poucos, portanto cada indício ou informação nova podem ser úteis para aumentar o conhecimento dessa questão, a qual aparentemente precisa de esclarecimento, devido a possíveis contradições no interior da própria teoria. Em segundo lugar, essa citação vale a pena ser lida e analisada porque representa uma descrição acurada da vida orgânica do signo, uma verdadeira biologia da semiose. Ela é bela a seu modo, e pode ser que nela estejam indicadas as veredas da futura compreensão do signo e das linguagens enquanto entes complexos e com vida própria.

Consider then the aggregate formed by a sign and all the signs which its occurrence carries with it. This aggregate will itself be a sign; and we may call it a *perfect* sign, in the sense that it involves the present existence of no other sign except such as are ingredients of itself. Now no perfect sign is in a statical condition: you might as well suppose a portion of matter to remain at rest during a thousandth of a second, or any other long interval of time. The only signs which are tolerably fixed are non-existent abstractions. We cannot deny that such a sign is real; only its mode of reality is not that active kind which we call existence. The existent acts, and whatsoever acts changes...

Every real ingredient of the perfect sign is aging, its energy of action upon the interpretant is running low, its sharp edges are wearing down, its outlines becoming more indefinite.

On the other hand, the perfect sign is perpetually being acted upon by its object, from which it is perpetually receiving the accretions of new signs, which bring it fresh energy, and also kindle energy that it already had, but which had lain dormant.

In addition, the perfect sign never ceases to undergo changes of the kind we rather drolly call *spontaneous*, that is, they happen *sua sponte* but not by *its* will. They are phenomena of growth.

Such perfect sign is a quasi-mind. It is the sheet of assertion of Existential Graphs...

This quasi-mind is an object which from whatever standpoint it be examined, must evidently have, like anything else, its special qualities of susceptibility to determination. Moreover, the determinations come as events each one once for all and never again. Furthermore, it must have its rules or laws, the more special ones variable, others invariable. (*Ibidem*, p. 545)

CONCLUSÃO

Nossa pesquisa a respeito da relação entre o interpretante e a inferência no processo da semiose obteve como resultados certas proposições que pretendem funcionar como normas e leis que regem a vida do signo em qualquer das suas manifestações, portanto sustentando as bases de funcionamento de qualquer tipo de linguagem; contudo, são apenas simples hipóteses que teriam que serem testadas pela experiência.

A primeira destas proposições se refere a um dos modos de ser de tudo aquilo que existe, e que seria o material primordial do signo:

*Tudo o que existe emite sinais*²⁴.

Um dos corolários dessa hipótese seria: “Os sinais podem ser transformados num signo cujos elementos constitutivos imprescindíveis são o representamem, o objeto e o interpretante”²⁵. Outro corolário seria: “Todo objeto existe previamente ao signo no seu respectivo universo”.

Nessas bases pode-se formular a seguinte definição do processo de representação de qualquer objeto por qualquer signo em qualquer interpretante:

*A representação é a forma ordenada de um processo lógico que acontece na relação entre os três elementos do signo*²⁶.

Essa proposição define, portanto, a ação do signo ou semiose, a qual só pode vir à existência pelo intermédio de três processos simultâneos que dariam origem a três tipos gerais de realidades ou universos, os quais, por sua vez, ocasionariam três tipos gerais de signos. Aquilo que dá início a este processo é a ação lógica do objeto, isto é, a semiose se inicia pela causação lógica. Esses elementos entrelaçados estão expostos no seguinte diagrama:

	<u>Os três processos simultâneos da representação</u>	<u>As três dimensões ou ordens da representação</u>	<u>Os três tipos de reações da mente interpretante à realidade</u>
REPRESENTAMEM →	- Processo de significação ou representação.	- A dimensão emocional: Universo dos Possíveis.	- Sentimentos ou impressões.
OBJETO →	- Processo de objetivação.	- A dimensão temporal: Universo dos Existentes.	- Reações energéticas.
INTERPRETANTE →	- Processo de interpretação.	- A dimensão lógica: Universo dos Necessitantes.	- Pensamentos.

²⁴ Versão alternativa: *Tudo o que é emite sinais*.

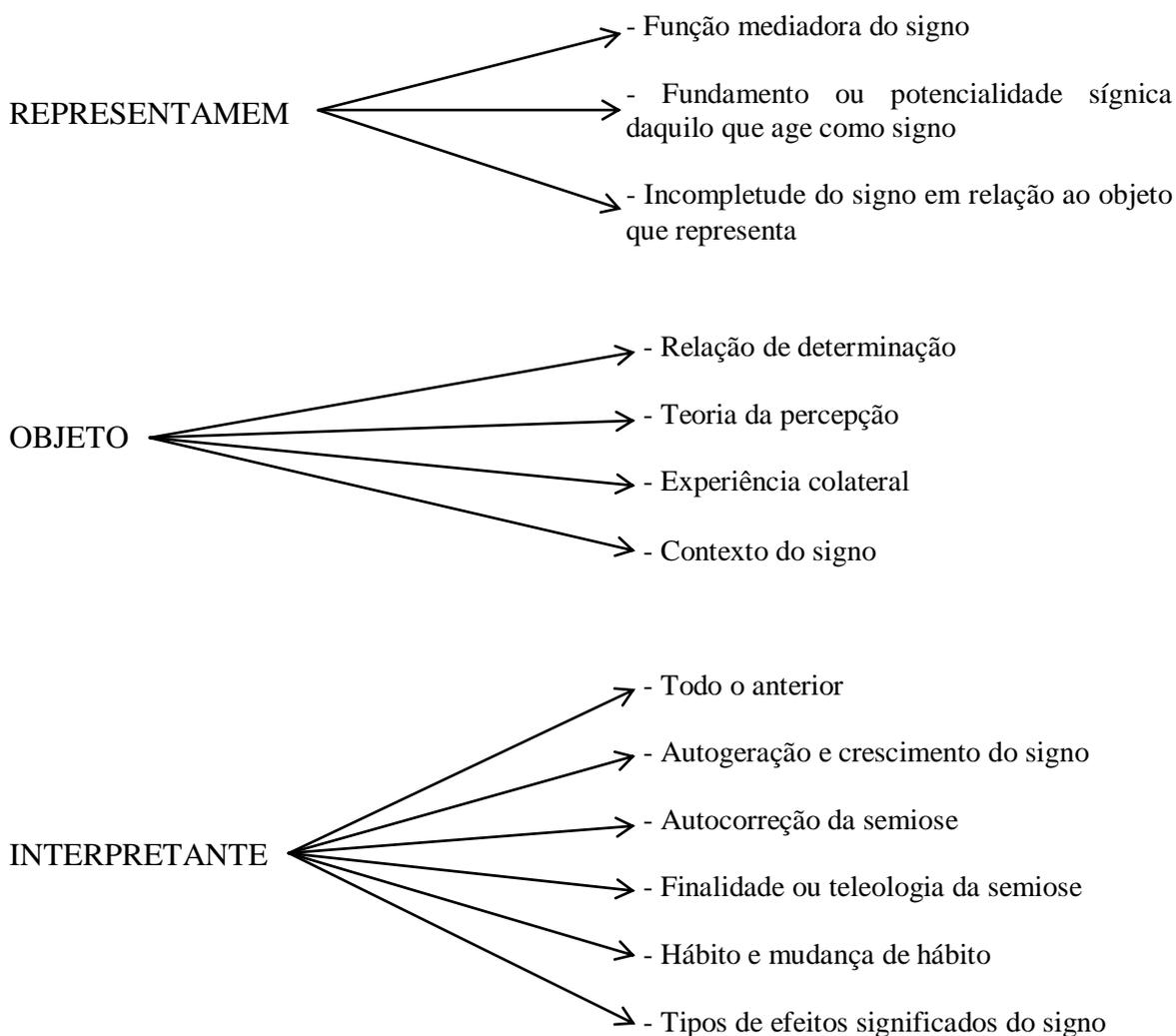
²⁵ Versão alternativa: “Os sinais podem ser transformados num signo que sempre é de natureza tripartite”.

²⁶ Esta maneira de conceber a representação está fundamentada no conceito de causação lógica, de Santaella.

Que a semiose se inicie pela causação lógica significa que o signo é um produto da causação lógica. Sendo assim, talvez se possa definir o signo ontologicamente da seguinte maneira:

O signo existe como um ente lógico²⁷.

A visão tripartite e dinâmica da semiose pressupõe uma série de fundamentos e conceitos relacionados a cada um dos três elementos do signo, os quais podem ser esquematizados no seguinte diagrama:



As principais características e fundamentos gerais do interpretante são:

- Todo interpretante é um signo.
- Interpretar implica em traduzir um signo em outro signo que explique o primeiro.

²⁷ Versões alternativas: *O signo é um ente lógico* ou *O ser do signo consiste em existir como um ente lógico*.

- Não há conhecimento sem interpretação, porque todo conhecimento só se conhece quando interpretado num conhecimento posterior.
- É a natureza sgnica do interpretante que permite a ao da representação (ou semiose), a autogeração, o crescimento e a autocorreção do signo.
- O desenvolvimento do signo e, portanto, o crescimento e a continuidade do conhecimento, tendem potencialmente ao infinito devido à natureza sgnica do interpretante.
- As bases lógicas do interpretante residem no conceito de causação lógica.
- O interpretante é o resultado objetivo da causação lógica, portanto não se confunde com o intérprete particular e concreto.
- O interpretante é o elemento da representação que possibilita a autogeração, crescimento e autocorreção da semiose.
- Os processos de significação e objetivação são níveis pré-lógicos que possibilitam que o interpretante se desenvolva na ordem lógica.
- O objeto dinâmico e o objeto imediato são condições pressupostas para a interpretação de qualquer signo.
- A mente interpretante interpreta três tipos gerais de signos-interpretantes: sentimentos, reações energéticas e pensamentos, os quais se apresentam misturados na mente que os interpreta.

A inferência possui entre os seus fundamentos o conceito matemático do *continuum*, que se manifesta no fato de que cada conclusão é a premissa de uma inferência subsequente, o que potencialmente implica numa progressão ao infinito, e que cada premissa é a conclusão de uma inferência anterior, o que implicaria uma regressão ao infinito. Eis como pode ser definido um de seus tipos, a inferência válida ou silogismo:

A inferência válida é um processo cognitivo que surge dos fatos externos.

Outra característica do silogismo é que este processo cognitivo pressupõe uma relação de verdade entre o fato inferido na conclusão e o fato ou fatos colocados nas premissas: a conclusão é sempre ou geralmente verdadeira unicamente quando as premissas são verdadeiras. Estes são os fundamentos das leis da inferência válida, que podem ser expressos assim:

As leis do silogismo

- 1) A verdade de uma inferência depende da verdade das suas premissas.

2) A verdade das premissas depende dos fatos externos, isto é, da realidade.

3) A verdade da realidade depende da opinião da comunidade.

A terceira lei é uma manifestação do princípio social intrinsecamente enraizado na lógica.

O signo adquire a função representativa pela inferência, pois a condição primordial para que o signo seja considerado como tal é que a sua presença se manifeste mediante qualidades das quais se pode inferir um objeto, processo que Peirce esquematizou assim:

The sign is such and such;

. . . The sign is that thing.

A conclusão deste silogismo foi reformulada por Peirce em termos semióticos:

The sign is almost (is representative of) that thing²⁸.

É nessas bases que se pode afirmar que o signo é o resultado da inferência, e portanto se desenvolve segundo as leis da inferência. Um corolário dessa conclusão seria “Todo e qualquer signo representa um objeto”.

Sendo assim, o *continuum* também se manifesta na ação do signo, em primeiro lugar pelo fato de que não há acesso direto ao objeto do signo, o que implica uma regressão potencialmente infinita de signos; em segundo lugar, pelo fato de que cada signo é interpretado num signo subsequente, o que implica uma progressão potencialmente infinita de signos-interpretantes.

As leis da ação do signo fundamentadas na inferência são três, e podem ser formuladas assim:

A ação do signo segundo as leis da inferência

1) Cada signo é interpretado noutro signo subsequente.

2) O signo subsequente denota o mesmo objeto que o signo anterior denota.

3) Cada signo está unido ao seu objeto mediante uma qualidade.

O objetivo principal desta dissertação foi a de investigar a relação entre inferência e interpretante do signo na teoria semiótica de Charles S. Peirce, e os resultados parecem demonstrar que a análise desses elementos, dentro dessa teoria, é na verdade a descrição do surgimento e modo de vida do signo, uma visão orgânica do âmago desse ente pelo qual tudo

²⁸ PEIRCE, 1992, p. 51.

se manifesta e pelo qual as coisas são conhecidas. Que não haja acesso direto ao objeto do signo é algo que Aristóteles manifestava com palavras mais singelas, porém mais diretas: não é a árvore nem a pedra que estão na *psique*, mas apenas as imagens deles, isto é, *seus signos*. A intuição, enquanto conhecimento adquirido diretamente do objeto, não existe senão como uma ilusão e aparência de realidade; todo conhecimento é adquirido pela inferência. Assim, pode-se dizer que a pergunta desta pesquisa pode ser respondida afirmando que a causação lógica, causa motora do signo e fundamento lógico do interpretante, tem como objetivo principal determinar mediatamente um signo-interpretante pelo qual se possa inferir um objeto, condição primordial para a existência de qualquer signo. Essa seria a primeira interpretação do signo, o fundamento que possibilitaria todas as outras atividades interpretativas inerentes à semiose e ao interpretante. É dessa forma que o interpretante, sendo o terceiro elemento da relação de representação, transforma-se no primeiro elemento de uma nova relação triádica de representação, pois a inferência transferiu a função representativa do representamem ao interpretante, pelo qual reagimos ante a presença de um signo e dissemos: “este signo representa tal objeto”. E como a inferência tem entre os seus fundamentos o conceito matemático do *continuum*, este processo potencialmente não tem fim: assim como o interpretante se transforma no primeiro elemento de uma nova relação de representação, este, por sua vez, determinará mediatamente outro interpretante que também se transformará no primeiro elemento de uma nova relação de representação, e assim ao infinito. Porém, a realidade é surpreendente e imprevisível, podem aparecer obstáculos que dificultam a causação lógica e, portanto, a função representativa do signo. Aqui a inferência e o interpretante também cumprem papéis complementares na semiose, pois esses obstáculos são resolvidos pela inferência abductiva, na qual se fundamenta o processo autocorretivo possibilitado pelo interpretante lógico, o efeito significado de um signo que não é um signo mas sim um modo de ação, e que estabelece hábitos ao mesmo tempo que permite a mudança (correção) desses hábitos. Estes processos representam o poder de autogeração, crescimento e autocorreção do signo, os quais se fundamentam na ação complementar entre a inferência e o interpretante, entre outras coisas.

É importante lembrar que a inferência, processo sobre o qual se fundamenta a semiose e a ação mental, é a base de sustentação do anticartesianismo de Peirce, e sobre este ponto cabe ressaltar outro resultado importante no que se refere ao papel do interpretante na negação da epistemologia cartesiana fundamentada na intuição. Nos artigos sobre a cognição de 1868-1869, Peirce explica quais seriam as características do cartesianismo, comparando-o com a epistemologia escolástica, quiza para resgatar a importância do método cartesiano no desenvolvimento da ciência no alvorecer da época moderna, quando o resnacimento tomava

conta do pensamento e da arte ocidentais e a era medieval chegava ao seu fim. Entre as características do cartesianismo mencionadas por Peirce, encontra-se a concepção dessa doutrina sobre a certeza e a verdade. Ao contrário da filosofia escolástica, que fundamentava a certeza e a verdade na autoridade dos sábios da Igreja Católica, Descartes fundamentou o teste da certeza na consciência individual, de tal modo que a verdade passou a depender da convicção individual: qualquer coisa da qual alguém esteja convencido, a sua própria convicção o tornava verdadeiro. Este modo de encarar a certeza e a verdade foi um avanço no desenvolvimento epistemológico do ocidente, pois libertou o pensamento e a pesquisa do domínio doutrinário da Igreja Católica, mas acabou por resultar num subjetivismo e individualismo que se opõem à natureza comunitária do ato de conhecer. Dessa maneira, fundamentar o conhecimento na intuição significa fundamentar a certeza do conhecimento e da investigação na consciência individual, o qual resulta numa epistemologia meramente psicológica:

[...] a certeza intuitiva é puramente psicológica e não lógica, sendo, portanto, uma das mais incertas formas de certeza, visto que baseada no sentimento e não no argumento. Ao pressupor uma teoria intuitiva da ação mental, o cartesianismo repousa numa base psicológica. (SANTAELLA, 2004, p. 46)

É neste ponto que a teoria do interpretante pode ser entendida como uma resposta de Peirce ao subjetivismo do método cartesiano, explicando com mais clareza a afirmação de que o intérprete é um elemento dispensável no processo da semiose. Se a clareza cartesiana se fundamenta na convicção individual, Peirce afirma que além dela há mais dois tipos de clareza, dos quais fala num dos artigos da série “Ilustrações da lógica da ciência” de 1877-1878, e que os pesquisadores peirceanos entendem que se trata dos predecessores da classificação dos interpretantes em imediato, dinâmico e final, feita por Peirce na última década da sua vida:

Peirce chegou (nem podia ser diferente) a três graus de clareza das ideias, o último deles sendo aquele que podemos chamar de clareza pragmática. Estavam nascendo aí, como seria reconhecido mais tarde, os três tipos de interpretante (imediato, dinâmico e final), que só seriam desenvolvidos por volta de 1906. (*Ibidem*, p. 74)²⁹

O aspecto psicológico inerente a qualquer interpretação concreta e particular estaria representado pelo interpretante dinâmico, por ser o interpretante que de fato ocorre num ato interpretativo concreto e particular, daí que esse tipo de interpretante seja considerado como o significado psicológico de um signo. É no interpretante dinâmico que a convicção cartesiana pode ser inserida, pois já se viu que esse tipo de certeza é apenas psicológico. Porém, como já dissemos na seção dedicada ao interpretante, qualquer interpretante dinâmico é a atualização

²⁹ Os três graus de clareza das ideias foram mencionados brevemente na seção dedicada à história da máxima pragmática, portanto tal assunto não será tratado aqui.

de alguma parte do interpretante imediato, o qual representa a totalidade de informação e conhecimento acumulado por um signo particular até o momento presente do ato interpretativo; daí que Santaella diga que “O interpretante imediato é a margem de interpretabilidade – a margem de interpretantes dinâmicos possíveis – tal como fixada pela identidade do signo ele mesmo” (2008, p. 76). Sendo assim, a única função de um intérprete concreto e particular seria a de atualizar uma parte da totalidade do conhecimento e informação potencialmente presente num signo, além de fornecer os aspectos psicológicos característicos do interpretante dinâmico. É desse modo que se pode entender a negação de Peirce da necessidade de um intérprete no processo da semiose, já que o realmente necessário na representação é a existência de um conhecimento mínimo sobre o qual fundamentar o ato interpretativo, o intérprete sendo um elemento contingente e eventual, pois qualquer pessoa ou agente interpretativo poderia atualizar uma parte do conhecimento presente potencialmente no signo, sendo que a quantidade de conhecimento que cada intérprete é capaz de atualizar dependeria da experiência colateral do objeto do signo obtida ao longo da sua existência. Assim por exemplo, numa conferência sobre a teoria atômica na física, um espectador que está ali como mero curioso e sem nenhum vínculo com o mundo da pesquisa científica, poderá atualizar um interpretante dinâmico em que as principais representações se relacionem a tudo aquilo que ele sabe sobre esse tópico: a bomba atômica, o ataque a Hiroshima e Nagasaki, a guerra fria, desastres em usinas de energia nuclear, filmes e livros que por acaso tenha conhecido sobre esses eventos, fotografias e notícias de jornal, etc., além de fornecer os aspectos psicológicos, como medo, receio, admiração, talvez a fome que o assalta nesse momento, acrescido do frio do ambiente, enfim, uma variedade de sensações, sentimentos e pensamentos que sempre acompanham cada ato interpretativo concreto. Já o interpretante dinâmico atualizado por algum dos palestrantes ou ouvintes que pertença ao mundo da investigação científica possuirá outras características, entre as quais a da extensão ou amplitude, pois além de ser capaz de atualizar todas as representações listadas acima, poderá relacionar a teoria atômica a uma série de conhecimentos específicos como o seu surgimento na Grécia, a produção de tecnologias baseadas nessa teoria, como produzir energia a partir da quebra do átomo, fórmulas e equações relacionadas a certos fenômenos do mundo atômico, etc., além dos aspectos psicológicos possíveis como admiração intelectual, curiosidade, ceticismo ou convencimento em relação às explicações fornecidas pela teoria atômica, etc. Em qualquer dos casos, seja o intérprete um investigador especializado na área ou um leigo, tudo aquilo que ambos poderão extrair do signo será apenas uma parte do conhecimento acumulado e presente potencialmente no interpretante imediato, acrescido das

particularidades psicológicas pertencentes a cada um desses intérpretes e que se expressam nos seus respectivos interpretantes dinâmicos.

Se o interpretante imediato pode ser considerado como a resposta de Peirce ao subjetivismo intuitivo da epistemologia cartesiana, o interpretante final também representa uma alternativa a outro aspecto do cartesianismo, a sua concepção de investigação científica. Lembremos que o interpretante final é o limite ideal em que um signo poderia representar todos os aspectos do seu objeto, isto é, um conhecimento total e definitivo do objeto. É claro que esse conhecimento total é inatingível, porém o que a teoria do interpretante final evidencia é que conhecer é um processo em que a verdade é provisória e falível, exatamente o contrário da epistemologia cartesiana, que ao formular a teoria da intuição pretendia assim apresentar bases indubitáveis e indemonstráveis para o conhecimento, já que a intuição significa essa imediaticidade ou contato direto com o objeto que traz conhecimento certo, indemonstrável e infalível, estabelecendo assim um método científico que teria como objetivo atingir verdades incontestáveis e eternas. É interessante notar que tanto o método científico de Descartes como o de Peirce começam com a dúvida, mas enquanto no primeiro se trata de uma dúvida pretensamente universal e absoluta, em Peirce a dúvida surge como um fato bruto que interrompe um modo de ação habitual. Peirce negava que o conhecimento pudesse partir da dúvida universal, como se alguém pudesse passar a duvidar de tudo simplesmente pelo mero fato de dizer que está duvidando, já que o estado de dúvida genuína não pode ser propositalmente causado ou sentido³⁰, além do que a dúvida completa é impossível psicologicamente. Sendo assim, a dúvida surge quando uma determinada crença que guiava nossas ações em determinadas situações começa a falhar, tornando nossos atos erráticos e originando um estado de surpresa, mal estar e irritação. É desse modo que a dúvida nos força a agir, pois nos impele a sair do estado confortável em que tudo era previsível e indubitável para encontrar alguma solução ao problema que causa essa interrupção do habitual, até chegar a uma nova crença que servirá como o novo guia para nossas ações, restabelecendo novamente essa previsibilidade própria do hábito que traz conforto e segurança. Desse modo surge uma das imagens e definições da ação científica proposta por Peirce, já que investigar seria a luta pela obtenção de uma nova crença que restabeleça um estado confortável que foi interrompido por um fato desconhecido ou surpreendente. É nestas bases que se pode afirmar que o objetivo do método científico de Peirce é o de atingir uma nova crença que nos liberte da irritação e desconforto causado pela dúvida, e não o de chegar a verdades incontestáveis e

³⁰ Assim como fez Peirce, nós achamos importante lembrar que a dúvida cartesiana foi uma resposta à filosofia escolástica, em que os fundamentos eram dogmas sagrados que não podiam ser questionados e postos em dúvida, com o risco de tornar-se um herege e acabar na prisão ou no túmulo se assim se fizesse, não sem antes ter passado por uma série de torturas físicas e psicológicas.

eternas, tal como pretendia Descartes com o seu método fundamentado na intuição, já que em algum momento do decorrer do tempo, essa crença será novamente contestada e posta em dúvida por algum fato não previsto, causando outra vez esse desconforto que nos força a agir com o objetivo de encontrar uma nova crença que traga previsibilidade e sossego, e assim indefinidamente. Essa é justamente uma das principais características do modelo de investigação proposto por Peirce: tal modelo cognitivo só proporciona resultados que sempre são provisórios e falíveis, pois entre os seus fundamentos se encontra a aceitação da existência do imprevisível e dos fatos brutos, além de admitir que o objeto é passível de um conhecimento infinito e inacabável que o signo é incapaz de representar. É esse processo potencialmente infinito do conhecimento que o conceito de interpretante final tenta captar com a metáfora do signo que poderia representar a totalidade da multiplicidade do seu objeto, isto é, o limite ideal, porém inatingível, do conhecimento total e definitivo do objeto.

Mas a luta pela obtenção de uma crença nova é apenas a primeira parte do processo autocorretivo dos hábitos; a fixação dessa nova crença é também fundamental nesse processo, pois é essa fixação que torna uma determinada série de ações num hábito de ação. A este respeito, dois pontos merecem ser mencionados. Em primeiro lugar, a descrição da crença como um hábito de ação autocorretivo nos remete à teoria do interpretante lógico e sua divisão em três fases (formulação de conjeturas, modificação e generalização dessas conjeturas, e experimentação das conjeturas generalizadas), tal como exposto na seção dedicada a esse tópico, já que esse tipo de interpretante está relacionado aos conceitos de hábito e mudança de hábito, além de remeter à concepção peirceana de investigação científica, pois as fases do interpretante lógico se identificam com o processo de investigação, onde a inferência também cumpre um papel importante, pois os seus três tipos de raciocínio (abdução-dedução-indução) seriam os fundamentos do método científico. É o silogismo conhecido com abdução (tal como foi rebatizada a hipótese) que abrigaria um dos elementos mais naturais no ser humano, o poder do instinto, o qual se assemelharia em algo à intuição cartesiana, tema que foi desenvolvido por Peirce no final da sua vida. Tudo isto indicaria que assim como a teoria dos interpretantes imediato-dinâmico-final é uma resposta de Peirce ao cartesianismo da ciência da sua época, a teoria do interpretante lógico e os três tipos de inferências como bases do método científico seriam também desdobramentos e consequências da negação da intuição como base do conhecimento.

Em segundo lugar, a concepção da fixação da crença traz à tona outra importante diferença entre o método investigativo de Descartes e o de Peirce, o aspecto comunitário ou social do conhecimento:

Mas qual é o objetivo do método da ciência? Apenas nos livrar da irritação da dúvida? Sim, esse é um objetivo, mas apenas o mais imediato. Além dele, motivado pelo impulso social, está exatamente a fixação da crença, isto é, a aceitação pública do resultado a que se chega numa dada investigação ou aquilo que Peirce chamava de opinião final. (SANTAELLA, 2004, p. 73)

Esse impulso social mencionado na citação anterior representa o princípio social ou comunitário intrinsecamente enraizado na lógica, o qual foi mencionado na seção dedicada à negação peirceana da sensação como intuição. Tal princípio social se manifesta tanto no interpretante imediato como no final, rejeitando assim a certeza subjetiva fundamentada na intuição e a noção de verdade resultante desse processo, pois o interpretante imediato, ao ser o conjunto total do conhecimento acumulado ao longo do tempo sobre determinado objeto, não é apanágio de um indivíduo, poder-se-i-a dizer que tal conhecimento pertence à comunidade como um todo; sendo assim, e retomando o exemplo da teoria atômica, tudo aquilo que se sabe sobre o átomo e que está armazenado em livros, cd's, revistas, vídeos, artigos, etc., sem esquecer os cérebros das pessoas, é claro, pertence à humanidade como um todo e não apenas a um sujeito ou grupo de sujeitos. Do mesmo modo, o princípio social enraizado no interpretante final rejeita o subjetivismo da noção cartesiana de verdade, ao afirmar que a verdade depende da aceitação pública e não do mero convencimento individual, e que ela é provisória e falível, pois cedo ou tarde fatos novos e imprevisíveis modificarão a verdade até então aceita, mudando assim a opinião da comunidade. Desse modo, pode-se ter certeza que no futuro surgirão novas teorias que contestarão a noção de átomo que temos na atualidade, modificando assim o conhecimento acumulado sobre esse elemento e mudando nossas opiniões.

Diante de tudo o anterior, pode-se afirmar que entre os principais resultados relacionados ao objetivo de nossa pesquisa, encontra-se o da compreensão dos papéis que a inferência e o interpretante cumprem na postulação de uma nova epistemologia que surgiu como contestação ao modelo cartesiano de investigação, a inferência funcionando como fundamento do conhecimento e do método científico, substituindo assim a intuição, e o interpretante rejeitando o subjetivismo presente nas noções de certeza e verdade do método cartesiano. Aqui cabe ressaltar algo importante: tanto o tema do anticartesianismo de Peirce como o seu método científico não foram motivo de investigação e análise neste trabalho, ainda que sejam fundamentais para a compreensão tanto da inferência como do interpretante, pois, além da falta de tempo, ambos os temas não se relacionam diretamente ao objetivo de nossa pesquisa, que é a de compreender qual a interação entre a inferência e o interpretante no processo semiótico esquematizado por Peirce.

Observe-se que neste ponto da pesquisa deveria vir a parte mais interessante e produtiva, que seria a confrontação e discussão dos resultados obtidos com outras pesquisas sobre o mesmo assunto. Mas, por ser curto o tempo da pesquisa, essa etapa de amadurecimento e aperfeiçoamento dos resultados ficará para outra ocasião. Assim, o que propomos fazer agora é comentar brevemente alguns dos resultados obtidos para esclarecer possíveis mal entendidos.

A primeira proposição enunciada no início desta conclusão afirma que “tudo o que existe emite sinais”, e daí que se afirme também que os sinais são a matéria prima do signo. Observe-se que não se deve tomar essa proposição no sentido de uma ação voluntária e consciente, como se as coisas emitissem sinais propositadamente. Assim, na pedra não existe a intenção de emitir sinais, porém há uma multiplicidade de sinais na pedra, como a forma, cor, tamanho, cheiro, peso, etc., que são captadas pela percepção e das quais se pode formar o signo que representa essa pedra; portanto, os sinais seriam a manifestação do ser ou da existência do objeto, sinais cuja origem se deve ao fato da mera existência do objeto. Assim, a proposição de que “tudo o que existe emite sinais” tem o seu correlato na afirmação de que tudo o que existe é cognoscível. Dessa forma, a realidade estaria formada por uma infinidade de sinais dos quais apenas uma pequena parte é conhecida de acordo com as características peculiares da percepção. A baleia pode captar sonidos emitidos por outras baleias que são inaudíveis para os humanos, o que lhes permite comunicar-se entre si. O golfinho pode captar a corrente eletromagnética que rodeia a esfera terrestre e que nós humanos não podemos perceber, o que lhe permite orientar-se na imensidão do mar. O morcego é cego mas tem aparelhos auditivos que lhe permitem captar rapidamente sinais sonoros dos quais pode formar um mapa do espaço que lhe rodeia, e assim pode movimentar-se sem bater em nada. Dessa forma, pode-se afirmar que a percepção é o elo de união entre a realidade e a mente interpretante.

A definição ontológica do signo indica que o ser do signo consiste em existir como um ente lógico. Há dificuldades quando se trata de expressar a essência ou substância das coisas, já que tudo o que existe possui uma variedade infindável de atributos, e aqui se trata de encontrar aquele atributo que faz com que algo seja precisamente esse algo e não outro, uma propriedade essencial que coloca cada elemento no seu respectivo conjunto. Com essa proposição nosso intento foi o de expressar que o signo só vem a existir no momento em que a sua presença ocasiona a inferência de algum objeto, ação que acontece no interpretante e, portanto, refere-se à relação entre objeto e interpretante. Esta relação é uma relação lógica já que mediada pelo signo, isto é, o signo é um mediador lógico cuja principal função consiste

em representar algum objeto. Um signo que não representa algum objeto não é um signo. Daí a importância do processo de determinação na semiose, o qual indica que todo signo é determinado por algum objeto: se o objeto falha ao determinar um signo que, por sua vez, tenha a capacidade de determinar um interpretante que receba a função representativa, então o processo da semiose entra em colapso, pois a ação do signo consiste em indicar e representar algum objeto. Em outras palavras, não existe signo que não represente algum objeto. Se se quiser refutar o postulado de que todo signo representa algum objeto, e seu corolário que diz que um signo que não representa um objeto não é um signo, deve-se buscar exemplos de signos que não representam objeto algum, com isto anulando tal postulado, ao mesmo tempo em que se questiona a importância do processo de determinação na semiose, contradizendo assim a hipótese de que todo signo é determinado por algum objeto. Porém encontrar algum signo que não representa um objeto parece ser uma tarefa impossível, ou pelo menos nós não conseguimos encontrar tal tipo de signo. Alguém poderia mencionar a arte abstrata como contraexemplo, e dizer que uma pintura cujo único elemento é a cor azul espalhada na totalidade da tela não representa objeto algum; mas nós achamos que acontece exatamente o contrário, já que tal obra não somente denotaria um objeto, mas sim uma quantidade infindável de objetos: tudo e qualquer objeto que possa ser relacionado à cor azul. De fato, parece ser que é justamente essa liberdade de interpretação que diferencia a arte abstrata das outras correntes pictóricas, daí que ela seja considerada difícil ou destinada só para entendidos e especialistas em arte. E que dizer das línguas antigas que não podemos interpretar, como a Linear A e os hieroglíficos de Creta, entre outros muitos exemplos que se poderiam citar? Essas escritas indecifráveis não são casos de signos sem objeto? Mas é precisamente pelo fato de saber que todo signo representa um objeto que pesquisadores e eruditos podem passar a vida inteira tentando decifrar tais códigos. Um problema mais interessante se apresenta quando pensamos em signos como “círculo-quadrado”. Tal signo existe, ele pode ser falado ou escrito, porém ele possui um objeto? Qual o objeto de um signo como “círculo-quadrado”? Achamos que a resposta seja a simples impossibilidade ou incapacidade da mente em conceber objetos como o círculo-quadrado, e não que tal signo não representa objeto algum. Este caso é similar ao famoso paradoxo da dualidade onda-partícula, nascida de uma hipótese de Einstein, quem indicou que a luz não somente poderia ser estudada como se fosse uma onda e, portanto, como se fosse uma quantidade contínua: a luz também pode ser estudada como se fosse composta de partículas, isto é, como uma quantidade descontínua. Dois atributos contraditórios que pertencem ao mesmo objeto, e tenha-se em consideração que a hipótese de Einstein foi posteriormente comprovada, portanto aqui não estamos falando de uma mera possibilidade teórica, e sim de uma questão física de fato. Mas assim como a mente

não pode conceber um círculo-quadrado, também não pode conceber algo que seja onda e partícula ao mesmo tempo, e talvez isto não seja nada mais do que uma incapacidade ou limitação de nossa mente; portanto, a lei que diz que todo signo representa um objeto continua sendo válida, indicando assimismo que a essência do signo consiste em existir como um ente lógico, ainda que alguns signos representem objetos inconcebíveis para nós, tal como acontece com o paradoxo da dualidade onda-partícula:

Ondas se confundem com partículas. No entanto, as qualidades de partícula nunca se mostram simultaneamente com as de onda. Não se trata de uma idiosincrasia física. É antes uma incapacidade de a mente conceber essa combinação. As qualidades isoladas ora levam a uma imagem, ora a outra. Juntas formam uma figura incompreensível. (TUPYNAMBÁ *apud* MACHADO, 2013, p. 11)

Na introdução desta dissertação dissemos que o conceito de causação lógica pertence à pesquisadora Lucia Santaella, o qual foi utilizado como fundamento para o entendimento do interpretante e da relação de representação em geral. Já as leis da validade da inferência foram o resultado da análise do terceiro artigo da série cognitiva (*Grounds of validity of the laws of logic*), onde Peirce discute quais seriam os fundamentos das leis da lógica. Peirce em momento algum fala explicitamente dessas leis nem diz que elas seriam precisamente três, porém cremos que as ideais discutidas no texto permitem inferir que essas leis seriam aquelas que foram expostas nos parágrafos anteriores. Note-se que se trata das leis de um tipo específico de inferência (a inferência válida) e não da inferência em geral. No segundo artigo da série cognitiva *Some consequences of four incapacities*, ele finaliza os seus raciocínios mencionando que a realidade da mente consiste em ser um signo desenvolvendo-se segundo as leis da inferência, porém não menciona quais seriam essas leis. O mesmo se pode dizer sobre a ação do signo segundo as leis da inferência: Peirce não fala explicitamente nesses termos, porém o contexto da análise da propriedade referencial do signo (pensamento-objeto-qualidade) permite inferir que haveria tais leis, e que elas seriam as que foram expostas anteriormente. Talvez o argumento mais convincente contra a refutação da intuição seja a percepção ou sensação, pois não parece evidente que segurar um cubo de gelo na mão é um conhecimento imediato do objeto? Porém, a fisiologia do corpo humano e do sistema nervoso parece demonstrar o contrário, pois o cubo de gelo na mão estimula receptores nervosos específicos que mandam sinais elétricos até a coluna e depois para o cérebro, onde acontecem determinadas sinapses em certas partes dele que finalmente produzem a sensação gelada do cubo de gelo. Se por algum motivo esses sinais elétricos forem bloqueados, como acontece ao anestésiar o paciente nas cirurgias, as sinapses não acontecerão e a informação de que há algo gelado na mão não se produzirá no cérebro, sejam quantos forem os cubos de gelo na mão. Dessa forma, só temos conhecimento das sensações através das sinapses produzidas no

cérebro, e não pela intuição ou conhecimento imediato do objeto, pois, como diria Aristóteles, não é o cubo de gelo que está no cérebro e sim a sensação produzida por ele.

Resta-nos agora comentar alguns pontos sobre a questão do intérprete na relação de representação. Parece existir uma contradição a esse respeito na teoria semiótica de Peirce, o que talvez se deva à que ele não teve tempo suficiente para resolver adequadamente esse problema. Afinal de contas, uma das principais características da sua filosofia é a evolução constante da mesma no sentido de um aperfeiçoamento e aprofundamento das ideias, teorias e doutrinas que fazem parte dela. No âmbito desta pesquisa, os resultados ressaltam dois aspectos no que se refere à relação entre a semiose e o intérprete; em primeiro lugar, o intérprete não é importante na relação de representação, e em segundo lugar, na teoria semiótica de Peirce é mais adequado falar de mente interpretante e não de intérprete.

Sobre o primeiro tópico, eis uma lista dos principais argumentos que dispensam a necessidade de um intérprete na semiose, os quais foram surgindo ao longo da pesquisa:

a) O signo possui a capacidade de determinar um interpretante, capacidade que depende unicamente dele e não do intérprete. Esta capacidade se manifesta mediante a referência do signo ao objeto, referência que se manifesta no interpretante e que não depende de qualquer interpretação particular³¹.

b) A função do intérprete na semiose se limita a atualizar uma parte do conhecimento total sobre algum objeto potencialmente presente em qualquer signo. Este assunto se relaciona aos três estágios no processo de geração do interpretante, a tríade de interpretantes imediato-dinâmico-final, o imediato representando a totalidade do conhecimento sobre algum objeto em determinado momento da investigação, o final representando o processo infinito do conhecimento sob a metáfora do objeto conhecido em todos os seus aspectos, e o dinâmico representando a interpretação concreta e particular de um signo por um intérprete específico. Sendo assim, a única função de um intérprete na semiose é a de fornecer os aspectos psicológicos e pessoais a uma parte do conhecimento atualizado na ação de interpretação.

c) O ingrediente essencial do signo (o *requaesitum* do signo) é o interpretante, não o intérprete. A existência de signos sem emissor nem intérprete fundamenta a distinção que Peirce faz entre atributos essenciais e atributos característicos do signo; assim, o intérprete, ainda que seja característico do signo, não é essencial a ele, já que a função significante do signo essencialmente determina algo no seu intérprete, esse algo sendo o interpretante. Há três fenômenos básicos que todo signo está capacitado a determinar no seu intérprete, sentimentos,

³¹ Este tópico foi discutido por Lucia Santaella no seu livro “A teoria geral dos signos”, de 2008.

esforços mentais ou físicos, e pensamentos, a tríade dos interpretantes emocional-energético-lógico.

Sobre o segundo tópico, o qual se refere ao conceito de mente interpretante, é importante salientar que o esforço de Peirce por desvincular-se da noção de intérprete nasceu do desejo de fundar uma teoria do conhecimento sobre bases opostas às do cartesianismo, isto é, optar por uma teoria inferencial do conhecimento ao invés de uma intuitiva. Desse modo, os três argumentos mencionados acima podem ser entendidos também como a resposta de Peirce ao subjetivismo e psicologismo presentes na epistemologia de Descartes, perigos que o filósofo norteamericano tentou evitar com a noção de mente interpretante, conceito que é mais abrangente do que o de intérprete ou sujeito. Talvez possa parecer inócuo fazer uma distinção entre intérprete e mente interpretante, já que o interpretante necessariamente tem que ser determinado em algum lugar, seja este um intérprete ou uma mente interpretante. Como dito acima, Peirce quis se desvincular da palavra intérprete pela conotação cartesiana e antropocêntrica que pode estar vinculada ao significado de tal termo; assim, quando uma planta reage ao toque de algum objeto encolhendo suas folhas não falamos dela como de um intérprete que reage de certa forma ao receber determinadas mensagens, pois nos parece impossível que tal planta pudesse ter uma mente ou algo parecido. Contudo, uma coisa é clara: para Peirce o signo só existe em relação a uma mente, um objeto e uma qualidade. Além disto, não se deve esquecer que existem dois tipos de determinações, uma interior ao signo e outra exterior e independente fornecida pela experiência colateral, a familiaridade e conhecimento prévio que permite reconhecer o objeto correto do signo. A experiência colateral, por sua vez, não deve ser confundida com o conhecimento do sistema de signos; para Peirce, o conhecimento do sistema de signos é indispensável para tirar qualquer ideia significada do signo. Diante de tudo isto, as seguintes perguntas são pertinentes: a experiência colateral e o conhecimento do sistema de signos não são elementos constituintes da semiose apesar das funções importantes que parecem cumprir nesse processo? Qual o lugar que ocupariam se fizessem parte do processo de representação? Se o conhecimento do sistema de signos é um pré-requisito para o funcionamento do signo, pode-se excluí-lo do processo representativo, como se se pudesse excluir os alicerces de uma casa? De fato, admitir como pré-requisito do signo o conhecimento do sistema de signos acarreta algumas consequências, como a de que qualquer signo faz parte de um sistema de signos, isto é, todo signo faz parte de alguma linguagem, e devido ao princípio social enraizado na lógica, por sua vez, pode-se dizer que qualquer sistema de signos (qualquer linguagem) pressupõe uma comunidade de usuários.

Uma pista importante sobre a noção de mente interpretante é o conceito da *commens*, o qual está inserido no contexto da comunicação, ainda que na teoria semiótica de Peirce se esteja a analisar um tipo específico de comunicação, a comunicação da Forma de um objeto para o interpretante através do signo, o que é muito diferente da comunicação entre um emissor e um intérprete através do signo. Vimos que para Peirce o ingrediente essencial do emissor no signo é o objeto, enquanto que o ingrediente essencial do intérprete no signo é o interpretante e, portanto, os requisitos do signo são o objeto e o interpretante; assim, ainda que o emissor e o intérprete sejam elementos característicos do signo, não são elementos essenciais ao signo. Porém, no período final da sua vida, quando o seu pensamento estava numa fase avançada de desenvolvimento, Peirce analisa a semiose pelo prisma da comunicação entendida segundo as ideias acima descritas, e diz que para que este tipo de comunicação aconteça são necessárias três mentes, a mente do emissor (o interpretante Intencional), a mente do intérprete (o interpretante Eficaz ou Efetivo), e a mente comunitária (o interpretante Comunicacional ou *Cominterpretant*) em que as mentes do emissor e do intérprete têm que se unir para que a comunicação aconteça, e que Peirce chamou de *commens*. Ele caracteriza a *commens* como sendo tudo aquilo que deve ser bem entendido entre o emissor e o intérprete para que o signo possa cumprir sua função. Não será nessa mente que se deveria incluir o conhecimento do sistema de signos e a experiência colateral do objeto do signo? Mas, nesse mesmo contexto da comunicação entendida como a transmissão da Forma do objeto ao interpretante por meio do signo, surge outro conceito relacionado com a mente, a quase-mente, algo que possui a natureza geral da mente, mas que não é uma mente, e junto com este, o conceito de signo perfeito. A principal semelhança entre a mente e a quase-mente é que a última também possui a capacidade plástica de receber a determinação de diferentes tipos de signos. Já o signo perfeito é um tipo especial de quase-mente, que poderia receber a determinação de todos e quaisquer tipos de signos que existiram, existem ou existirão no momento da sua ocorrência, e que, portanto, possuiria o poder de manifestar todos os signos relacionados a ele, algo assim como um superdicionário em que cada verbete exibisse todos os significados possíveis relacionados ao vocábulo, direta ou indiretamente, no momento da consulta. É nesta conjuntura que talvez se possa falar de um intérprete ideal, o qual se identificaria com o signo perfeito. De fato, a descrição do signo perfeito representa uma situação ideal e inalcançável em que determinado signo pudesse expor o total de informação e conhecimento a ele relacionado, e do qual o intérprete e o emissor têm que compartilhar pelo menos das partes mínimas necessárias para que a comunicação aconteça. Dessa forma, o intérprete ideal poderia ser descrito como o conjunto universo do conhecimento relacionado a determinado signo, conjunto formado pela inclusão sucessiva de

conjuntos que se transformam em elementos de conjuntos maiores. Assim, por exemplo, determinado intérprete ou intérpretes se deparam com o signo Napoleão, e o único significado que ele ou eles podem extrair é que se trata de um militar francês. Esse ou esses intérpretes fariam parte de um conjunto universo que representaria o mínimo de informação relacionado ao signo Napoleão no momento da interpretação. Então aparece outro intérprete (ou outros intérpretes) com uma informação nova: Napoleão possuía um cavalo branco. Nesse momento o conjunto universo anterior se transforma em elemento de outro conjunto universo maior, do qual também faz parte esse outro intérprete (ou intérpretes) que trouxe a nova informação, independentemente deste último saber ou não da primeira informação do conjunto universo anterior. Aparece outro intérprete que adiciona outra informação nova, e de novo esse conjunto universo se transforma em elemento de outro conjunto universo maior, e assim sucessivamente. No estado atual de conhecimento do signo Napoleão, o intérprete ideal desse signo seria aquele que possuísse o conjunto total do conhecimento somado de todos os seres humanos do planeta que têm a experiência colateral do objeto desse signo. Esse conjunto universo representado pelo intérprete ideal possuiria entre as suas características a instabilidade dos seus limites, os quais seriam diluídos e difusos pela adição constante de novos elementos, o que em outras palavras e com outra metáfora se expressa assim: a informação e o conhecimento estão em constante crescimento. Além do mais, um intérprete ideal não implicaria num emissor ideal, já que tudo o que existe emite uma multiplicidade e heterogeneidade de sinais com os quais se podem formar todos os tipos de signos possíveis. Cada mente interpretante concreta capta apenas uma pequena parte dessa multiplicidade e heterogeneidade de sinais, redução devida às características inerentes aos diferentes modos de percepção. Disso resultaria que os elementos necessários à existência do signo são o objeto dinâmico, a percepção e uma quase-mente onde se possa determinar o interpretante que contém a Forma do objeto transmitida pelo signo. Sob essas condições, o emissor não seria um elemento essencial ao signo, ainda que seja um elemento característico dele. Porém, essa maneira de encarar a semiose implicaria que todo signo está relacionado a um modo de percepção, o qual acarretaria como consequência a impossibilidade da determinação de qualquer signo sem a percepção.

Enfim, todos estes raciocínios e ideias são apenas conjeturas e hipóteses que surgiram quando o problema do intérprete se apresentou no processo de nossa pesquisa, o qual não faz parte dos objetivos deste trabalho, e que, portanto, não foi objeto de uma pesquisa apurada. A questão do intérprete na teoria semiótica de Peirce fica então como questão inconclusa que necessita de futuras investigações.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Tratados de lógica (Órganon)**. Introdução, tradução e notas de: Miguel Candel Sanmartín. Madrid: Editorial Gredos, 1982, v. I.
- BARBOSA, Lauro F. Charles Sanders Peirce: ciência enquanto semiótica. In: **Trans/Form/Ação**, v. 12, [s.n], p. 71-84, [s.m] 1989.
- BRUNNING, J.; FORSTER, P. (Eds.). **The rule of reason – The Philosophy of Charles Sanders Peirce**. Toronto: University of Toronto Press, 1997.
- CARMELO, Luís. **A música dos signos: Da lógica de John Deely à semiótica de António Damásio**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/carmelo-luis-musica-signos.pdf>>. Acesso em: 1º nov. 2015.
- CEPPAS, Filipe. A teoria da lógica de Charles Sanders Peirce. In: **O que nos faz pensar**, n. 13, p. 137-154, abr. 1999.
- DELEDALLE, Gérard. **Charles S. Peirce's Philosophy of signs**. Bloomington: Indiana University Press, 2000.
- DEELY, John. **Introdução à semiótica: história e doutrina**. Tradução: Viviana de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- FERRAZ JÚNIOR, Expedito. **Semiótica aplicada à linguagem literária**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.
- GURICK, A.; NÖTH, W. A teoria da informação de Charles S. Peirce. In: **Revista digital de tecnologias cognitivas**, ed. 5, p. 4-29, [s.m.] 2011.
- HAUSMAN, Carl. **Charles S. Peirce's Evolutionary Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HERBERT, Nick. **A realidade quântica**. Tradução: Mário C. Moura. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução: Valério Rohden e Udo Balduur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- KAUFFMAN, Louis H. The Mathematics of Charles Sanders Peirce. In: **Cybernetics & Human Knowing**, v. 8, n. 1-2, p. 79-110, [s.m.] 2001.
- LARUCCIA, Mauro. Signo, objeto e interpretante. In: **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, p. 44-52, [s.m.] 2003.
- LENA, P.; QUEIROZ, J. Os diagramas de C. S. Peirce para as dez classes de signo. In: **Trans/Form/Ação**, v. 36, n. 3, p. 155-172, set./dez. 2013.
- LESKY, Albin. **História da literatura grega**. Tradução: Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- LISZKA, James J. **A general introduction to the Semeiotic of Charles Sanders Peirce**. Bloomington: Indiana University Press, 1996.
- MACHADO, Lino. Proposição de um realismo semiótico peirciano para uma das versões da física quântica. In: **Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 11, n. 1, p. 3-22, jul. 2013.
- MERRELL, Floyd. Charles Sanders Peirce's concept of the sign. In: **The Routledge companion to Semiotics and Linguistics**. Londres: Routledge, 2001.

- MERREL, F.; QUEIROZ, J. Semiosis and pragmatism: Toward a dynamic concept of meaning. In: **Sign Systems Studies**, v. 34, n. 1, p. 37-65, [s.d].
- _____. Abduction: between subjectivity and objectivity. In: **Semiotica**, n. 153, p. 1-7, [s.m] 2005.
- NOGUEIRA, Maria A. The Agathotopia of Charles Sanders Peirce. In: 10th World Congress of the International Association for Semiotic Studies (IASS/AIS). 10., 2012, Coruña. Proceedings of the 10th World Congress of the International Association for Semiotic Studies (IASS/AIS). Coruña: [s.e.], p. 1337-1348.
- OOSTRA, Arnold. La lógica triádica de Charles S. Peirce. In: Memorias del XVII Encuentro de Geometría y sus Aplicaciones. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, p. 1-34, jun. 2007.
- _____. Uma reseña de la lógica matemática de Charles S. Peirce (1839-1914). In: **Revista Universidad EAFIT**, v. 44, n. 150, p. 9-20, abr., maio, jun. 2008.
- PEIRCE, Charles S. **Collected Papers**, vols. 1-6, ed. Charles Hartshorne & Paul Weiss, vols. 7-8, ed. Arthur W. Burks. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- _____. **The Essential Peirce** - Selected philosophical writings, vols. 1 e 2. Bloomington: Indiana University Press, 1992-1998.
- PIGNATARI, Décio. **Semiótica e literatura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- PLUTYNSKI, Anya. Four problems of abduction: a brief history. In: **HOPOS: The Journal of the International Society for the History of Philosophy of Science**, v. 1, [s.n.], p. 1-22, [s.m] 2011.
- QUAGGIA, Roberto. **Forms of signs and forms of being: the phaneroscopic and synechistic ontology of C. S. Peirce**. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/filosofia/Pragmatismo>>
- QUEIROZ, João. **Semiose segundo C. S. Peirce**. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2004.
- QUEIROZ, João. Classificações de signos de C. S. Peirce – de ‘On the logic of science’ ao ‘Syllabus of certain topics of logic’. In: **Trans/Form/Ação**, v. 30, n. 2, p. 179-195, [s.m] 2007.
- ROMANINI, Anderson V. **Semiótica minuta – Especulações sobre a gramática dos signos e da comunicação a partir da obra de Charles S. Peirce**. 2006. 246 p. Tese de doutorado apresentada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SALATIEL, José R. Peirce e Kant sobre categorias: Parte I – Dedução metafísica e reviravolta semiótica. In: **Revista Eletrônica de Filosofia**, São Paulo, vol. 3, n. 1, p. 79-88, jan./junho 2006. Disponível em: <www.pucsp.br/pos/filosofia/Pragmatismo/cognitio_estudos/cognitio_estudos.htm>. Acesso em: 1º nov. 2015.
- SANTAELLA, Lucia. **O método anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- _____. Sinequismo e onipresença da semiose. In: **Cognitio**, v. 8, n. 1, p. 141-149, jan./jun. 2007.
- _____. **A teoria geral dos signos: Como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução e prefácio: M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.